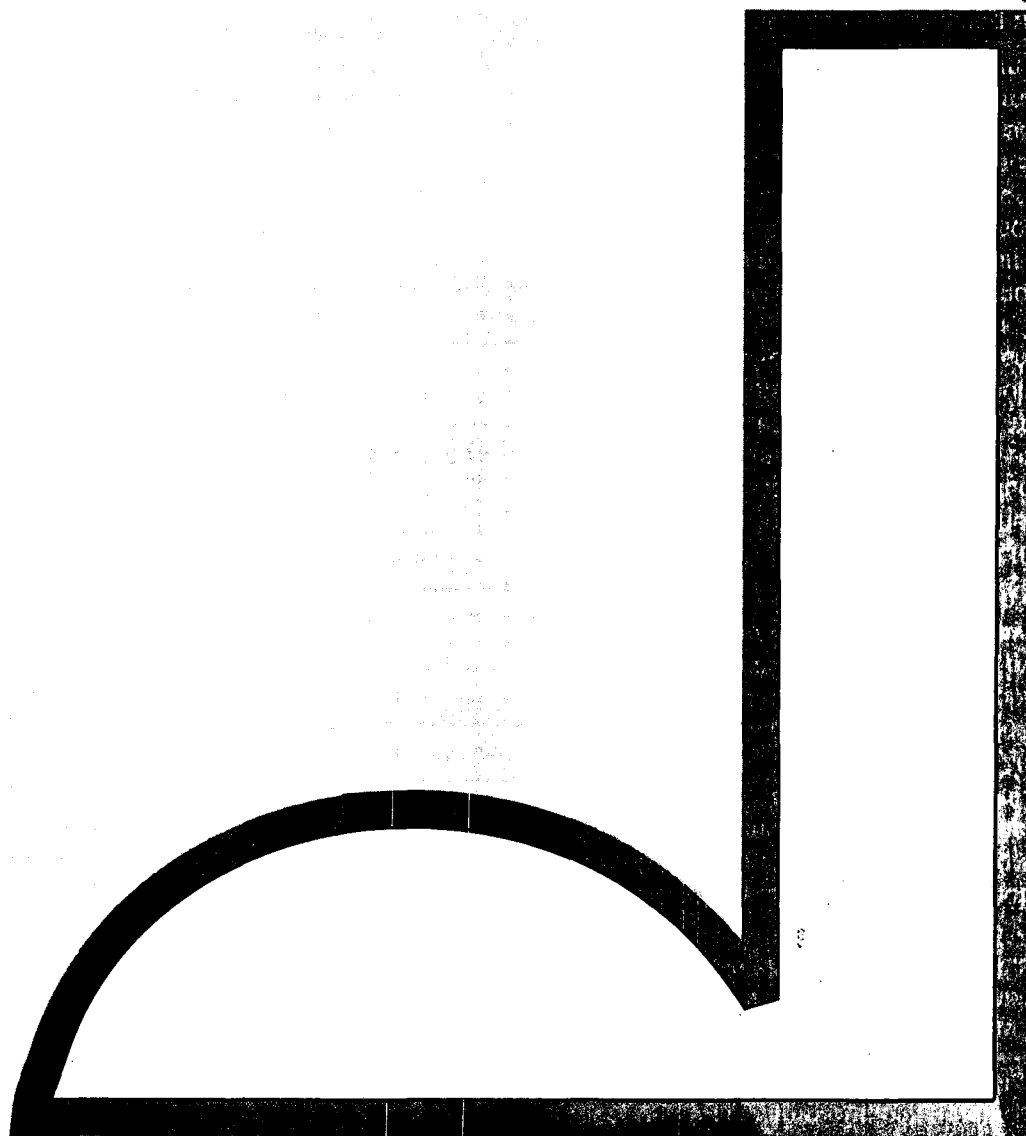
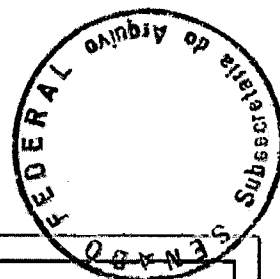


EXEMPLAR UNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIII - Nº 031

QUINTA-FEIRA, 5 DE MARÇO DE 1998

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR UNICO

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i></p> <p>1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i></p> <p>2ª Vice-Presidente <i>Júnia Marise - Bloco - MG</i></p> <p>1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i></p> <p>2º Secretário <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i></p>		<p>3º Secretário <i>Flaviano Melo - PMDB - AC</i></p> <p>4º Secretário <i>Lucídio Portella - PPB - PI</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1ª Emilia Fernandes - Bloco - RS</i> <i>2º Lúdio Coelho - PSDB - MS</i> <i>3º Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>4º Marluce Pinto - PMDB - RR</i></p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor(*) <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Corregedores - Substitutos(*) <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i></p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(**) <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> <i>Waldeck Ornelas - PFL - BA</i> <i>Emilia Fernandes - Bloco - RS</i> <i>José Ignácio Ferreira - PSDB - ES</i> <i>Lauro Campos - Bloco - DF</i></p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Élcio Alvares - PFL - ES</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda - PSDB - DF</i> <i>Vilson Kleinübing - PFL - SC</i> <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Gilberto Miranda</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Júlio Campos</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder <i>Jáder Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gerson Camata</i> <i>Carlos Bezerra</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Gilvan Borges</i></p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder <i>José Eduardo Dutra</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Antonio Carlos Valadares</i> <i>Roberto Freire</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder <i>Sergio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Jefferson Peres</i> <i>José Ignácio Ferreira</i> <i>Coutinho Jorge</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder <i>Epitácio Cafeteira</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Esperidião Amin</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder <i>Odacir Soares</i></p> <p>Vice-Líder <i>Regina Assumpção</i></p>

(*) Reeleitos em 2-4-97

(**) Designação: 16 e 23-11-95

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Bacre</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 3.ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 4 DE MARÇO DE 1998

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente ao tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão, que será dedicado a reverenciar a memória do ex-Senador Darcy Ribeiro, nos termos do Requerimento n.º 147, de 1998, do Senador Abdias Nascimento e outros senhores Senadores: 03319

1.2.2 – Oradores (nos termos do art. 160 do Regimento Interno)

Senador Abdias Nascimento 03319

Senador Arthur da Távola 03325

Senador Carlos Patrocínio 03329

Senador Sebastião Rocha 03330

Sr. Presidente (Antonio Carlos Magalhães)

– Associa-se às homenagens prestadas. 03331

1.2.3 – Mensagem do Presidente da República

N.º 106, de 1998 (n.º 273/98, na origem), de 2 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor Marcus Camacho de Vincenzi, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia. 03331

1.2.4 – Ofícios do Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento

N.º 71/98, de 25 de fevereiro último, encaminhando as informações referentes ao Requerimento n.º 1.088, de 1997, do Senador José Bianco. 03335

N.º 72/98, de 25 de fevereiro último, encaminhando as informações referentes ao Requerimento n.º 1.087, de 1997, do Senador Eduardo Suplicy. 03335

1.2.5 – Requerimentos

N.º 148, de 1998, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que seja remetido, também, à Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei da Câmara n.º 10, de 1996 (n.º 724/95, na Casa de origem), que define os crimes de especial gravidade e altera dispositivos do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. 03335

N.º 149, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador Bernardo Cabral, solicitando

que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente, da sessão do dia 30 de abril próximo, seja destinado a homenagear a passagem dos 50 anos de fundação do Estado de Israel. 03335

1.2.6 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado n.º 49, de 1998, de autoria do Senador Júlio Campos, que transfere para os Estados e o Distrito Federal a responsabilidade pela aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Trabalhador por eles recolhidos e dá outras providências. 03336

Projeto de Lei do Senado n.º 50, de 1998, de autoria do Senador Freitas Neto, que dispõe sobre a criação do Centro Nacional para Estudos, Conservação e Manejo das Plantas Medicinais Brasileiras. 03347

1.2.7 – Ofícios

N.º 49/98, de 3 do corrente, do Líder do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 03354

N.º 59/98, de 3 do corrente, do Líder do PTB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento n.º 1, de 1996-CN, com a finalidade de apurar as denúncias contidas na reportagem da revista Veja, edição de 30 de agosto de 1995, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil. 03354

1.2.8 – Comunicações da Presidência

Convocação de sessão deliberativa extraordinária a realizar-se amanhã, dia 5, às 10 horas, com a Ordem do Dia anteriormente designada para a sessão deliberativa ordinária das 14 horas e 30 minutos. 03354

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória n.º 1.639-38, em 18 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 19 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores públicos do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. 03354

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória n.º 1.512-20, em 26 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que dá nova redação aos arts. 2.º da Lei n.º 9.138, de 29 de novembro de 1995, e 1.º, 2.º e 3.º da Lei n.º 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural e sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

03355

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória n.º 1.535-15, em 26 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

03356

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória n.º 1.554-25, em 26 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que altera os arts. 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º e 9.º da Lei n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

03356

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória n.º 1.559-23, em 26 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

03357

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória n.º 1.567-13, em 26 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis n.ºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2.º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

03357

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória n.º 1.591-5, em 26 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a cria-

ção do Programa Nacional de Publicização, a extinção do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron e da Fundação Roquette Pinto e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

03358

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória n.º 1.463-23, em 27 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

03358

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória n.º 1.469-28, em 27 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM, em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - LLOYDBRÁS, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

03359

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória n.º 1.475-37, em 27 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que altera as Leis n.ºs 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

03359

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória n.º 1.477-46, em 27 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

03360

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória n.º 1.480-40, em 27 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que altera dispositivo da Lei n.º 8.911, de 11 de julho de 1994, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

03360

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória n.º 1.482-46, em 27 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo e inativo dos

Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria..... 03361

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória n.º 1.640, em 27 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que restaura a vigência da Lei n.º 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria..... 03362

1.3 – ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição n.º 41, de 1997 (n.º 173/95, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas, e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. **Discussão encerrada, em segundo turno, após usarem da palavra os Senadores José Eduardo Dutra, Romero Jucá e Lauro Campos, ficando a votação adiada para o próximo dia 11, quarta-feira.**..... 03362

Projeto de Decreto Legislativo n.º 22, de 1996 (n.º 191/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Arapongas S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Arapongas, Estado do Paraná. **Aprovado, após usar da palavra o Senador Eduardo Suplicy. À Comissão Diretora para redação final.**..... 03366

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 22, de 1996. **Aprovada. À promulgação.**..... 03368

Projeto de Decreto Legislativo n.º 46, de 1997 (n.º 350/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Transoeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina. **Aprovado. À Comissão Diretora para redação final.**..... 03368

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 46, de 1997. **Aprovada. À promulgação.**..... 03370

Projeto de Decreto Legislativo n.º 47, de 1997 (n.º 351/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida à Sociedade Rádio Continental Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina. **Aprovado. À Comissão Diretora para redação final.**..... 03370

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 47, de 1997. **Aprovada. À promulgação.**..... 03372

1.3.1 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Requerimento n.º 149, de 1998, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.**..... 03372

1.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR MAURO MIRANDA – Defesa da estabilidade econômica, da continuidade administrativa, e do apoio do PMDB à reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso..... 03372

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Repúdio às críticas feitas pelo Senador Gilvan Borges ao Governador João Alberto Capiberibe, do Estado do Amapá. Contrário à forma como o Presidente Fernando Henrique Cardoso vem conduzindo a política econômica voltada à cooptação política... 03374

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Comentários sobre notícias publicadas em vários jornais a respeito da reação orquestrada pela Fenasag ao projeto de lei que regulará os planos de saúde..... 03377

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Apelo ao Presidente da República para que estabeleça uma política de desenvolvimento regional com vistas à redução das disparidades regionais..... 03378

SENADOR OTONIEL MACHADO – Defesa da aliança do PMDB com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, com vistas às eleições de 1998..... 03381

SENADOR ERNANDES AMORIM – Registro de audiência ocorrida na Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Ministros do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e da Ciência e Tecnologia, Dr. Gustavo Krause e Dr. José Israel Vargas, e do Presidente do Ibama e do Diretor do INPE. Defesa da oferta de crédito agrícola que possibilite ao agricultor cumprir a Lei Ambiental e reduzir o desmatamento..... 03383

SENADOR EDUARDO SUP LICY – Análise de declarações, feitas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso ao jornal Folha de S.Paulo, sobre as atuais taxas de desemprego..... 03385

1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ESPERIDIÃO AMIN – Apelo ao Ministro da Educação para que determine à Semtec a reavaliação do Projeto Colméia – Incubadora Tecnológica de Softwares, elaborado pela Escola Técnica Federal de Santa Catarina..... 03387

SENADOR GUILHERME PALMEIRA – Defesa do estabelecimento de uma pauta consensual entre as lideranças no Congresso Nacional para votação das questões mais urgentes, tendo em vista o período eleitoral que se aproxima..... 03388

SENADOR ODACIR SOARES – Registra a indicação do Dr. Eraldo Matricardi para Assessor Técnico Principal do Projeto PLANAFLORO, que tem como atividade básica o Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Rondônia. 03389

SENADOR GILBERTO MIRANDA – Destaca a necessidade da consolidação de um projeto mobilizador de desenvolvimento científico e tecnológico tendo como base a Amazônia e suas potencialidades. 03391

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Enaltece as consequências do novo Código de Trânsito, aprovado recentemente. 03393

SENADOR SÉRGIO MACHADO – Manifestação de indignação acerca do recente episódio envolvendo o Deputado Sérgio Naya e a empresa Sersan. 03394

1.3.4 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa extraordinária amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 03395

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 4-3-98

3 – ATO DO PRESIDENTE

N.º 4, de 1998. 03397

4 – ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

N.º 3, de 1998. 03398

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

N.º 372 a 383, de 1998. 03398

6 – MESA DIRETORA

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

TIDOS

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

13 – CONSELHO COMPOSTO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 1, DE 1998-CN

Ata da 3ª Sessão Deliberativa Ordinária em 4 de março de 1998

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães
Ronaldo Cunha Lima, Carlos Patrocínio e Lúdio Coelho*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Abdias Nascimento – Ademir Andrade – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Artur da Távola – Bello Parga – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Coutinho Jorge – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Alvares – Emilia Fernandes – Epitácio Cafeteira – Ernandes Amorim – Esperidião Amin – Fernando Bezerra – Francelino Pereira – Freitas Neto – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Bianco – José Eduardo – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Roberto Arruda – José Saad – José Sarney – José Serra – Júlio Campos – Júnia Marise – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Leonel Paiva – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Odacir Soares – Osmar Dias – Otoniel Machado – Pedro Simon – Ramez Tebet – Regina Assumpção – Renan Calheiros – Roberto Requião – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sergio Machado – Vilson Kleinubing –

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – A lista de presença acusa o comparecimento de 71 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão será dedicado a reverenciar a memória do ex-Senador Darcy Ribeiro, pelo transcurso do primeiro aniversário de sua morte, nos termos do Requerimento nº 147, de 1998, do Senador Abdias Nascimento e outros Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Abdias Nascimento.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO (Bloco/PDT-RJ). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, sob a proteção de Olorum, inicio este pronunciamento.

É com orgulho e emoção que assomo hoje a esta tribuna para reverenciar uma das figuras mais ilustres e brilhantes de nossa História política e cultural contemporânea. Orgulho por ser seu sucessor nesta cadeira do Senado, de onde me esforço em honrar seu espírito luminoso e combativo. Emoção por estar aqui lembrando, não uma figura que conheci pelos registros da História, mas uma pessoa com a qual tive a oportunidade de compartilhar alegrias, sofrimentos, esperanças, no caminho de construirmos, ao lado de tantos outros companheiros, uma alternativa, uma possibilidade de futuro para o povo deste País. Refiro-me ao intelectual, ao político, ao educador, ao humanista, ao Senador Darcy Ribeiro, cujo primeiro aniversário de falecimento transcorreu aos 17 dias de fevereiro último, com quem mantive uma relação amiga e de cooperação intelectual desde a década dos cinquenta até a sua morte.

Nascido na então bucólica Montes Claros, em 26 de outubro de 1922, Darcy Ribeiro absorveu em sua infância a rica cultura do interior mineiro, impregnada das influências matriciais européias, africanas e indígenas, que mais tarde, reelaboradas pelo seu gênio de poeta-cientista, o transformariam num dos co-fundadores da verdadeira identidade nacional. Aos três anos de idade, ficou órfão de pai – o que mais tarde, em suas saborosas *Confissões*, viria a considerar muito confortável, já que não houve quem me domesticasse. Criado pela mãe, Dona Fininha, mestra querida e mãe dedicada, viveu, em seus primeiros anos, uma vida de pobreza digna, que o aproximaria definitivamente dos segmentos excluídos de nossa população.

Em 1939, Darcy deixou para trás a cidade natal, rumo a Belo Horizonte – um menino boboca de

pequena cidade do interior, precisando ser desfeito para ser refeito, nas suas próprias palavras. Ia estudar Medicina, desejo de há muito acalentado por ele mesmo e por sua mãe, seguindo o exemplo do tio Plínio, o homem mais culto da cidade. A Belô de então era, a seus olhos, enormíssima e belíssima, aberta em avenidas e ruas de larguras imensas. Eram os tempos em que o prefeito Juscelino Kubitschek edificava o conjunto urbano da Pampulha, a cargo de Oscar Niemeyer, cujas obras nascentes encheram os olhos do jovem estudante. Nesse ambiente efervescia também uma cultura que iria produzir toda uma geração de escritores, intelectuais e políticos de enorme proeminência na vida brasileira. Não surpreende, assim, que, pouco atento às aulas de Medicina, ministradas durante o dia, Darcy passasse as noites em discussões, nos bares, com colegas que lhe mostravam a crueldade da ditadura do primeiro Getúlio, as lutas da democracia contra o Eixo, o reacionarismo do Estado Novo, a demagogia dos corais de Vila-Lobos, a nova literatura nacional de Jorge Amado, José Lins do Rego e Graciliano Ramos, que o encantou. Como o encantou também o primeiro contato com o ideário socialista, vilipendiado e cruelmente perseguido nestas terras, mas vitorioso no Velho Mundo, onde, após a batalha de Stalingrado, a União Soviética se consagrava na luta contra o nazi-fascismo. As marcas desse contato não se esvaneceriam. Mais tarde, diria ele: Não sou comunista, nem marxista sou, mas sou discípulo, herdeiro de Marx, que vejo espantado como denominador comum de todas as ciências do homem.

A atividade político-estudantil colocou o jovem Darcy em contato com o sociólogo norte-americano Donald Pierson, que com ele visitou as cidades históricas do interior mineiro, assombrando-se com a riqueza da cultura barroca. Surgiu daí a oferta de uma bolsa de estudos para a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, oferta que Darcy, após ser dispensado do serviço militar, acabou aceitando. Foram, então, anos de agitação estudantil – Darcy era militante de carteirinha da UNE –, mas também de profícuos estudos e contatos no ambiente muito especial criado, na cidade e na universidade, por sábios franceses, ingleses, alemães, italianos e norte-americanos. Luminares como o próprio sociólogo Pierson, o alemão Emille Willems, antropólogo, e Herbert Baldus, etnólogo e poeta, os sábios franceses Lévi-Strauss e Roger Bastide, o inglês Radcliffe Brown... Uma plêiade em que também brilhavam nomes de brasileiros como o historiador Sérgio Buarque de Holanda.

Em 1946, após obter o diploma em Antropologia, Darcy faz uma opção de carreira que causa estranheza aos seus amigos e familiares: vai ocupar o cargo de etnólogo no então Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Vai passar também, segundo ele mesmo, os melhores anos de sua vida, quando, dedicando-se ao estudo dos indígenas do interior da Amazônia, ganha prestígio como intelectual brasileiro de pensamento absolutamente original. Sua família, e sobretudo sua mãe, só percebeu que o filho não fracassara quando este, em 1950, ganha o prêmio Fábio Prado de ensaios pelo livro *Religião e mitologia kadiwéu*. Foram os jornais, chegando a Montes Claros com o meu retrato, que convenceram minha gente de que eu não era um caso totalmente perdido.

Anos depois, Darcy se indagava: (...) por que me meti no mato, com os índios? Por que lá permaneci, atrelado à natureza e a eles, por tanto tempo? Sei lá. Curiosidade intelectual, me incentivando uma carreira de pesquisador profissional? Essa bem podia ser minha motivação principal. Insatisfação que se oferecia a mim, em São Paulo, ganhando dinheiro, ou na boa vida do Rio? Também podia ser. Creio que todas essas coisas funcionaram, mas o que me reteve lá anos e anos foi, acho agora, o encantamento pelo Pantanal e depois pela Amazônia, um deslumbramento com a humanidade índia, tão ínvia e tão essencial.

Dois anos depois, em 1952, Darcy Ribeiro assume a direção do Setor de Estudos do Serviço de Proteção ao Índio, com o apoio do Marechal Cândido Rondon, então Presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Nessa qualidade, foi responsável pela fundação, em 1953, do Museu do Índio, que a Unesco destacou como o primeiro do mundo a ser criado com o propósito de quebrar o preconceito contra os indígenas.

O Sr. Epitacio Cafeteira (PPB-MA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ABDIAS NASCIMENTO (Bloco/PDT-RJ) – Com muito prazer.

O Sr. Epitacio Cafeteira (PPB-MA) – Nobre Senador Abdias Nascimento, o Senador Darcy Ribeiro foi, na realidade, um vitorioso na vida. O seu amor pela nação indígena foi registrado inclusive no meu Estado, o Maranhão, onde realizou estudos sobre os índios do vale do Turiaçu. Mas eu não queria ressaltar seus feitos, porque uma sessão seria pouco para falarmos sobre a figura de Darcy Ribeiro, bem como uma semana, porque S. Ex^a, na realidade, dedicou a sua vida à nossa terra, ao Brasil. So-

freu constrangimentos, mas jamais se abateu. As suas maiores características eram o amor ao índio e o amor à cultura, não para o seu próprio proveito, mas para que o povo pudesse ser culto. Então, a passagem pela vida de Darcy Ribeiro é algo que enriquece a História do Brasil. Darcy Ribeiro foi um vitorioso em tudo, inclusive venceu um câncer. Na década de 70 permitiram que Darcy Ribeiro, então casado e exilado, viesse morrer no Brasil. Ele voltou e venceu o câncer. Só na década de 90 um outro câncer chegou para levá-lo do nosso convívio. Nesses 20 anos de sobrevivência, de nova vida, ele prestou serviços inestimáveis a este País, inclusive o trabalho feito aqui no Senado, quando examinou a legislação sobre Educação. Congratulo-me com V. Ex^a, que requereu esta sessão para que pudéssemos homenagear Darcy Ribeiro. Nobre Senador, sinto-me pequeno diante de uma figura tão grande como Darcy Ribeiro, único Senador que passou por esta Casa e foi por todos reverenciado, apesar de ter sido discriminado pelo regime militar. Darcy Ribeiro conseguiu vencer o regime e as suas idiossincrasias. Retornado para cá, ele faleceu, passou para o andar de cima, deixando uma lição de grandeza, de brasilidade, de amor aos índios, ao povo, à vida e principalmente à terra brasileira. Parabênizo V. Ex^a pelo brilhante discurso.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO (Bloco/PDT-RJ) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que só contém verdades a respeito do nosso querido Darcy Ribeiro.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB-MS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ABDIAS NASCIMENTO (Bloco/PDT-RJ) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB-MS) – Senador Abdias Nascimento, fico agradecido a V. Ex^a por me conceder este aparte. Em verdade, não me inscrevi para ser um daqueles que pudesse, com a minha modesta voz, prestar a justa homenagem àquele que, sem dúvida nenhuma, foi um grande brasileiro. Represento Mato Grosso do Sul, Senador Abdias Nascimento, e por lá também Darcy Ribeiro, como antropólogo e como educador, deixou marcas indeléveis. Assim, peço permissão a V. Ex^a para que aceite no seu pronunciamento a minha voz, como representante de Mato Grosso do Sul, na homenagem, na reverência à memória de Darcy Ribeiro, com quem convivi nesta Casa – e que convivência agradável; e o quanto de civismo ele transmitiu a todos nós aqui no Senado da República. Digo mais, Senador Abdias Nascimento, sem medo de errar, se hoje temos uma lei fundamental para a educação, a

educação que Darcy Ribeiro tanto defendeu, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, se temos essa lei hoje devidamente aprovada e em vigor no País, sem dúvida alguma, devemos isso a Darcy Ribeiro, porque essa matéria foi relatada e teve como principal artífice a figura do Senador. Bastava isso para consagrá-lo definitivamente. Mas foi essa, talvez, a sua última grande contribuição ao nosso querido Brasil. Muito obrigado a V. Ex^a por permitir que pudesse interromper o seu brilhante pronunciamento para nele inserir não a minha voz, mas a voz de Mato Grosso do Sul.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO (Bloco/PDT-RJ) – Sinto-me muito honrado com o seu aparte e também com essa solidariedade de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado a V. Ex^a.

A Sr^a. Júnia Marise (Bloco/PDT-MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ABDIAS NASCIMENTO (Bloco/PDT-RJ) – Permite-me V. Ex^a que continue a leitura de mais um trecho? Logo em seguida concederei um aparte a V. Ex^a.

A Sr^a. Júnia Marise (Bloco/PDT-MG) – Perfeitamente.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO (Bloco/PDT-RJ) – Nobre Senadora, tenho receio de não concluir o meu pronunciamento, pois ainda estou no seu início. Um minuto mais, Sr^a. Senadora, e já lhe concederei um aparte.

Continuo, Sr. Presidente.

Era preocupação de Darcy que a antropologia brasileira deixasse de ser uma primatologia ou barbarologia, que só olha os índios como fósseis vivos do gênero humano, como se esses só importassem como objeto de estudo. O acúmulo de experiências e vivências de Darcy mostrou-lhe os indígenas como gente capaz de dor, de tristeza, de amor, de gozo, de desengano, de vergonha. Gente que sofria a dor suprema de ser índio num mundo hostil, mas ainda assim guardava no peito um louco orgulho de si mesmos como índios. Gente muito mais capaz que nós de compor existências livres e solidárias. (...) Assim foi que aprendi a olhar os índios com os olhos deles mesmos. Assim disse Darcy.

Conduzido pela mão amiga de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro passa a se dedicar à educação, tanto primária quanto superior. A partir de uma central no Rio de Janeiro, que era o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, monta-se uma rede desses centros junto a universidades e grupos intelectuais em São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Curitiba e Porto Alegre. A empreitada reunia gente

como Thales de Azevedo, Gilberto Freyre, Abgar Renault e Fernando Azevedo. A idéia básica era interessar a universidade brasileira e a intelectualidade, de maneira geral, em integrar a educação no seu campo de estudos, como se fazia em medicina e engenharia. Em 1955, com a eleição de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, é convidado a auxiliar Anísio Teixeira, agora Presidente do INEP, na elaboração das primeiras diretrizes e bases da educação nacional, a cujo aperfeiçoamento continuaria se dedicando décadas mais tarde. Um dos pontos fulcrais do debate da proposta no Congresso foi a questão da formação do magistério primário. Seus opositores, a direita, queriam, em nome da liberdade de ensino, transferir o curso de ingresso no curso normal do princípio dele para o fim. Com isso pretendiam deixar livre quem quisesse criar escolas normais. Com a aprovação da lei, isso acabou se convertendo num negócio que multiplicou geometricamente o número de cursos normais, na mesma medida em que degradou a formação do professorado de maneira irreparável.

O que se debatia, em essência – diria Darcy mais tarde – , era, por um lado, o caráter da educação popular que se devia dar e, por outro lado, como destinar ao ensino popular os escassos recursos públicos disponíveis para a educação. Não nos opusemos jamais à liberdade de ensino no sentido de direito, de quem quer que seja, a criar qualquer tipo de escola às suas expensas, para dar educação do colorido ideológico que deseja. Nos opúnhamos, isso sim, em nome dessa liberdade, a que o privatismo se apropriasse, como se apropriou, dos recursos públicos para subsidiar escolas confessionais ou meramente lucrativas. O ideal de Anísio Teixeira, abraçado por Darcy, era o de uma escola pública democrática, tal como aquela pensada por Dewey, destinada a abrir uma porta para que o povo brasileiro ingressasse na civilização moderna, fundada numa cultura letrada. Uma escola capaz de interromper o perverso processo de multiplicação que tem renovado, desde sempre, a população brasileira, mantendo-a igual a si mesma, ou seja, ignorante e faminta. Mas devotada ao trabalho, servil ou livre, sempre temente a Deus, conformada com seu triste destino sobre a Terra.

A Srª Júnia Marise (Bloco/PDT-MG) – Permitte-me V. Exª um aparte?

O SR. ABDIAS NASCIMENTO (Bloco/PDT-RJ) – Pois não. Ouço o aparte de V. Exª, nobre Senadora Júnia Marise.

A Srª Júnia Marise (Bloco/PDT-MG) – Nobre Senador Abdias Nascimento, V. Exª presta – e eu estou, inclusive, quebrando o protocolo e ficando de pé para agradecer a oportunidade do aparte a V. Exª – uma homenagem ao saudoso, querido e grande brasileiro Darcy Ribeiro. A iniciativa de V. Exª, autor do requerimento subscrito e apoiado por vários outros nobres Senadores, tem, hoje, um momento histórico e especial. Eu não falo apenas como amiga que sempre fui de Darcy Ribeiro, mas também em nome de todos os mineiros, porque foi Minas Gerais o berço de Darcy Ribeiro. Nascido no norte de Minas, na cidade de Montes Claros, ele aprendeu a conviver com as dificuldades da gente de uma das regiões mais pobres e mais sofridas do nosso Estado. Darcy Ribeiro transcendeu as fronteiras de Minas para se transformar no mineiro que se entregou ao Brasil na sua proposta, na sua luta, no seu ideal, no seu sonho de transformações sociais em nosso País. Darcy Ribeiro foi o exemplo e a grande bandeira da resistência democrática nos momentos do autoritarismo no nosso País. Darcy Ribeiro retomou a sua atividade política como Vice-Governador do eminente Governador Leonel Brizola. Chegou ao Senado da República não apenas como porta-voz dos seus eleitores do Rio de Janeiro, mas como porta-voz de todos os brasileiros, principalmente daqueles mais oprimidos. Defendeu as minorias como nunca, defendeu os negros, defendeu os índios como defendeu as mulheres. Darcy foi uma âncora, na vida pública deste País, compreendeu a necessidade de ser o intérprete, o sentimento e a voz das minorias. Como Senador, Darcy Ribeiro deixou uma marca indelével não apenas no presente mas para o futuro do Brasil. Foi o Relator da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e abriu o debate dessa matéria para a sociedade, para os todos os segmentos envolvidos, o da cultura, o da arte e o da educação, para que pudessem, sim, concretizar um modelo de educação capaz de combater o analfabetismo e de dar educação a todas as crianças deste País em idade escolar. Foi exatamente pela iniciativa de Darcy Ribeiro, que, de forma democrática, possibilitou a todos nós, Senadores, o encaminhamento e a discussão das emendas para aperfeiçoamento desse projeto, que nós pudemos, enfim, que tivemos oportunidade de aprovar aqui o parecer e o substitutivo Darcy Ribeiro, sancionado pelo Presidente da República, que deu à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação o nome de Lei Darcy Ribeiro. Portanto, Senador Abdias Nascimento, para não lhe tomar muito tempo – V. Exª está discorrendo com sensibilidade e, acima

de tudo, como o Senador que substituiu Darcy Ribeiro nesta Casa e que tão bem está projetando a sua luta, o seu trabalho em defesa das minorias -, quero dizer que V. Ex^a deixa registrado nos Anais do Senado Federal um vasto currículo de Darcy Ribeiro no transcurso - que o Brasil comemora saudosamente - do primeiro aniversário de sua morte. Nós, seus amigos, enquanto convivemos com ele, tivemos oportunidade de conhecê-lo cada vez mais, no Senado Federal, mas, sobretudo como companheira de Partido. Darcy Ribeiro tinha em seu coração a bandeira do Partido Democrático Trabalhista, PDT, e com ela ele se compunha na formação da sua trincheira de luta em favor de um País socialmente justo, em favor da cultura, da educação, do Brasil. Por isso, agradeço a oportunidade, Senador Abdias Nascimento, de poder, por meio deste aparte, expressar também o sentimento de Minas Gerais, dos conterrâneos de Darcy Ribeiro, de todo o Brasil, pela perda, que aconteceu há um ano, desse homem que dedicou a sua vida ao trabalho, à luta pelo nosso Brasil. Ele vai ficar sempre na memória de todos os brasileiros.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO (Bloco/PDT-RJ) - Muito obrigado a V. Ex^a.

Em 1959, Darcy Ribeiro recebe um de seus mais importantes encargos: criar a Universidade de Brasília. Amplamente discutido com a cúpula da SBPC e com os principais intelectuais brasileiros, o projeto de Darcy pretendia criar uma universidade que não repetisse o modelo existente, mas que, ao contrário, inovasse o ensino superior brasileiro. Nas palavras de Darcy, em vez de uma universidade-fruto inspirada nos velhos modelos, uma universidade-semente.

A implantação da UnB foi caracterizada, como não poderia deixar de ser, pelo conflito entre as forças reacionárias, que nela enxergavam - e com razão - mais uma ameaça à posição de que desfrutavam, e aqueles que viam na universidade democrática uma porta para o futuro. Com a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart, em 1961, Darcy Ribeiro é nomeado, em agosto de 1962, para um de seus mais altos cargos na vida pública, o de Ministro da Educação. Vivia-se um dos períodos mais conturbados de nossa história recente, encerrado pelo golpe militar de 1964, que obrigou Darcy a buscar o exílio no Uruguai. Mal chegado a Montevideu, foi imediatamente contratado como professor de Antropologia da Universidad de la República, posteriormente encarregado de presidir o seminário de reformas da universidade - segundo ele, a tarefa mais gratifican-

te de sua vida. Foi, de fato, um período fecundo, em convivência com intelectuais uruguaios, com os quais Darcy produziu uma bela e lúcida Enciclopédia da cultura uruguaia. Foi também nesse período que ele começou a escrever seus Estudos de antropologia da civilização, série composta por seis livros fundamentais para a antropologia brasileira, em que tenta interpretar globalmente o processo de formação dos povos americanos. Entre 1968 e 1977, passa pela Venezuela, o Chile e o Peru. Visita o Brasil algumas vezes, mas seu retorno definitivo seria em 1978, em plena distensão comandada por Ernesto Geisel. Dedicou-se, então, a uma paixão antiga, promovendo inúmeras campanhas em defesa dos povos indígenas. No ano seguinte, ao lado de inúmeros outros brasileiros, é beneficiado com a assinatura da lei de anistia a todos os punidos pelo movimento de 1964.

Fortalecida durante os anos de exílio, a amizade com outro retornado, Leonel Brizola, marcaria a volta de Darcy ao Brasil:

Reintegrados no quadro político graças à anistia, nosso primeiro objetivo - diria Darcy - foi reconquistar a velha legenda do Partido Trabalhista Brasileiro, legenda historicamente nossa, e que só nós podíamos conduzir com dignidade. Ainda no exílio, Brizola promoveu duas reuniões em Lisboa, com o objetivo de definir o programa do futuro PTB. Escrevi os estatutos do novo PTB e entramos em luta judicial em Brasília contra uma aventureira, Ivete Vargas, que, associada ao General Golbery, disputava a mesma legenda. Ela ganhou. (...) Pouco depois, Doutel de Andrade me procurava para escrever um novo estatuto. Agora para o Partido Democrático Trabalhista, que seria a nossa trincheira. Com essa legenda, voltamos à vida política.

Eleito, com Brizola, Vice-Governador do Rio de Janeiro, em 1982, Darcy Ribeiro lançou o mais amplo e ambicioso projeto educacional que o Brasil já conheceu: o Programa Especial de Educação, responsável pelos tão famosos quanto injustiçados Cieps. Com eles, cristalizava-se, pela primeira vez no Brasil, aquilo que é comum no ensino público de todo o mundo civilizado: escolas de tempo integral para alunos e professores, dotadas das condições indispensáveis para que as crianças oriundas de famílias pobres, que não tiveram escolaridade prévia, possam progredir nos estudos e completar o curso fundamental. Para Darcy e seus colaboradores, as-

segurar isso a todas as crianças é o único modo de integrar o Brasil à civilização letrada, dissolvendo as imensas massas marginalizadas de brasileiros analfabetos.

Por acreditar nesses ideais, foi para Darcy o maior golpe de sua vida ver esse programa ser abandonado, em plena realização, por puro sectarismo político, pelo Governo seguinte. Assim, 360 mil crianças, quase todas de áreas pobres, foram tiradas do regime integral e devolvidas à rua, ao lixo, à delinquência. Sem equipamentos, sem professores, sem manutenção, os 500 Cieps construídos no programa de Darcy Ribeiro constituem tristes monumentos à miopia política e cultural, bem como ao reacionarismo de nossas elites, interessadas em manter o povo ignorante para dominá-lo com maior facilidade.

Outra realização educacional de Darcy Ribeiro em associação com Leonel Brizola é a Universidade Estadual do Norte Fluminense. Edificada e implantada na cidade de Campos, num conjunto universitário projetado por Oscar Niemeyer, Darcy a via como a Universidade do Terceiro Milênio. Embora problemas políticos persistam atravancando sua efetiva implantação, Darcy morreu acreditando que os males que a afligem são apenas passageiros, pois, uma universidade feita para viver nas décadas e nos séculos deles se lavará com um banho de lixívia.

Eleito para o Senado, Darcy Ribeiro não permitiu que a doença, que com ele travava uma luta de morte, o impedisse de lutar pelos valores em que sempre acreditou. Sua maior satisfação nesta Casa foi ver aprovada a sua nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, fruto de mais de dois anos de trabalho árduo e contínuo. Igualmente emocionante foi ver aprovada a lei sobre doação de órgãos, da qual foi co-autor e responsável pela principal inovação — a chamada doação presumida.

Mesma sorte não tiveram outros projetos de mesma relevância, como o que prevê a introdução de repelentes na cola de sapateiro, para evitar que crianças a cheirem, ou seu projeto de reforma agrária, tema de magna relevância que ele sequer pôde ver discutido em nossa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Foram essas, contudo, apenas derrotas circunstanciais na trajetória de um homem vitorioso, autor de uma prosa caudalosa como um rio amazônico, com livros traduzidos em uma variedade de idiomas e publicados em mais de 20 países. Entre eles, *O Processo Civilizatório*, *Os Índios e a Civilização*, *Suma Etnológica Brasileira*, *Maíra* e *Utopia Sel-*

vagem. Um homem que viveu, na plena acepção desse verbo. Que amou profusamente, que lutou em defesa de seus ideais, que propôs novos caminhos para a solução de antigos problemas! Um brasileiro imprescindível, que dedicou sua vida à causa dos menos afortunados. Mas que soube fazê-lo com alegria e bom humor, frutos de uma imensa generosidade e de uma infinita compaixão pela sorte de seus semelhantes!

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ainda como uma homenagem a Darcy Ribeiro, que certamente estaria solidário se estivesse vivo, solicito a transcrição de um documento daqueles infelizes que foram vítimas de um desabamento na cidade do Rio de Janeiro.

Ainda chocada com a tragédia da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, em que oito pessoas faleceram, vítimas sobretudo da certeza da impunidade com que agem alguns setores de nossa classe dominante, a sociedade brasileira cobra das autoridades uma ação incisiva. Sobretudo de nós, membros do Congresso, para que um estatuto democrático em sua essência, como a imunidade parlamentar, não se transforme em abrigo de criminosos vestidos em representantes do povo.

Com esse objetivo, peço seja transcrito nos Anais desta Casa o texto abaixo, que me foi enviado pela Sociedade Civil Comunitária Barralerta.

Sr. Presidente, eram estas as minhas homenagens ao querido companheiro de PDT Senador Darcy Ribeiro.

Axé, Senador!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. ABDIAS NASCIMENTO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO:**

BARRALERTA

Rio de Janeiro, 3 de março de 1998

Exm^o Sr.
Senador Abdias Nascimento
Congresso Nacional
Brasília-DF
CEP: 70.160-900
Fax: (061) 323.4340

A Sociedade Civil Comunitária Barralerta por seus Conselhos Diretor e Planejamento vêm a presença de V. Ex^a para expor e afinal requerer quanto segue:

1 — Barralerta tem em seus quadros representantes de todos os segmentos da sociedade civil da Barra, inclusive empresários e autoridades da 24^a Região Administrativa da Prefeitura;

- 2 – não pode portanto silenciar diante da tragédia que se abateu sobre os moradores do prédio construído pela Construtora Sersan de propriedade do Deputado Sérgio Naya, e que, por absoluta incompetência, negligência ou imperícia dos seus engenheiros responsáveis, foi implodido por falta de segurança para seus moradores;
- 3 – outros prédios construídos na mesma área – Rua Jomalista Henrique Cordeiro, encontram-se sob suspeita, sendo periclitados por técnicos da Prefeitura e da Defesa Civil;
- 4 – desnecessário dizer do enorme prejuízo causado pela Construtora Sersan, aos adquirentes das unidades, alguns dos quais perderam entes queridos no desabamento parcial do prédio, ocorrido em 22 de fevereiro passado;
- 5 – os laudos técnicos estão direcionando para a má qualidade dos materiais usados na construção do edifício implodido, além de falhas na estrutura e fundações do Palace II;
- 6 – 176 famílias ficaram, pelos atos criminosos do Sr. Sérgio Naya, privados da totalidade de seus bens e sete pessoas morreram na catástrofe;
- 7 – o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro aventa até a hipótese de enquadramento dos engenheiros responsáveis no art. 121 do Código Penal parágrafo 2º (Homicídio qualificado);
- 8 – ocorre que o Sr. Sérgio Naya, signatário das plantas da construção do edifício Palace II, covardemente, já declarou que "não abrirá mão de sua imunidade, uma vez que ela pertence à Câmara dos Deputados";
- 9 – esquece ou finge esquecer o Sr. Sérgio Naya que o instituto da imunidade, foi criado para dar proteção aos Parlamentares por seus atos e ações praticados no legítimo exercício do mandato popular, e não para dar guarita a criminosos comuns;
- 10 – o cidadão em causa vai permitir que seus prepostos sejam processados e condenados, e ele pretende ficar escondido e impune pela sua alegada imunidade;

Sr. Parlamentar,

Estamos nos dirigindo à V. Exª por ter sido eleito e representar a população do Rio de Janeiro nessa ilustre Casa, cujo prestígio deve ser resguardado.

O cidadão Sérgio Naya conspirou a classe dos engenheiros, desacreditou as empresas construtoras honestas e pretende que a Câmara dos Deputados se torne valhaçouto de um criminoso comum.

Alardeia, o referido cidadão, que possui bens para cobrir o prejuízo das vítimas, mas não toma nenhuma providência nesse sentido. Esconde-se no Parlamento e declara desejar viver em Miami, onde a mão da Justiça terá mais dificuldade em alcançá-lo;

A sociedade brasileira espera dos Srs. Parlamentares uma postura altaneira e digna cassando este Deputado ou, pelo me-

nos, autorizando seja o mesmo processado com seus comparas pelo crime de morte de sete brasileiros, além de outros delitos que estão sendo denunciados pela imprensa.

Subscrevemo-nos, – Ney Tinoco, Diretor Administrativo, Presidente do Conselho de Planejamento – Kleber Machado, Presidente do Conselho Diretor – Orlando Raso, Diretor Financeiro.

Durante o discurso do Sr. Abdias Nascimento, o Sr. Lúdio Coelho, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – V. Exª será atendido, na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs. Senadoras, Srs. Senadores, fico a pensar no que faria Darcy Ribeiro se tivesse que falar sobre ele mesmo numa sessão especial. Com aquela sua alegria e capacidade permanente de improviso e criatividade, o que teria a dizer depois de um discurso tão importante e exaustivo como o que fez o nobre Senador Abdias Nascimento, que exauriu toda a beleza da vida de Darcy numa biografia rápida, precisa, concisa, emocionada e sobretudo justa?

Imagino que, se tivesse que falar depois de um discurso tão concatenado, Darcy buscaria o improviso absoluto, a anarquia criativa do pensamento. E é com esse espírito que, espero, iluminado por ele, venho a esta tribuna, sem a preparação que merecia esse fato. Mas estimo que Darcy gostaria desse pensamento que flui livremente, alegre como ele, se possível até irreverente; se bem que, infelizmente, essa não seja uma das características deste Orador.

O Darcy pessoa precisa ser muito bem compreendido por todos nós. Posso falar com algum conhecimento, porque o conheci em 1960. Trabalhei diretamente com ele no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Tivemos uma longa convivência. Depois convivemos ao tempo da formação da Universidade de Brasília. Fomos exilados juntos, embora para países diferentes, e depois o reencontrei aqui no Senado.

A pessoa de Darcy Ribeiro era possuída por aqueles diabinhos benditos que fazem muito mais parte do céu do que do inferno – Deus também tem os seus diabinhos! E esses diabinhos brincavam no seu olhar, na sua fala, na sua constante alegria, naquela criança livre que morava dentro de Darcy e que o acompanhou durante toda a sua vida. Esses diabinhos estavam presentes até no seu jeito e no

seu rosto. Darcy nunca perdeu o brilho de uma criança livre. E foi uma criança livre do pensamento, da política, na qual se atirava com as alegrias de uma aventura deliciosa. Darcy enfrenta dificuldades ingentes, porém sempre com a disposição, a alegria. Estão fechadas as portas do Brasil. Semearei universidades pelo mundo! Estou exilado político. Serei um exilado político afirmativo!, dizia Darcy.

Eu, que fui exilado político, sei o que significa o exilado político deprimido e o exilado político alvissareiro. Este último era Darcy. Vou fazer uma conferência na Sorbonne. Eu a farei em português – e assim Darcy, na Sorbonne, para espanto dos doutos, falou em português.

Era essa a sua personalidade cativante, macunaímica, como foi dito, porque ao mesmo tempo que séria, participante, não estava absolutamente presa aos formalismos e à rigidez da compostura habitual do trato político, que nos faz, muitas vezes, sermos seres endurecidos, distantes da vida, distantes do amor, distantes de tudo que pulsa, para sermos exclusivos servos das questões econômicas, administrativas, políticas e sociais.

Darcy sempre, portanto, como pessoa, deixa uma marca que não desaparecerá de todos nós, até quando ficávamos irritados com ele – fiquei várias vezes irritado com Darcy, como ele comigo. Mas jamais se perdia aquele traço que ele conseguia com um gesto, com uma frase, imediatamente trazer à tona, um traço de solidariedade, de generosidade, de alegria, de capacidade de convivência com o próximo. Assim que o Darcy pessoa é um ser muito interessante.

Escutei-o contar a fase de sua juventude em que pensou no suicídio. Quem diria, Darcy Ribeiro pensar no suicídio. Pois ele pensou e, por pouco, não se matou, jovem, quando se achava absolutamente perdido, inútil, sem caminhos. Imaginem esse curumim com quem convivemos aqui perdido, sem caminhos, na juventude! E vejam o quanto a questão existencial marca o ser humano, e como é possível mergulhar na depressão para dela sair renovado e fazer da sua existência um hino à vida. E esse hino à vida viria aparecer no Darcy enfermo.

Quando ele se operou, em 1968 ou 1969, se não me engano, eu já havia voltado do exílio e fui visitá-lo na Beneficência Portuguesa. Ele estava assistido por nossa amiga comum, Vera Brant, e estava nos minutos anteriores a um exercício de respiração, pois se lhe havia extirpado um pulmão, e ele precisava fazer exercícios respiratórios muito fortes. Ele me olhou, firme – eu não o via há bastante tempo –

e me disse: Olha, não vai ser um cancerzinho que vai me abater. Nunca esqueci e recordo com emoção aquele olhar do Darcy. Ali estava uma disposição de vida de alguém que não tentara, mas pensara no suicídio. Ali estava a afirmação da vontade de continuar, que tinha a ver, em profundidade, com a nossa vontade de continuar na luta pela redemocratização do País. Foi um gesto de força do qual minhas memórias e retinas jamais se olvidarão.

Pouco antes da morte, Darcy deu uma entrevista muito emocionada a Roberto DÁvila. E ali Roberto DÁvila, apesar de seu modo gentil, suave e doce de entrevistar, tocou no problema da morte com alguém que estava condenado a morrer. Foi visível a emoção do Darcy e, ao mesmo tempo, podíamos perceber com clareza o tumulto das idéias que dentro dele vicejavam; de um lado, o materialista ateu, em nada acreditando a não ser na matéria; de outro lado, alguém que, em função de toda sua formação, em função de amigos queridos com visões da possibilidade da transcendência diferentes da dele, ao mesmo tempo em que revelava uma aceitação quase que guardada, impossível de ser aceita pela sua razão, da possibilidade da existência de algo após a morte, firmava-se com coragem naquilo que fora a sua convicção e dizia: Eu não posso dizer que tenho medo da morte, porque não tenho medo de morrer, mas sou obrigado a aceitar que estou sofrendo por uma imensa saudade da vida. Então não era o medo da morte pelo medo de morrer, mas o medo da morte pela perda da vida; a idéia da vida a predominar.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB-CE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ) – Com muito prazer, Senador.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB-CE) – Eu estava acompanhando atentamente tanto o discurso do nosso nobre colega Senador Abdias Nascimento, quanto o de V. Ex^a, que, nesse tom coloquial, define com muita precisão essa personalidade polimórfica que era Darcy Ribeiro. Meu ex-correligionário, pois militamos juntos durante determinado tempo no PDT, o fato de ter admitido uma nova opção partidária nunca me afastou de Darcy Ribeiro, pelo contrário, talvez me tenha aproximado mais dele. Tivemos oportunidade de fazer vários trabalhos em conjunto no Senado, dos quais eu citaria dois: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, à qual ofereci muitas emendas, acatadas quase que em sua totalidade por ele, e o projeto de lei sobre transplante de órgãos, para o qual elaborei um substitutivo que teve como

base, entre outros dois, um projeto de lei, audacioso e revolucionário, de autoria do Senador Darcy Ribeiro. Muitas vezes estivemos reunidos traçando estratégias para a aprovação do projeto e para a sanção do Presidente da República. Darcy sempre foi um homem ousado, audacioso e muito afirmativo nas suas idéias e nas suas propostas. Nos últimos dias de vida, estive em seu apartamento tratando dessas matérias. Uma vez, Darcy me disse: Lúcio, tenho outra incumbência para você. Ele gostaria que eu fosse relator de um projeto apresentado por ele sobre a reforma agrária, e que, colaborando com ele, tentasse viabilizar sua aprovação, mas o projeto terminou não tramitando. Portanto, essa homenagem é justa, merecida e é a evocação de uma personalidade singular, porque Darcy Ribeiro também era um homem de paradoxos: era o mais cosmopolita possível, urbano por excelência e, ao mesmo tempo, um homem preso às nossas raízes, ao nosso sertão, ao índio, às nossas tradições e às nossas origens, ao nacionalismo, e assim por diante. Congratulo-me com o belo discurso que V. Ex^a faz, o que, aliás, não é nenhuma surpresa, sobretudo porque é feito com estilo muito próprio e muito sentimental, muito cáldo quando se refere a essa personalidade fulgurante que foi Darcy Ribeiro. Ele foi realmente um homem surpreendente, que deixou legados diversos como legislador, como Senador, como professor, como homem ligado à educação – a concepção dos Cieps, levada a cabo, no Rio de Janeiro, pelo ex-Governador Leonel Brizola, o ensino de tempo integral, o ensino à distância – pela qual tinha apego, e também em outras áreas que poderíamos mencionar, como o Projeto Caboclo, que foi a sua última criação, não tendo ele, infelizmente, podido assistir a sua conversão em realidade, a sua materialização. Enfim, era um homem que sonhava, tendo transformado em realidade muitos desses sonhos. Congratulo-me com V. Ex^a, associando-me ao seu discurso.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ) – Muito obrigado, Senador Lúcio Alcântara.

O Darcy político. Certa vez, um intelectual espanhol, alguns anos após a queda de Franco, ao chegar no bar onde, classicamente, se reunia com os amigos, deu uma pancada na mesa e disse: Que enormes saudades eu tenho do tempo de Franco! Os seus companheiros, espantados: Como? Você? Que é isso? Ele os acalmou, porque percebeu que estavam achando que ele iria elogiar Franco, dizendo: Não, não, não; não tenho saudades dos tempos de Franco por ele, mas porque naquele tempo éramos todos tão amigos!

Essa observação do intelectual espanhol cabe perfeitamente a todos os países que se libertaram das ditaduras. De certa forma, o sofrimento une e a liberdade separa. Curiosa contradição da vida!

E é sobre essa união e essa separação que gostaria de trazer uma palavra ao lembrar Darcy Ribeiro. Para nós, do Rio de Janeiro, houve um momento crucial na política: ou ficávamos com o PMDB, que executara uma política de frente na direção de empurrar a ditadura para trás e abrir caminhos pacíficos – felizmente os caminhos abertos no Brasil –, ou, para nós que vínhamos dos trabalhistas, encaminhar-nos-íamos para a direção do PDT.

Recordo-me de um telefonema que o Darcy me deu, brigando comigo, porque permaneci no PMDB naquele momento, sem ir ao PDT, oriundo das tradições trabalhistas às quais pertenci – e pertenço até hoje, dentro do meu pensamento.

Posteriormente, acontece, na sociedade brasileira, um fato que ainda não está concluso e que é muito rico de lições para todos nós. A socialdemocracia, Partido ao qual pertenço, não tem o monopólio do pensamento socialdemocrático; este está também em setores do PMDB, predominante; está em setores, talvez minoritários, do PFL; está em setores do próprio PT e está no PDT. O pensamento socialdemocrático surge numa tentativa de organização no Brasil, que já leva 10 anos. Curiosamente, após a eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, os socialdemocratas brasileiros situaram-se – não diria que estão porque estar é algo mais profundo – numa posição distante de partidos trabalhistas, de partidos de socialismo democrático, aliança que seria natural. A aliança natural do partido socialdemocrata está com os partidos – vamos chamar assim – da posição de centro-esquerda.

Isso trouxe e traz, para todos aqueles que vêm das lutas de 64, alguns problemas de extrema dificuldade no plano pessoal: muitas vezes, a separação política promove separações de natureza pessoal. Nunca foi o caso da relação com Darcy Ribeiro, mas foi, sim, o caso nosso de muitas discordâncias ao longo do tempo. O interessante é que as discordâncias não se dão pela essência do problema, nem pela visão de mundo, nem pela meta: elas se dão pelos modos, pelos caminhos políticos.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o PSDB é um Partido que pensa que, mesmo com idéias de Esquerda, só é possível avançar pelo centro, enquanto partidos que têm a mesma idéia na formação crêem, supõem – sabem, não ousa dizer; creio que supõem – que as idéias de Esquerda têm

que caminhar pela esquerda. Essa diferença na pujança da vida político-partidária separa mais do que nomes, figuras e pessoas de pensamento próximo.

Não fomos capazes ainda, no Brasil, de fazer um grande pensamento comum, um grande debate, que pudesse trazer ao pensamento de Esquerda caminhos de maior amplitude. Há, no território da Esquerda, uma espécie de disputa por primazias, purezas e superioridades de critérios ideológicos; e isso tem afastado muitas pessoas, muitos partidos, muitas iniciativas, de gente que pensa de maneira próxima e que vislumbra um futuro democrático e socialista dentro de uma sociedade de mercado.

O tempo e o caráter da homenagem não permitem desenvolver essa idéia, que é muito rica e se presta a outras considerações, mas permite, sim, lembrar que Darcy Ribeiro foi um daqueles que permaneceram fiéis aos elementos da sua formação. Ele é um dos que trazem a marca daqueles que se formaram na filosofia do Estado-Nação, que vem do século XIX, marca o século XX e, só no final do século XX, com o fim da Guerra Fria, com megatransformações na sociedade, via comunicação, via inter-relação econômica, via comércio internacional, cria situações novas, absolutamente novas para o pensamento. E é justamente aí que se dão algumas separações de pessoas que deveriam e poderiam estar do mesmo lado na política. Diferentes concepções sobre a mesma visão de mundo. Interessante!

Nesse ponto, Darcy, uma vez mais, foi um ba-luarte, um herói, porque se manteve até o final ligado às idéias e aos modos de atuar concebidos pela formação de um homem – vamos chamar – da geração de 40, daquela geração nascida, forjada ao fim da ditadura Vargas, ao fim da Segunda Guerra Mundial e num momento em que o sonho do socialismo de Estado pareceu a todos, a todos os jovens generosos e idealistas, o único caminho pelo qual o socialismo poderia trilhar.

Essa fidelidade à própria crença levou Darcy a todas as suas posições políticas. Acontece que a posição política para Darcy não era apenas um fato lógico, racional: a posição política para Darcy era também um fato estético, um fato existencial. A sua existência se explicava, o seu sentido de mundo, a sua estética, a sua literatura se explicava na medida em que se tornava expressão da sua idéia política.

Leiam os livros de Darcy e vão verificar que, na pulsação do seu estilo, tão próximo ao seu modo de ser: ágil, súbito, criativo, inusitado, inesperado, bri-

lhante, talentoso, a visão estética está presidida constantemente por uma visão política.

Podemos discutir horas se a arte deve ou não ser engajada. Eu, pessoalmente, creio que não, embora também não creia que nenhum autor possa deixar de ter formas poderosas de engajamento, porque até quem não as tem tem, porque quem se diz apolítico político é, já que pelo menos está de acordo com o **status quo**. Não creio que as pessoas sejam apolíticas. Não há pessoas apolíticas: há pessoas apartidárias, apolíticas jamais, porque até quem pretende ficar alheio à política está ficando de acordo com alguma política, pelo menos o **status quo**.

O Darcy político, portanto, está firmemente presente em tudo o que marcou a coerência de seus passos. O mais, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é o Brasil, o mais é a paixão enlouquecida, deliciosa por este País, que ele amou como todos nós amamos, porém de um modo mais brilhante, mais esfuziante, mais cantante, mais talentoso. Este País das contradições, este País das injustiças graves, este País capaz de construir uma arte e uma literatura notáveis para exemplo do mundo e incapaz de construir elementos básicos, indispensáveis a que a vida funcione com igualdade de direito para todos os seus filhos.

O mais em Darcy foi esse Brasil tropical, irreverente, carregado de seiva, de verve, de busca, carregado de amor. E amor não lhe faltou jamais, nem o amor político de seus eleitores nem o amor pessoal de suas tantas mulheres, que ele fazia questão de citar sempre com enlevo, sempre com admiração.

Por tudo isso, fica em nossa memória este exemplo de vida, este exemplo de liberdade, este exemplo de amor a esta Pátria. Amor esse que uma Casa como o Senado da República, que diariamente o exerce a despeito de todas as dificuldades, não poderia ficar alheio quando relembra – porque não direi comemora –, quando relembra um ano da desapa-rição de um dos seus mais elevados membros, de um de seus mais importantes Senadores em toda a história das cinquenta Legislaturas existentes até hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela consideração.

Durante o discurso do Sr. Arthur da Távola, o Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Já estamos no período da Ordem do Dia. Entretanto,

to, se os oradores puderem fazer uma síntese de seus pronunciamentos, eu poderei esperar até às 17h, levando em conta a memória de Darcy Ribeiro, que estamos homenageando. Mas, às 16h, terei que fazer a Ordem do Dia, e caso haja novos oradores, terão que falar após esse período.

Com a palavra o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL-TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, há um ano, na condição de representante desta Casa, compareci às exéquias do Senador Darcy Ribeiro. Pude, então, constatar que tanto o velório quanto o sepultamento foram um testemunho eloquente da sua vida.

No Salão Nobre do Congresso Nacional e na Academia Brasileira de Letras, onde seu corpo foi velado, a presença de índios, negros e brancos, mineiros, cariocas e brasileiros de todo os quadrantes, estudantes, escritores e professores, políticos de todos os partidos, servidores públicos e do Presidente da República marcou a brasilidade global desse homem, cujo pensamento e ação foram devotados ao povo brasileiro.

Mas as coroas de flores enviadas por Chefes de Estado da América Latina – Eduardo Frei, do Chile, e Fidel Castro, de Cuba –, por embaixadores da mesma região, mostraram, ainda, a dimensão universal de Darcy: cidadão latino-americano e homem do mundo.

Nasceu em Montes Claros, Minas Gerais, em 1922, das famílias Ribeiro e Silveira. Sua mãe, Josefina Augusta da Silveira Ribeiro, era prima da minha avó, Felicidade Silveira. Muito me orgulho do tronco comum. Sua inquietude e vigor intelectual levaram-no a sair, jovem, da sua terra natal e a se projetar no cenário nacional e internacional como etnólogo, antropólogo, administrador, educador, escritor, político, polemista e, sobretudo, fecundo criador.

Viveu entre os índios da Amazônia e do Mato Grosso do Sul, por cerca de dez anos, e humanizou-se com eles, segundo ele próprio afirmava. Suas mais belas páginas, entre os mais de trinta livros que escreveu, são inspiradas nos primitivos habitantes do Brasil. Em *O Povo Brasileiro*, está a prova cabal de que foram os ventres das Índias que geraram uma nova raça, a raça brasileira. Da miscigenação entre negros africanos, brancos europeus e índios surgiu uma nova civilização, a civilização brasileira, cujo povo alegre, sensual e otimista está fadado a ter um destino glorioso.

Nos últimos dias de sua vida, Darcy idealizou e apresentou no Senado o Projeto Caboclo, que visa a

reunir a experiência histórica dos povos da floresta amazônica e as novas e imensas possibilidades que a biotecnologia abre para a região. Não para destruir o conhecimento adquirido pelos índios e pelos caboclos através dos tempos, mas para vivificar, enriquecer e humanizar. A fé, a esperança e o amor de Darcy eram tão grandes que, mesmo debilitado fisicamente pelo câncer, seu espírito não se abatia e só pensava em encontrar soluções para os problemas brasileiros.

No dia 17 de fevereiro de 1997, instalou-se em Brasília o primeiro simpósio destinado à implantação do Projeto Caboclo. Deveria o evento contar com a presidência do nosso saudoso companheiro. Talvez a proximidade de concretização desse sonho tenha afetado ainda mais a saúde já muito combatida de Darcy. O simpósio transcorreu sem ele e encerrou-se às 18h30min; às 18h45min, o idealizador do Projeto Caboclo se foi.

Sem ele, os contatos verbais com uma ONG holandesa foram interrompidos. Em consequência, a Fundação Darcy Ribeiro não pôde ainda operacionalizar o projeto, por falta de financiamento.

Sr. Presidente, tenho aqui o **Jornal do Senado**, edição de 24 de fevereiro de 1997, registrando o momento em que Darcy Ribeiro apresentava para nós, seus companheiros Senadores, o Projeto Caboclo para comunidades autônomas. V. Ex^a, naquela oportunidade, se manifestou no sentido de que esse projeto teria todo o apoio e beneplácito do Congresso Nacional. Aqui está a figura de Darcy, o retrato de V. Ex^a e de vários outros Srs. Senadores.

Sua outra grande luta, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, felizmente foi aprovada, graças à sua pertinácia e obstinação.

O poeta-mor do Brasil, Carlos Drummond de Andrade, sintetizou esplendidamente sua personalidade: Darcy é um monstro de entusiasmo que nenhum golpe feroz arrefece. Darcy é caudal de vida. Como médico, só posso afirmar que conseguiu o impossível: operado de câncer no pulmão, em 1974, sobreviveu laboriosamente até 1995, quando, novamente internado com câncer na próstata, fuge da UTI para saborear a vida, concluir duas grandes obras e agarrar-se, avidamente, às suas utopias e ideais.

Após ter fundado e regido a Universidade de Brasília, ter sido Ministro da Educação no Governo parlamentarista, passou a ser o Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República e braço direito do Presidente João Goulart.

O exílio forçado, extremamente doloroso para um homem que amava profundamente sua nação e seu povo, foi fértil em trabalho e realizações em vários países do continente latino-americano. Contribuiu decisivamente na reforma das universidades da República, do Uruguai, e Nacional, da Venezuela. Convidado por Salvador Allende para assessorá-lo na chefia do Governo socialista, Darcy Ribeiro transferiu-se para o Chile. Após o golpe militar nesse país, vai para o Peru, também a convite do seu Presidente Juan Velasco Alvarado, e planeja um sistema de universidade global para esse país. Elaborou estudos para as universidades do México, da Costa Rica e também da Argélia.

De volta ao Brasil, em 1978, é anistiado em 1979, no bojo da redemocratização, lançando-se, mais uma vez, de corpo e alma, às atividades culturais e políticas. Funda com Brizola o Partido Democrático Trabalhista – PDT (1980) e é eleito vice-governador do Rio de Janeiro (1983-86). Assume a Secretaria Extraordinária de Ciência e Cultura e cria, na sua gestão, o Sambódromo e os CIEPs.

Os CIEPs – hoje, CAICs – são disseminados, em seguida, para todo o Brasil, pois a educação pública em tempo integral passa a ser entendida como a melhor solução pedagógica e social para a educação das crianças, em especial as carentes.

O Sambódromo, a princípio tão criticado como elefante branco, é hoje reconhecido como o templo do samba brasileiro; os desfiles das escolas de samba ali realizados constituem-se no ponto culminante da vida cultural brasileira. Em 1987, assume a Secretaria Extraordinária do Desenvolvimento Social de Minas Gerais; elege-se Senador pelo Rio de Janeiro em 1990, e membro da Academia Brasileira de Letras em 1992.

Estou certo de que a obra de Darcy se projetará para o próximo século. Sua lembrança não se apagará da memória da Pátria, à qual serviu como poucos. Ele tornou-se uma das glórias da Nação e um de seus filhos mais queridos.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT-AP.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, confesso que é com imensa saudade que venho a esta tribuna, na tarde de hoje, para participar desta homenagem que o Senado de República presta à memória de Darcy Ribeiro.

Convivi pouco com Darcy Ribeiro, mas, pelo tempo que pude conhecê-lo e dele obter a energia e o entusiasmo que sempre irradiava do seu espírito, da sua alma, da sua essência, posso dizer que Darcy Ribeiro morreu precocemente; já que estava no auge do seu entusiasmo, da sua criatividade.

Tendo conversado com Darcy Ribeiro poucos dias antes da sua morte, confesso que nunca tinha visto tamanha agilidade mental: sabendo que a morte se aproximava, ele não paralisava um minuto sequer a elaboração de seus pensamentos, de suas idéias, de suas propostas. Inclusive eu já havia manifestado isso em plenário em outras oportunidades.

E, como muito bem frisou o eminente Senador Carlos Patrocínio, Darcy Ribeiro, poucos dias antes de sua morte, trouxe ao conhecimento público um projeto que, naquele momento, pretendia implantar, o Projeto Caboclo, mas que, infelizmente, após a sua morte, não teve condições de implementação, pelo menos até a presente data.

Solidarizo-me com os Senadores que por aqui passaram, o eminente Senador Abdias Nascimento, autor do requerimento, que fez um belíssimo discurso de homenagem ao Senador Darcy Ribeiro, o Senador Artur da Távola e o Senador Carlos Patrocínio.

Nos poucos minutos que restam do tempo que me foi concedido pelo Sr. Presidente para a conclusão desta parte da homenagem, gostaria de lembrar que tramita no Congresso Nacional, já na Câmara dos Deputados, um projeto de resolução de minha autoria, que cria o Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro, uma láurea que pretende homenagear pessoas físicas ou jurídicas que tenham se destacado na educação nacional no ano anterior. Essa homenagem deverá ser prestada a cada ano, no dia 26 de outubro, data de aniversário de nascimento de Darcy Ribeiro.

Faço, portanto, um apelo aos Líderes da Câmara dos Deputados, ao eminente Presidente Michel Temer, no sentido de que faça tramitar, com a maior brevidade possível, esse projeto, que foi encaminhado àquela Casa ainda no ano passado, a fim de que neste ano, no dia 26 de outubro, o Congresso Nacional já possa homenagear as primeiras pessoas que auferirem o privilégio de receber um diploma de mérito com o nome do eminente professor e do saudoso antropólogo e indigenista Darcy Ribeiro.

Darcy Ribeiro, como muito já foi dito por vários dos oradores que me antecederam, representou, durante toda a sua vida, a essência do povo brasileiro, desde os mais excluídos, os nossos índios – com

quem Darcy Ribeiro fez questão de conviver pessoalmente durante longo período de sua vida, estudando com profundidade a realidade indígena do nosso País -, passando pelos sem-terra - uma outra luta que encampou também durante a sua trajetória política -, até os caboclos, da Região Amazônica principalmente, segmento da sociedade a quem ofereceu praticamente os últimos dias de sua vida, as suas últimas energias, estudando, planejando e chegando a propor um projeto que tivesse como base a melhoria da qualidade de vida da população cabocla do nosso Brasil.

Espero que a Fundação Darcy Ribeiro tenha condições, daqui por diante, de buscar todos os meios para a implementação desse projeto idealizado por Darcy Ribeiro, haja vista que esse foi um dos últimos apelos que fez ao Senado da República, poucos dias antes de morrer.

Esta homenagem, além de justa, faz-se necessária e deve repetir-se a cada ano, porque Darcy Ribeiro representa um pedaço de cada Estado do Brasil, um pedaço de cada cidadão brasileiro. Na verdade, ele resume a essência do povo brasileiro.

Assim, Sr. Presidente, não só em meu nome, mas também em nome do PDT, Partido Democrático Trabalhista, encerro esta parte das homenagens, esperando que a energia que Darcy Ribeiro emanou durante a sua vida continue sendo irradiada, cobrindo todos os políticos e todos aqueles que lidam com a essência e com cada aspecto da vida da população brasileira. E que essa energia inspire cada um de nós, para que possamos trabalhar cada vez mais pela melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro e pelo aperfeiçoamento das instituições democráticas do nosso País.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) - Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Sebastião Rocha?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT-AP) - Ouço V. Ex^a com prazer, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) - Em nome do Partido dos Trabalhadores, associo-me ao Senador Abdias Nascimento e a todos aqueles Srs. Senadores que já expressaram sua homenagem ao extraordinário Senador Darcy Ribeiro. Também gostaria de relembrar as suas passagens extraordinárias em defesa da justiça, a sua santa indignação perante o que ocorre no Brasil e a solidariedade que demonstrou, de maneira tão bela, em relação à luta dos trabalhadores sem terra, que qualificou como o movimento social mais importante da história brasileira. E isso já há mais de dois anos, pois lembro do

pronunciamento feito pelo Senador Darcy Ribeiro sobre o tema. Assim, penso que seria próprio que o Senado Federal tramitasse o mais rapidamente suas propostas de emenda à Constituição, principalmente as relativas à questão da terra, bem como levasse adiante a sua proposição sobre o Projeto Caboclo, especialmente para a Região Amazônica. Portanto, essa é também a nossa homenagem ao companheiro Darcy Ribeiro.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT-AP) - Agradeço o aparte, Senador Eduardo Suplicy, que fica incorporado ao meu pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - A Mesa se associa a todas as homenagens em relação ao Senador Darcy Ribeiro. E tudo o que o povo brasileiro, através da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, realizar em homenagem a esse grande vulto da educação do País, da política brasileira, é pouco em relação ao que ele fez e ao que ainda representa sua memória para todos nós. Os seus escritos, seus livros e seus trabalhos são diretrizes para os brasileiros seguirem em matéria de Antropologia, em matéria educacional e em matéria de civismo. Daí por que, mais uma vez, estamos homenageando a memória de Darcy - como disse o Senador Carlos Patrocínio -, cuidando daquele projeto que não pôde ter andamento, em virtude de problemas na Fundação e até mesmo familiares que impediram o sucesso do Projeto Caboclo, o qual vamos retomar, porque é um compromisso do Senado e da Nação Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - O Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA MENSAGEM Nº 106, DE 1998

(Nº 273/98, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 84, inciso VII, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea a, e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer,

do Senhor Marcus Camacho de Vincenzi, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

Os méritos do Embaixador Marcus Camacho de Vincenzi, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 2 de março de 1998. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 070/DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 26 de fevereiro de 1998

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea a, e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Marcus Camacho de Vincenzi, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **Curriculum Vitae** do Embaixador Marcus Camacho de Vincenzi, que, juntamente com a mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Luiz Felipe Lampreia**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

Curriculum vitae:

Embaixador Marcus Camacho de Vincenzi

Rio de Janeiro/RJ, 21 de março de 1946.

Filho de Oscar Raphael e Castro e Silva de Vincenzi e Dora Yedda de Vincenzi.

CPCD, IRBr.

Terceiro Secretário, 24 de novembro de 1967.

Segundo Secretário, antiguidade 22 de novembro de 1971.

Primeiro Secretário, merecimento, 16 de agosto de 1977.

Conselheiro, merecimento, 23 de junho de 1981.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 19 de dezembro de 1990.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 22 de dezembro de 1994.

Assistente do Chefe do Cerimonial, 1967/68.

Assistente do Chefe da Divisão da África, 1969/70.

Assessor do Chefe da Divisão de Produtos de Base, 1971.

Assessor do Chefe da Divisão de Política Comercial, 1972.

Assessor do Chefe do Departamento de Organismos Internacionais, 1980/83.

Chefe, substituto, da Divisão de Organismos Internacionais Especializados, 1980/83.

Washington, Segundo Secretário, 1972/75.

Montevideu, ALALC, Segundo Secretário, 1976/80.

Nova Delhi, Encarregado de Negócios, em Missão Transitória, 1981.

Kuaite, Encarregado de Negócios, em Missão Transitória, 1982/83.

Bogotá, Conselheiro, 1983/86.

Londres, Conselheiro, 1987/90.

Nova York, Côsul-Geral, 1995/98.

À disposição do Presidente do Chile em visita ao Brasil, 1968.

Assembléia do Fundo de Diversificação, OIC, Londres, 1970 (membro).

Reunião da Junta Executiva da OIC, Londres, 1970 (membro).

Reunião do Conselho da OIC, Londres, 1970 (membro).

Reunião dos Países do Café, Rio de Janeiro, 1971 (membro).

Sessão Extraordinária do Conselho da OIC, Londres, 1971 (assessor).

Reunião da Junta de Comércio e Desenvolvimento, UNCTAD, Genebra, 1971 (assessor).

Conferência Interamericana Especializada sobre a Aplicação da Ciência e Tecnologia ao Desenvolvimento da América Latina, Brasília, 1972 (assessor).

Assembléia Geral da ONU para a Energia e Desenvolvimento, Nova York, 1974 (assessor).

XVI Conferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu, 1976 (delegado).

XVII, XVIII e XIX Conferências das partes Contratantes do Tratado de Montevideu (delegado).

XIX Período de Sessões Extraordinárias das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu, Aca-pulco, 1980 (delegado).

I Conselho de Ministros das Relações Exteriores da ALALC, Montevideu, 1980 (delegado).

Reunião Intergovernamental para a assinatura do tratado que institui a ALADI, Montevideu, 1980 (delegado).

I e II Reuniões negociadoras para a reestruturação da ALALC, Caracas e Assunção, 1980 (delegado).

XX e XXI Reuniões do Subcomitê Jurídico do Comitê para Uso Pacífico do Espaço Exterior, Genebra, 1981/82.

Reunião do Comitê para Uso Pacífico do Espaço Exterior, Nova York, 1982.

XXIII Reunião do Banco Africano de Desenvolvimento, Cairo, 1987 (Governador Alterno).

3a. Reunião do Grupo Consultivo para a V Reconstituição do Capital FAD, Cairo, 1987 (delegado).

Subchefe Internacional do Gabinete da Vice Presidência da República, 1990/92.

Chefe do Cerimonial da Presidência da República, 1992.

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial, Brasil.

Stélio Marcos Amarante, Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

COLÔMBIA

1. Quadro Interno.

A. Político.

Em que pese o arquivamento, em junho de 1996, de processo implicando o Presidente Ernesto Samper em suposto envolvimento com o narcotráfico, a Colômbia ainda enfrenta visível instabilidade político-institucional.

Na tentativa de recobrar a estabilidade política, Samper vem procurando adotar reformas legais que aperfeiçoem a divisão de atribuições dos diversos órgãos do Estado e redefinam o equilíbrio entre os Poderes da República, bem como projetos de lei e emendas constitucionais que reforcem os meios de combate ao narcotráfico.

Nota-se um recrudescimento das ações da guerrilha, atingindo não só regiões pobres e isoladas do interior, mas também os principais centros urbanos do país, incluindo Bogotá. A guerrilha colombiana caracteriza-se pelo controle exercido sobre as administrações de pequenas localidades e, mais recentemente, por sua associação ao narcotráfico. Uma de suas principais formas de atuação tem sido o ataque a grandes projetos de infra-estrutura, como siderúrgicas, refinarias de petróleo, hidroelétricas e indústrias.

O Presidente Samper vem tentando promover nova iniciativa em favor da paz. A proposta, entretanto, é vista com ceticismo, tendo em vista o quadro interno e a posição de força da guerrilha frente a um Governo em fim de mandato.

As últimas eleições gerais, ocorridas em 26 de outubro de 1997, transcorreram com muito menos problemas de segurança do que o esperado. O número de votantes, que jamais fora alcançado até então, foi da ordem de 10 milhões (nas últimas eleições presidenciais compareceram pouco mais de 3 milhões). Foram eleitos 32 governadores, 500 deputados estaduais, mil prefeitos e cerca de 11 mil vereadores.

As próximas eleições presidenciais ocorrerão em maio deste ano, para as quais desponta como candidato favorito o representante oficial do partido de Samper (Liberal), Horacio Serpa, que, além de ter sido seu Ministro do Interior, foi seu fiel defensor nos momentos mais difíceis da crise política iniciada em 1995.

B. Econômico.

Nos dois últimos anos, o país vem registrando défices em conta corrente equivalentes a aproximadamente 5% do PIB. A forte desvalorização do peso em relação ao dólar desde de 1995 e a crise interna parecem comprometer a política de controle orçamentário do Governo Samper.

Em janeiro de 1997, o Presidente Samper decretou Estado de Emergência Econômica e Social, medida de exceção prevista na Constituição colombiana que permitiu ao Governo aumentar impostos, eliminar isenções tributárias, restringir o acesso do setor privado ao crédito externo e tomar outras medidas para agilizar a redução do déficit público sem necessidade de prévia aprovação parlamentar. Essa medida vigorou apenas durante um mês.

O melhor desempenho alcançado pela economia no segundo semestre de 1997 reverteu as preocupações quanto a uma possível queda do PIB, fato que não ocorria desde 1980. O aumento do PIB de 4,7 por cento, entre julho e setembro passados, compensou a retração havida no primeiro semestre, resultando em um crescimento econômico, em 1997, da ordem de 2,7 por cento. Apesar das expectativas inicialmente desfavoráveis, os investimentos externos continuaram afluindo e a inflação anual não superou os 18 por cento. Existe uma certa coincidência de opiniões no sentido de que a economia colombiana deixou para trás o quadro recessivo vivido nos últimos meses de 1996 e no primeiro semestre de

1997. tem-se verificado, contudo, um forte aumento do desemprego.

Para 1998, são estimados pelo Governo um crescimento do PIB de 4,5 por cento e manutenção das taxas de inflação nos patamares atuais. Um grande problema a enfrentar continuará sendo o déficit fiscal, que foi, em 1997, de 4,5 por cento do PIB.

2. Relações externas

A. Aspectos gerais. EUA.

O Governo Samper vem sofrendo considerável isolamento no plano internacional, já que, em função das crises interna e externa enfrentadas por sua administração, desde meados de 1995, foram escasas as visitas presidenciais de cunho bilateral.

Os Estados Unidos, em fevereiro de 1997, novamente não "certificaram" os esforços da Colômbia contra a produção e o tráfico de entorpecentes. Na ocasião, o Presidente Samper qualificou a medida de desmoralizante e injusta, atribuindo-a a motivações exclusivamente políticas. O Movimento dos Não-Alinhados emitiu declaração de apoio ao mandatário colombiano. O Grupo do Rio rechaçou, com base em texto apresentado pelo Brasil, a decisão norte-americana, por entender que atenta contra as normas de convivência internacional, entorpece o clima de cooperação regional e prejudica a eficiência na luta contra o narcotráfico.

Há expectativas do empresariado e de autoridades de que uma possível "certificação" da Colômbia altere de forma positiva suas relações com os Estados Unidos. No entanto, a possibilidade da eleição de Horacio Serpa e do agravamento de divergências em outros pontos, em particular no que diz respeito a direitos humanos, recomenda cautela nos prognósticos.

B. Relações com o Brasil

Brasil e Colômbia têm mantido um relacionamento cordial, mas de pouca densidade. Embora as iniciativas brasileiras de aproximação não sejam de molde a concorrer com a atração exercida pelos EUA, o Brasil desfruta de considerável o capital de simpatia junto aquele país.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso realizou visita à Colômbia, onde se encontrou com Ernesto Samper Pizano, em Cartagena de Índias, em 7 de novembro de 1997. Na ocasião, os dois mandatários expressaram a importância de fortalecer as relações bilaterais e mantiveram diálogo sobre temas de interesse mútuo, como a promoção de projetos nas áreas de energia e siderurgia, combate ao narcotráfico e uso sustentável do meio ambiente, entre

outros. Nesse sentido, firmaram atos relativos à cooperação judicial em matéria penal; ao desvio de precursores e outras substâncias necessárias ao processamento de estupefacientes; ao combate ao tráfico de aeronaves envolvidas com atividades ilícitas transnacionais; à cooperação na área de geociências; e à conservação do meio ambiente amazônico.

Cultura

As relações culturais entre os dois países estão regidas por Acordo de Intercâmbio Cultural firmado em 20 de abril de 1963 e vigente somente a partir de 30 de agosto de 1974. Apesar da boa receptividade de diferentes segmentos da população colombiana a alguns aspectos da cultura brasileira, o relacionamento cultural ainda é tênue.

O instrumento principal na difusão da cultura brasileira naquele país é hoje a recém-criada "Casa do Brasil" (Instituto de Cultura Brasil-Colômbia - Ibraco), a qual substituiu o Centro Cultural criado em 1971, possuindo autonomia administrativa e possibilidade de captação de recursos de empresas.

Comércio

A pauta exportadora da Colômbia, apesar de sua recente diversificação, concentra-se ainda em poucos produtos, de baixo valor agregado, também produzidos pelo Brasil. A soma das exportações de café, petróleo e derivados, carvão, ouro e níquel representaram, em 1995, mais de 45% do valor total de suas vendas externas.

Embora haja, por parte do setor privado e governamental de ambos os países, a percepção de que as relações econômicas bilaterais apresentam baixa densidade, pouca complementaridade e gargalos logísticos, existem boas perspectivas de que projeto de cooperação nos campos energético e siderúrgico sirva de âncora para sustentar a sua dinamização.

Foi assinada, em 22 de outubro de 1997, por representantes do setor privado brasileiro e colombiano. Carta de Entendimento em matéria de mineração e siderurgia, a qual cria entidade binacional responsável por promover, com o apoio da Corporação Andina de Fomento (CAF), estudos sobre a viabilidade dessas iniciativas.

As exportações brasileiras para a Colômbia chegaram a cerca de US\$ 432 milhões em 1996 (FOB), US\$ 549 milhões, em 1995 e US\$ 401 milhões, em 1994. Dentre os principais produtos exportados pelo Brasil, listam-se: cabos de armadura de pneumáticos, automóveis de cilindrada maior do que 1.500 e menor do que 3.000 cm³, tecidos de algodão, calculadoras e computadores, caldeiras aquatu-

bulares e gasolina. O Brasil figura como o oitavo maior exportador para a Colômbia (sexto, em 1995), logo após os EUA, a Venezuela, o Japão, a Alemanha, o Equador, o México e o Panamá.

As vendas colombianas para o Brasil têm aumentado progressivamente, em 1994, foram de US\$57, 6 milhões; em 1995, de US\$103 milhões; em 1996, atingiram US\$106,3 milhões. Os principais itens exportados foram? óleo bruto de petróleo, livros técnicos e científicos, óleo diesel, polipropileno em forma primária, fios de poliéster texturizado, fibras de poliésteres, tereftalato de polietileno e fio de acetato de celulose.

Os seguintes setores de atividade econômica na Colômbia podem ser considerados como prioritários para o investimento brasileiro: automóveis e autopeças; bebidas; construção civil; construção pesada; couro; editorial gráfico; energético e de telecomunicações. No que diz respeito às vantagens pontenciais para a aplicação de capitais brasileiros na Colômbia, caberia destacar os setores petrolífero, telefônico e portuário. Nesses casos, estima-se possível o retorno do investimento a médio prazo, além de representarem áreas que, ao se dinamizarem, poderão trazer vantagens adicionais ao intercâmbio comercial bilateral.

Integração regional

Diante da impossibilidade de cumprir-se a Declaração Conjunta firmada no encontro de Chanceleres do Mercosul e da Comunidade Andina (Assunção, 22-8-97), em que se previa a conclusão, até 31 de dezembro de 1997, de um acordo de livre comércio entre os dois agrupamentos, foram prorrogados, até 30-6-98, as preferências bilaterais outorgadas entre os seus membros no âmbito da ALADI.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

OFÍCIOS

DO MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Nº 71/98, de 25 de fevereiro último, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 1.088, de 1997, do Senador José Bianco.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Nº 72/98, de 25 de fevereiro último, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 1.087, de 1997, do Senador Eduardo Suplicy.

As informações encontram-se à disposição do requerente na Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 148, DE 1998

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1996 (nº 724/95, na Casa de origem), que define os crimes de especial gravidade e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, seja remetido, também, à Comissão de Assuntos Sociais.

Sala das Sessões, 4 de março de 1998. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O requerimento lido será incluído na Ordem do Dia, nos termos do disposto no art. 235 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 149, DE 1998

Senhor Presidente,

Pelo presente solicitamos a V. Exª que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de 30 de abril próximo seja destinado a homenagear a passagem dos 50 anos de fundação do Estado de Israel.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1988. – Senadores **Bernardo Cabral, Gilson Borges, José Eduardo Dutra, Odacir Soares, Romeu Tuma, Carlos Patrocínio**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O requerimento lido será submetido à deliberação do Plenário após a Ordem do Dia.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 1998

Transfere para os Estados e o Distrito Federal a responsabilidade pela aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Trabalhador por eles recolhidos e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam alterados os arts. 3º ao 10 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, com a seguinte redação:

“Art. 3º O FGTS será regido segundo normas e diretrizes gerais estabelecidas por Conselho Curador, integrado por dois representantes da categoria dos trabalhadores, dois representantes da categoria dos empregadores e dois representantes dos Governos dos Estados e do Distrito Federal, além de um representante de cada órgão e entidade a seguir indicados:

I - Ministério do Trabalho;

II - Ministério do Planejamento e Orçamento;

III - Ministério da Fazenda;

IV - Banco Central do Brasil.

.....

§ 2º Os ministros de Estado e o presidente do Banco Central serão os membros titulares no Conselho Curador, cabendo, a cada um deles, indicar o seu respectivo suplente ao presidente do conselho, que os nomeará.

.....

§ 5º As decisões do conselho serão tomadas com a presença, no mínimo, de seis de seus membros, tendo o presidente voto de qualidade.

.....”

“Art. 4º A gestão das aplicações do FGTS será efetuada pelos Estados e Distrito Federal, em relação aos recursos respectivamente arrecadados em suas fronteiras, segundo normas gerais e planejamento elaborados pelo Conselho Curador, cabendo à Caixa Econômica Federal – CEF o papel de agente administrador das contas vinculadas dos trabalhadores no FGTS.”

“Art. 5º Ao Conselho Curador do FGTS compete:

I - estabelecer as diretrizes gerais para alocação de todos os recursos do FGTS, de acordo com os critérios definidos nesta Lei, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e com as políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana estabelecidas pelo Governo Federal, Estadual e do Distrito Federal;

II - definir as metas básicas a serem alcançadas nos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana;

III - acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas anuais e plurianuais do FGTS;

IV - pronunciar-se sobre as contas relativas à gestão dos recursos do FGTS, por parte do Distrito Federal e de cada Estado da Federação, antes de seu encaminhamento aos órgãos de controle interno para os fins legais;

V - adotar as providências cabíveis para correção de fatos e atos dos gestores das aplicações do FGTS que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades no que concerne aos recursos do fundo;

VI - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao FGTS, nas matérias de sua competência;

VII - aprovar seu regimento interno;

VIII - fixar as normas e limites para os valores de remuneração dos agentes financeiros;

IX - fixar critérios para parcelamento de recolhimentos em atraso;

X - fixar critério e valor de remuneração para o exercício da fiscalização;

XI - divulgar, no Diário Oficial da União, todas as decisões proferidas pelo conselho, bem como as contas do FGTS e os respectivos pareceres emitidos.”

“Art. 6º Ao Distrito Federal e aos Estados, na qualidade de gestores das aplicações dos recursos do FGTS recolhidos no âmbito de suas fronteiras, compete:

I - praticar todos os atos necessários à gestão da aplicação do Fundo, inclusive o estabelecimento e implementação dos programas de alocação dos recursos, de acordo com as diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho Curador;

II - elaborar orçamentos anuais e planos plurianuais de aplicação dos recursos, submetendo-os, até 31 de junho de cada ano, para apreciação do Conselho Curador do FGTS;

III - acompanhar a execução dos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana decorrentes de aplicação de recursos do FGTS;

IV - submeter à apreciação do Conselho Curador as contas relativas à gestão da aplicação dos recursos do FGTS de sua responsabilidade;

V - elaborar estudos técnicos necessários ao aprimoramento operacional dos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana, no âmbito de uma jurisdição.

§ 1º O repasse para cada Estado e o Distrito Federal dos recursos do FGTS arrecadados no âmbito de sua fronteira deverá ser feito mensalmente pela Caixa Econômica Federal, de acordo com o cronograma elaborado semestralmente.

§ 2º Os Estados e o Distrito Federal manterão uma conta especial do FGTS, como também um órgão específico para exercer as funções definidas nesta lei.”

“Art. 7º. A Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente administrador das contas vinculadas dos trabalhadores no FGTS, cabe:

I - manter e controlar as contas vinculadas dos trabalhadores no FGTS, emitir regularmente os extratos individuais correspondentes a essas contas e participar da rede arrecadadora dos recursos do FGTS;

II - expedir atos normativos referentes aos procedimentos administrativo-operacionais dos bancos depositários, dos agentes financeiros, dos empregadores e dos trabalhadores, integrantes do sistema do FGTS;

III - emitir Certificado de Regularidade do FGTS.”

“Art. 8º O Distrito Federal, os Estados e a Caixa Econômica Federal serão responsáveis pelo fiel cumprimento e observância dos critérios estabelecidos nesta Lei.”

“Art. 9º As aplicações com recursos do FGTS poderão ser realizadas pelos órgãos integrantes do Sistema Financeiro de Habitação – SFH e pelas entidades para esse fim credenciadas pelo Banco Central do Brasil como agentes financeiros, segundo critérios gerais fixados pelo Conselho Curador, em operações que preencham os seguintes requisitos:

.....

§ 1º A rentabilidade média das aplicações deverá ser suficiente à cobertura de todos os custos incorridos pelo fundo e ainda à formação de reserva técnica para o atendimento de gastos eventuais não previstos, ficando os mesmos agentes financeiros responsáveis pelo risco de crédito.

.....”

“Art. 10.

.....

I - exigir a participação dos contratantes de financiamentos nos investimentos a serem realizados;

II - assegurar o cumprimento, por parte dos contratantes inadimplentes, das obrigações decorrentes dos financiamentos obtidos.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei ora apresentado visa transferir para o Distrito Federal e Estados a responsabilidade pela aplicação dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS recolhidos no âmbito de suas fronteiras.

Essa descentralização na aplicação dos recursos visa fortalecer as economias estaduais, além de conferir maior eficiência ao sistema como um todo. Isso porque o estado é quem melhor pode avaliar suas carências habitacionais e nas áreas de infra-estrutura básica e desenvolvimento urbano, tendo também melhores condições de controlar os investimentos efetuados.

Tais aplicações deverão se dar por intermédio dos bancos estaduais, embora não se tenha julgado necessário explicitar tal sistemática.

É fundamental destacar que a presente proposição não altera a substância dos demais dispositivos vinculados ao sistema FGTS, apenas

procedendo às necessárias adaptações à nova situação referente à gestão das aplicações dos recursos.

A Caixa Econômica Federal continuaria sendo responsável pelas contas vinculadas dos trabalhadores no fundo, fazendo parte da rede arrecadadora e pagadora do sistema. O Conselho Curador, com estrutura adaptada à nova situação, passaria a estabelecer diretrizes gerais a serem respeitadas pelo Distrito Federal e unidades da Federação, além de continuar responsável pelo controle geral do sistema.

Tendo em vista o inegável alcance social do projeto de lei, solicito o apoio dos ilustres congressistas para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1998.


Senador **JULIO CAMPOS**
PFL - MT

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

Art. 3º O FGTS será regido segundo normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador, integrado por três representantes da categoria dos empregadores, além de um representante de cada uma das seguintes entidades: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento; Ministério do Trabalho e da Previdência Social; Ministério da Ação Social; Caixa Econômica Federal e Banco Central do Brasil.

§ 1º A Presidência do Conselho Curador será exercida pelo representante do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

§ 2º Os órgãos oficiais far-se-ão representar, no caso dos Ministérios, pelos Ministros de Estado e, no caso dos demais órgãos, por seus Presidentes, na qualidade de membros titulares, cabendo-lhes indicar seus suplentes ao Presidente do Conselho Curador, que os nomeará.

§ 3º Os representantes dos trabalhadores e dos empregados e seus respectivos suplentes serão indicados pelas respectivas centrais sindicais e confederações nacionais e nomeados pelo Ministro do Trabalho e da Previdência Social, e terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§ 4º O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente, a cada bimestre, por convocação de seu Presidente. Esgotado esse período, não tendo ocorrido convocação, qualquer de seus membros poderá fazê-la, no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo necessidade, qualquer membro poderá convocar reunião extraordinária, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 5º As decisões do Conselho serão tomadas com a presença, no mínimo, de 7 (sete) de seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade.

§ 6º As despesas porventura exigidas para o comparecimento às reuniões do Conselho constituirão ônus das respectivas entidades representadas.

§ 7º As ausências ao trabalho dos representantes dos trabalhadores no Conselho Curador, decorrentes das atividades desse órgão, serão abonadas, computando-se como jornada efetivamente trabalhada para todos os fins e efeitos legais.

§ 8º Competirá ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social proporcionar ao Conselho Curador os meios necessários ao exercício de sua competência, para o que contará com uma Secretaria Executiva do Conselho Curador do FGTS.

§ 9º Aos membros do Conselho Curador, enquanto representantes dos trabalhadores, efetivos e suplentes, é assegurada a estabilidade no emprego, da nomeação até um ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada através de processo sindical.

Art. 4º A gestão da aplicação do FGTS será efetuada pelo Ministério da Ação Social, cabendo à Caixa Econômica Federal (CEF) o papel de agente operador.

Art. 5º Ao Conselho Curador do FGTS compete:

I - estabelecer as diretrizes e os programas de alocação de todos os recursos do FGTS, de acordo com os critérios definidos nesta lei, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana estabelecidas pelo Governo Federal;

II - acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas aprovados;

III - apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do FGTS;

IV - pronunciar-se sobre as contas do FGTS, antes do seu encaminhamento aos órgãos de controle interno para os fins legais;

V - adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos do Ministério da Ação Social e da Caixa Econômica Federal, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades no que concerne aos recursos do FGTS;

VI - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao FGTS, nas matérias de sua competência;

VII - aprovar seu regimento interno;

VIII - fixar as normas e valores de remuneração do agente operador e dos agentes financeiros;

IX - fixar critérios para parcelamento de recolhimentos em atraso;

X - fixar critério e valor de remuneração para o exercício da fiscalização;

XI - divulgar, no Diário Oficial da União, todas as decisões proferidas pelo Conselho, bem como as contas do FGTS e os respectivos pareceres emitidos.

Art. 6º Ao Ministério da Ação Social, na qualidade de gestor da aplicação do FGTS, compete:

I - praticar todos os atos necessários à gestão da aplicação do Fundo, de acordo com as diretrizes e programas estabelecidos pelo Conselho Curador;

II - expedir atos normativos relativos à alocação dos recursos para implementação dos programas aprovados pelo Conselho Curador;

III - elaborar orçamentos anuais e planos plurianuais de aplicação dos recursos, discriminando-os por Unidade da Federação, submetendo-os até 31 de julho ao Conselho Curador do Fundo;

IV - acompanhar a execução dos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana, decorrentes de aplicação de recursos do FGTS, implementados pela CEF;

V - submeter à apreciação do Conselho Curador as contas do FGTS;

VI - subsidiar o Conselho Curador com estudos técnicos necessários ao aprimoramento operacional dos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana;

VII - definir as metas a serem alcançadas nos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana.

Art. 7º À Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador, cabe:

I - centralizar os recursos do FGTS, manter e controlar as contas vinculadas, e emitir regularmente os extratos individuais correspondentes às contas vinculadas e participar da rede arrecadadora dos recursos do FGTS;

II - expedir atos normativos referentes aos procedimentos administrativo-operacionais dos bancos depositários, dos agentes financeiros, dos empregadores e dos trabalhadores, integrantes do sistema do FGTS;

III - definir os procedimentos operacionais necessários à execução dos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana, estabelecidos pelo Conselho Curador com base nas normas e diretrizes de aplicação elaboradas pelo Ministério da Ação Social;

IV - elaborar as análises jurídica e econômico-financeira dos projetos de habitação popular, infra-estrutura urbana e saneamento básico a serem financiados com recursos do FGTS;

V - emitir Certificado de Regularidade do FGTS;

VI - elaborar as contas do FGTS, encaminhando-as ao Ministério da Ação Social;

VII - implementar os atos emanados do Ministério da Ação Social relativos à alocação e aplicação dos recursos do FGTS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador.

Parágrafo único. O Ministério da Ação Social e a Caixa Econômica Federal deverão dar pleno cumprimento aos programas anuais em andamento, aprovados pelo Conselho Curador, sendo que eventuais alterações somente poderão ser processadas mediante prévia anuência daquele colegiado.

Art. 8º O Ministério da Ação Social, a Caixa Econômica Federal e o Conselho Curador do FGTS serão responsáveis pelo fiel cumprimento e observância dos critérios estabelecidos nesta lei.

Art. 9º As aplicações com recursos do FGTS poderão ser realizadas diretamente pela Caixa Econômica Federal, pelos demais órgãos integrantes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e pelas entidades para esse fim credenciadas pelo Banco Central do Brasil como agentes financeiros, exclusivamente segundo critérios fixados pelo Conselho Curador, em operações que preencham os seguintes requisitos:

I - garantia real;

II - correção monetária igual à das contas vinculadas;

III - taxa de juros média mínima, por projeto, de 3 (três) por cento ao ano;

IV - prazo máximo de 25 (vinte e cinco) anos.

§ 1º A rentabilidade média das aplicações deverá ser suficiente à cobertura de todos os custos incorridos pelo Fundo e ainda à formação de reserva técnica para o

atendimento de gastos eventuais não previstos, sendo da Caixa Econômica Federal o risco de crédito.

§ 2º Os recursos do FGTS deverão ser aplicados em habitação, saneamento básico e infra-estrutura urbana. As disponibilidades financeiras devem ser mantidas em volume que satisfaça as condições de liquidez e remuneração mínima necessária à preservação do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º O programa de aplicações deverá destinar, no mínimo, 60 (sessenta) por cento para investimentos em habitação popular.

§ 4º Os projetos de saneamento básico e infra-estrutura urbana, financiados com recursos do FGTS, deverão ser complementares aos programas habitacionais.

§ 5º Nos financiamentos concedidos à pessoa jurídica de direito público será exigida garantia real ou vinculação de receitas.

Art. 10. O Conselho Curador fixará diretrizes e estabelecerá critérios técnicos para as aplicações dos recursos do FGTS, visando:

I - exigir a participação dos contratantes de financiamentos nos investimentos a serem realizados;

II - assegurar o cumprimento, por parte dos contratantes inadimplentes, das obrigações decorrentes dos financiamentos obtidos;

III - evitar distorções na aplicação entre as regiões do País, considerando para tanto a demanda habitacional, a população e outros indicadores sociais.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Decisão Terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, DE 1998

Dispõe sobre a criação do Centro Nacional para Estudos, Conservação e Manejo das Plantas Medicinais Brasileiras.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Centro Nacional de Estudos, Conservação e Manejo de Plantas Medicinais Brasileiras, que funcionará subordinado técnica e

administrativamente ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ibama.

Art. 2º - O Centro Nacional para Estudos, Conservação e Manejo de Plantas Medicinais Brasileiras terá por finalidades propor normas relativas ao controle do uso das plantas medicinais, fomentar estudos que possibilitem a ampliação do conhecimento das populações de plantas medicinais nos diversos biomas brasileiros e promover tanto a conservação quanto o manejo de plantas medicinais da flora brasileira.

Art. 3º - Para atender aos objetivos fixados no artigo anterior, caberá ao Centro Nacional para Estudos, Conservação e Manejo das Plantas Medicinais Brasileiras:

I - Propor e executar um programa nacional de estudos, conservação e manejo das plantas medicinais brasileiras;

II - Identificar as plantas medicinais nos diferentes biomas brasileiros e definir metodologia para a conservação das espécies;

III - Fazer cumprir a legislação sobre a flora e promover a fiscalização para combater o comércio ilegal de plantas medicinais;

IV - Criar e gerir fundo destinado a apoiar financeiramente pesquisas e estudos relativos a plantas medicinais brasileiras;

V - Promover e apoiar ações de proteção a plantas medicinais brasileiras;

VI - Promover e incentivar pesquisas sobre a flora nos diversos biomas brasileiros e projetos de propagação de plantas medicinais;

VII - Estabelecer convênios de cooperação técnica e científica com instituições nacionais, estrangeiras ou internacionais;

VIII - Conceder as licenças para coleta de material botânico a que se referem os artigos 19 da lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965, e 14 da lei nº 5197, de 3 de janeiro de 1967;

IX - Elaborar planos de manejo sustentável, bem como instrumentos legais para proteger as espécies identificadas e utilizadas como plantas medicinais;

X- Criar e manter uma rede de informações especializada em plantas medicinais.

XI- Promover campanhas divulgando a importância e o valor monetário das plantas medicinais;

XII - Promover e implementar treinamentos especializados em identificação, coleta, armazenamento e secagem de plantas medicinais;

XIII - Promover a utilização sustentável das plantas medicinais, conciliando-a com práticas de desenvolvimento econômico, e promover desenvolvimento tecnológico para aumentar a eficácia na produção de produtos e subprodutos a partir de plantas medicinais.

Art. 4º - As atribuições a que se refere o artigo anterior serão exercidas de modo a buscar a conservação de espécies

medicinais da flora brasileira, nos diversos biomas brasileiros, o manejo sustentável das plantas medicinais e a conservação desse patrimônio genético para assegurar a repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos da utilização das plantas medicinais.

Art. 5º - Para os efeitos desta lei, consideram-se *plantas medicinais* os recursos vegetais que contenham substâncias utilizáveis com finalidade medicamentosa e *manejo sustentável* o emprego de espécies vegetais de maneira a assegurar sua disponibilidade para as presentes e futuras gerações.

Art. 6º - Acrescentem-se as seguintes alíneas ao artigo 26 da lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965:

.....
r) Destruir ou danificar espécies de plantas medicinais.

s) Utilizar plantas medicinais sem a licença a que se refere o inciso VII do artigo 3º da presente lei ou em desacordo ao que nela se permitir.

Art. 7º - As permissões, licenças e demais documentos que amparem a pesquisa, coleta, obtenção e armazenamento de plantas medicinais, vigentes na data de publicação desta lei, de acordo ou não com suas disposições, não condicionam nem presumem a autorização para essas finalidades.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de cento e oitenta dias contados a partir de sua publicação.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A flora brasileira, caracterizada pela elevada diversidade e representada em vários ecossistemas, há muito vem sofrendo um processo de destruição. Por exemplo, estima-se que cerca de 20% da região amazônica já tenham sido impactados, como também entre 30 e 40% da região dos cerrados; apenas entre 6 e 8% da floresta atlântica permanecem preservados. Além da destruição de *habitats* provocada pela expansão urbana e agropecuária, a comercialização ilegal de plantas nativas também tem contribuído, de modo relevante, para o empobrecimento da diversidade vegetal.

O aumento na comercialização de espécies nativas levou à criação da Convenção Internacional sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora em Perigo de Extinção, a Cites, para assegurar que o comércio internacional de plantas e animais silvestres e de suas partes e produtos não seja prejudicial para a sobrevivência das espécies.

As plantas medicinais têm despertado atenção especial para o comércio. Somente em 1994 foram exportados 107.529 kgs de material vegetal, em valor dado como correspondente a US\$ 389.416. Entretanto, os dados apresentados pelo Ibama mostram que 50 % das plantas comercializadas são coletadas na natureza. A pressão estabelecida principalmente pelo comércio internacional tem contribuído para a superexploração de plantas medicinais no País. Em consequência disto, populações de plantas medicinais nativas têm sofrido um processo de extração insustentável, comprometendo a integridade dos ecossistemas naturais.

Pesquisas recentes comprovam o aumento do uso e do valor monetário das plantas medicinais em todo mundo. De acordo com dados estatísticos, um quarto de todas as prescrições médicas inclui produtos de origem vegetal. Segundo

a Organização Mundial de Saúde, 80% da população dos países em desenvolvimento se tratam pela medicina tradicional, de que 85% dos procedimentos incluem extrato de plantas. O valor monetário de produtos farmacêuticos feitos a partir de plantas pode alcançar US\$ 500 bilhões por ano. As plantas medicinais, portanto, constituem um capital com grande potencial de produção e de benefícios sustentáveis.

A complexidade que caracteriza a questão em torno das plantas medicinais exige o estabelecimento de cooperação nacional e internacional e de um programa especial para a conservação, de forma a assegurar que quantidades adequadas desses recursos sejam disponíveis para presente e futuras gerações.

A preocupação com a perda deste importante patrimônio genético nacional torna urgente o desenvolvimento de ações mais eficazes para sua proteção. Neste sentido, o Centro terá as seguintes metas: a) realizar um levantamento e estudos especializados sobre plantas medicinais; b) criar um banco de dados sobre as plantas mais utilizadas e comercializadas; c) definir sistema de manejo para plantas medicinais utilizadas pelas comunidades; d) realizar estudos sobre o *status* de comercialização das plantas medicinais; e) subsidiar o Ibama e os extratores de plantas medicinais na elaboração de instrumentos legais que incentivem e regulamentem o uso sustentável das mesmas; f) estabelecer intercâmbio com Instituições de Pesquisa Nacionais e Internacionais; e g) definir políticas públicas para conservação das plantas medicinais.

A criação do Centro aqui proposto representará um avanço para conservação de plantas medicinais, cumprindo dessa forma parte dos objetivos propostos pela Convenção da Diversidade Biológica, da qual o Brasil é signatário.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1998.



SENADOR FREITAS NETO

LEGISLAÇÃO CITADA

Elaborado pela Subsecretaria de Ata

LEI N.º 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965

Institui o novo Código Florestal

Art. 19 — A exploração de florestas e de formações sucessoras, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de aprovação prévia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, bem como da adoção de técnicas de condução, exploração, reposição florestal e manejo compatíveis com os variados ecossistemas que a cobertura arbórea forme.

Parágrafo único — No caso de reposição florestal, deverão ser priorizados projetos que contemplem a utilização de espécies nativas.

Redação do artigo 19 dada pela Lei n.º 7.803/89

LEI N.º 5.197, DE 3 DE JANEIRO DE 1967

Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.

Art. 14 — Poderá ser concedida a cientistas, pertencentes a instituições científicas, oficiais ou oficializadas, ou por estas indicadas, licença especial para a coleta de material destinado a fins científicos, em qualquer época.

§ 1.º — Quando se tratar de cientistas estrangeiros, devidamente credenciados pelo país de origem, deverá o pedido de licença ser aprovado e encaminhado ao órgão público federal competente, por intermédio de instituição científica oficial do País.

§ 2.º — As instituições a que se refere este artigo, para efeito da renovação anual da licença, darão ciência ao órgão público federal competente das atividades dos cientistas licenciados no ano anterior.

§ 3.º — As licenças referidas neste artigo não poderão ser utilizadas para fins comerciais ou esportivos.

§ 4.º — Aos cientistas das instituições nacionais que tenham, por lei, a atribuição de coletar material zoológico, para fins científicos, serão concedidas licenças permanentes.

(À Comissão de Assuntos Sociais - Decisão Terminativa).

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Os projetos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS Nº 49/98

Brasília, 3 de março de 1998

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Sr. Deputado Philemon Rodrigues (PTB – MG), para compor, na qualidade de titular, a Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição à Sr.ª Deputada Etevalda Grassi de Menezes.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e estima. – Deputado **Paulo Heslander**, Líder do PTB.

OF. GLPTB Nº 59/98

Brasília, 3 de março de 1998

Senhor Presidente,

Em cumprimento à forma regimental, venho à presença de Vossa Excelência com o objetivo de indicar o Exmº Sr. Senador Odacir Soares, na condição de Titular, como representante do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 1, de 1996 – CN "Com a finalidade de apurar as denúncias contidas na reportagem da revista **Veja**, do dia 30 de agosto de 1995, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil", em substituição ao nome da Senadora anteriormente indicada.

Aproveito a oportunidade, para reiterar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Odacir Soares**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

– Aproveito para comunicar ao Plenário que, de acordo com a decisão das Lideranças, a sessão deliberativa de amanhã realizar-se-á às 10 horas, onde serão deliberadas as seguintes matérias: Projeto de Lei da Câmara nº 95 e Requerimentos nºs 67, 79 e 97, de 1998.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) –

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de, em primeiro lugar, registrar que é importante que o Senador Odacir Soares, como Líder do PTB, se interesse em participar da Comissão Temporária do Trabalho Infantil, tema que deve ser considerado de grande prioridade para todo o Senado Federal.

A Senadora Emilia Fernandes havia sido designada para essa Comissão ao tempo em que estava no PTB. S. Exª agora está no PDT. Se fosse considerada a composição presente, o Bloco teria a possibilidade de indicar duas pessoas para a referida Comissão. A Secretaria da Mesa informou que talvez haja a possibilidade de se estudar o fato criado, e eu gostaria, se for possibilitada essa maneira, de encaminhar, como Líder do Bloco, a indicação da Senadora Emilia Fernandes também para continuar participando. Primeiro, porque S. Exª tem um interesse muito especial por essa matéria, está dando uma colaboração muito importante e, obviamente, seria uma perda se ela deixasse de colaborar com a referida Comissão. Então, quem sabe se chegue a um entendimento para que possa haver a colaboração contínua da Senadora Emilia Fernandes, sem prejuízo da colaboração do Senador Odacir Soares. É a ponderação que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O assunto será examinado e posteriormente V. Exª será informado da decisão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.639-38, adotada em 18 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 19 do mesmo mês e ano, que Dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores públicos do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, e dá outras providências.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PFL

Gilberto Miranda
José Alves

Vilson Kleinübing
Hugo Napoleão

PMDB

Jader Barbalho
Nabor Júnior

Gerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

José Ignácio Ferreira

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PPB

Epitacio Cafeteira

Leomar Quintanilha

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes****PFL**

Arolde de Oliveira
Costa Ferreira

Roberto Pessoa
Sérgio Barcellos

Bloco (PMDB/PRONA)

José Aldemir
Hélio Rosas

Noel de Oliveira
Albérico Filho

PSDB

Edson Silva

Marinha Raupp

Bloco (PT/PDT/PC do B)

José Machado

Alcides Modesto

PPB

Jair Bolsonaro

PMN

Bosco França

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 4-3-98- designação da Comissão Mista
Dia 5-3-98- instalação da Comissão Mista

Até 24-2-98- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 5-3-98- prazo final da Comissão Mista

Até 20-3-98- prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.512-20, adotada em 26 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que dá nova redação aos arts. 2º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e 1º, 2º e 3º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural e sobre a conces-

são de subvenção econômica nas operações de crédito rural.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes****PFL**

Jonas Pinheiro
Joel de Hollanda

Júlio Campos
Freitas Neto

PMDB

Jader Barbalho
Nabor Júnior

Gerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

Lúdio Coelho

Geraldo Melo

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PTB

Odacir Soares

Regina Assumpção

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes****PFL**

Hugo Rodrigues da Cunha
José Rocha

Adauto Pereira
Jaime Fernandes

Bloco (PMDB/PRONA)

Silas Brasileiro
Moacir Micheletto

Oscar Goldoni
Valdir Colatto

PSDB

B. Sá

Ezidio Pinheiro

Bloco (PT/PDT/PC do B)

José Machado

Alcides Modesto

PPB

Mário Cavallazzi

PV

Fernando Gabeira

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 4-3-98- designação da Comissão Mista

Dia 5-3-98- instalação da Comissão Mista

Até 4-3-98- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 13-3-98- prazo final da Comissão Mista

Até 28-3-98- prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.535-15, adotada em 26 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que Dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, e dá outras providências.

Dé acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
Carlos Patrocínio	PFL	Edison Lobão
Bernardo Cabral		Bello Parga
Jader Barbalho	PMDB	Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
Carlos Wilson	PSDB	José Ignácio Ferreira
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		
José Eduardo Dutra		Sebastião Rocha
Epitácio Cafeteira	PPB	Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
Saulo Queiroz	PFL	Augusto Viveiros
Manoel Castro		Euler Ribeiro
Bloco (PMDB/PRONA)		
Gonzaga Mota		Djalma de Almeida Cesar
Dejandir Dalpasquale		Barbosa Neto
Ademir Lucas	PSDB	Candinho Mattos
Bloco (PT/PDT/PC do B)		
José Machado		Alcides Modesto
Fetter Júnior	PPB	
	PSTU	Lindberg Farias

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia -3-98- designação da Comissão Mista

Dia -3-98- instalação da Comissão Mista

Até 4-3-98- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 13-3-98- prazo final da Comissão Mista

Até 28-3-98- prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.554-25, adotada em 26 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que Altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
Francelino Pereira	PFL	José Agripino
Waldeck Ornelas		João Rocha
Jader Barbalho	PMDB	Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
Lúdio Coelho	PSDB	Beni Veras
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		
José Eduardo Dutra		Sebastião Rocha
Epitácio Cafeteira	PPB	Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
Osvaldo Coelho	PFL	Raimundo Santos
Marcos Vinícius de Campos		Paulo Lima
Bloco (PMDB/PRONA)		
Paulo Ritzel		Noel de Oliveira
Orcino Gonçalves		Albérico Filho
Anivaldo Vale	PSDB	Roberto Rocha
Bloco (PT/PDT/PC do B)		
José Machado		Alcides Modesto
Wigberto Tartuce	PPB	
	PSB	Alexandre Cardoso

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 4-3-98— designação da Comissão Mista

Dia 5-3-98— instalação da Comissão Mista

Até 4-3-98— prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 13-3-98— prazo final da Comissão Mista

Até 28-3-98— prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.559-23, adotada em 26 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que Altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PFL	
João Rocha		Carlos Patrocínio
José Alves		José Bianco
	PMDB	
Jader Barbalho		Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
	PSDB	
Coutinho Jorge		Lúcio Alcântara
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		
José Eduardo Dutra		Sebastião Rocha
	PTB	
Odacir Soares		Regina Assumpção

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	PFL	
Osório Adriano		Aroldo Cedraz
Eliseu Resende		Mussa Dernes
Bloco (PMDB/PRONA)		
Hermes Parcianello		Paulo Lustosa
Antônio do Valle		José Costa
	PSDB	
Firmino de Castro		Roberto Brant
Bloco (PT/PDT/PCdoB)		
José Machado		Alcides Modesto
	PPB	
Júlio Redecker		
	PL	
		Valdemar Costa Neto

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 4-3-98 — designação da Comissão Mista

Dia 5-3-98 — instalação da Comissão Mista

Até 4-3-98 — prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 13-3-98 — prazo final da Comissão Mista

Até 28-3-98 — prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.567-13, adotada em 26 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamentam o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PFL	
Romeu Tuma		Francelino Pereira
Edison Lobão		Gilberto Miranda
	PMDB	
Jader Barbalho		Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
	PSDB	
Lúcio Coelho		Coutinho Jorge
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		
José Eduardo Dutra		Sebastião Rocha
	PPB	
Epitácio Cafeteira		Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	PFL	
Valdomiro Meger		Ademir Cunha
Paulo Gouvêa		Jaime Fernandes
Bloco (PMDB/PRONA)		
Rita Camata		Udson Bandeira
Edison Andrino		Hélio Rosas
	PSDB	
Feu Rosa		Alzira Éwerton
Bloco (PT/PDT/PCdoB)		
José Machado		Alcides Modesto

PPB
Pedro Correa
PPS
Sérgio Arouca

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 4-3-98 – designação da Comissão Mista

Dia 5-3-98 – instalação da Comissão Mista

Até 4-3-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 13-3-98 – prazo final da Comissão Mista

Até 28-3-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.591-5, adotada em 26 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron e da Fundação Roquette Pinto e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

PFL

Romero Jucá
Júlio Campos

PMDB

Jader Barbalho
Nabor Júnior

PSDB

Lúdio Coelho
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)
José Eduardo Dutra

PPB

Epitácio Cafeteira

Suplentes

Waldeck Ornelas
Vilson Kleinübing

Gerson Camata
Carlos Bezerra

Lúcio Alcântara

Sebastião Rocha

Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares

PFL

Rubem Medina
Robson Tuma

Bloco (PMDB/PRONA)

Ivandro Cunha Lima
Ana Catarina

Suplentes

Vanessa Felipe
Marcos Vinícius de Campos

Pedro Irujo
Ricardo Rique

PSDB

Alberto Goldman
Antônio Carlos Pannunzio
Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado

Alcides Modesto

PPB

Ricardo Barros

PV

Fernando Gabeira

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 4-3-98 – designação da Comissão Mista

Dia 5-3-98 – instalação da Comissão Mista

Até 4-3-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 13-3-98 – prazo final da Comissão Mista

Até 28-3-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.463-23, adotada em 27 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

PFL

Francelino Pereira
Waldeck Ornelas

PMDB

Jader Barbalho
Nabor Júnior

PSDB

Geraldo Melo

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)
José Eduardo Dutra

PTB

Odacir Soares

Suplentes

José Bianco
Vilson Kleinübing

Gerson Camata
Carlos Bezerra

Lúdio Coelho

Sebastião Rocha

Regina Assumpção

DEPUTADOS

Titulares

PFL

Inocêncio Oliveira
José Carlos Aleluia

Suplentes

Abelardo Lupion
Álvaro Gaudêncio Neto

Bloco (PMDB/PRONA)

Sandro Mabel	Albérico Filho
Nelson Harter	Jorge Wilson
PSDB	
Nelson Otoch	Adroaldo Streck
Bloco (PT/PDT/PC do B)	
José Machado	Alcides Modesto
PPB	
Benedito Domingos	
PSTU	
	Lindberg Farias

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 4-3-98 – designação da Comissão Mista

Dia 5-3-98 – instalação da Comissão Mista

Até 5-3-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 14-3-98 – prazo final da Comissão Mista

Até 29-3-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.469-28, adotada em 27 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que Autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante – FMM, em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – LLOYDBRÁS, e dá outras providências.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
PFL	
Hugo Napoleão	José Agripino
Júlio Campos	Bernardo Cabral
PMDB	
Jader Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
PSDB	
Coutinho Jorge	Geraldo Melo
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
PPB	
Epitacio Cafeteira	Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
PFL	
Inocêncio Oliveira	Abelardo Lupion
José Carlos Aleluia	Álvaro Gaudêncio Neto
Bloco (PMDB/PRONA)	
Antônio Brasil	Paulo Lustosa
Hélio Rosas	Mauro Lopes
PSDB	
Jovair Arantes	Adelson Ribeiro
Bloco (PT/PDT/PC do B)	
José Machado	Alcides Modesto
PPB	
Laprovita Vieira	
PTB	
	Paulo Heslander

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 4-3-98 – designação da Comissão Mista

Dia 5-3-98 – instalação da Comissão Mista

Até 5-3-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 14-3-98 – prazo final da Comissão Mista

Até 29-3-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.475-37, adotada em 27 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que Altera as Leis nºs 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
PFL	
Jonas Pinheiro	José Bianco
Joel de Hollanda	José Alves
PMDB	
Jader Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
PSDB	
Jefferson Peres	Carlos Wilson

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		SENADORES	
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha	Titulares	Suplentes
PTB			PFL
Odacir Soares	Regina Assumpção	Guilherme Palmeira	João Rocha
		Júlio Campos	Romero Jucá
DEPUTADOS		PMDB	
Titulares	Suplentes	Jader Barbalho	Gerson Camata
		Nabor Júnior	Carlos Bezerra
PFL		PSDB	
Inocência Oliveira	Abelardo Lupion	Coutinho Jorge	Artur da Távola
José Carlos Aleluia	Álvaro Gaudêncio Neto	Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
Bloco (PMDB/PRONA)		José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
Lídia Quinan	Saraiva Felipe	PPB	
Elcione Barbalho	Teté Bezerra	Epitácio Cafeteira	Leomar Quintanilha
PSDB		DEPUTADOS	
Sebastião Madeira	Márcia Marinho	Titulares	Suplentes
Bloco (PT/PDT/PC do B)			PFL
José Machado	Alcides Modesto	Inocência Oliveira	Abelardo Lupion
PPB		José Carlos Aleluia	Álvaro Gaudêncio Neto
José Linhares		Bloco (PMDB/PRONA)	
PSB		Ivandro Cunha LimaZé	Oscar Goldoni
Alexandre Cardoso		Geddel Vieira Lima	Wagner Rossi
		PSDB	
		Marisa Serrano	Osmâncio Pereira
		Bloco (PT/PDT/PCdoB)	
		José Machado	Alcides Modesto
		PPB	
		Fausto Martello	
		PL	
		Valdemar Costa Neto	

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 4-3-98- designação da Comissão Mista
Dia 5-3-98 - instalação da Comissão Mista

Até 5-3-98- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 14-3-98- prazo final da Comissão Mista

Até 29-3-98- prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.477-46, adotada em 27 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que Dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares e dá outras providências.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 4-3-98 - designação da Comissão Mista

Dia 5-3-98- instalação da Comissão Mista

Até 5-3-98- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 14-3-98- prazo final da Comissão Mista

Até 29-3-98- prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.480-40, adotada

da em 27 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que Altera dispositivo da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, e dá outras providências.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes**

PFL

José Bianco
Vilson Kleinübing

José Alves
Francelino Pereira

PMDB

Jader Barbalho
Nabor Júnior

Gerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

Jefferson Peres

Lúdio Coelho

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PPB

Epitacio Cafeteira

Leomar Quintanilha

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

PFL

Inocêncio Oliveira
José Carlos Aleluia

Abelardo Lupion
Álvaro Gaudêncio Neto

Bloco (PMDB/PRONA)

Zaire Rezende
Marcos Lima

Pedro Irujo
Orcino Gonçalves

PSDB

Marcus Vicente

Adroaldo Strck

Bloco (PT/PDT/PC do B)

José Machado

Alcides Modesto

PPB

Adhemar de Barros Filho

PPS

Sérgio Arouca

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 4-3-98- designação da Comissão Mista

Dia 5-3-98- instalação da Comissão Mista

Até 5-3-98- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 14-3-98- prazo final da Comissão Mista

Até 29-3-98- prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.482-46, adotada em 27 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que Dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo e inativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes**

PFL

José Bianco
Freitas Neto

Francelino Pereira
Hugo Napoleão

PMDB

Jader Barbalho
Nabor Júnior

Gerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

Artur da Távola

Jefferson Peres

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PTB

Odacir Soares

Regina Assumpção

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

PFL

Inocêncio Oliveira
José Carlos Aleluia

Abelardo Lupion
Álvaro Gaudêncio Neto

Bloco (PMDB/PRONA)

Saraiva Felipe
José Costa

Lídia Quinan
Regina Lino

PSDB

Raimundo Gomes de Mattos

Candinho Mattos

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado

Alcides Modesto

PPB

Nilton Baiano

PMN

Bosco França

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 4-3-98- designação da Comissão Mista

Dia 5-3-98- instalação da Comissão Mista

Até 5-3-98- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 14-3-98- prazo final da Comissão Mista

Até 29-3-98- prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.640, adotada em 27 de fevereiro de 1998 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que Restaura a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes**

PFL

Leonel Paiva

Romeu Tuma

João Rocha

Jonas Pinheiro

PMDB

Jader Barbalho

Gerson Camata

Nabor Júnior

Carlos Bezerra

PSDB

Sergio Machado

Osmar Dias

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PPB

Epitacio Cafeteira

Leomar Quintanilha

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

PFL

Inocêncio Oliveira

Abelardo Lupion

José Carlos Aleluia

Álvaro Gaudêncio Neto

Bloco (PMDB/PRONA)

Geddel Vieira Lima

José Luiz Clerot

Wagner Rossi

Confúcio Moura

PSDB

Aécio Neves

Arnaldo Madeira

Bloco (PT/PDT/PC do B)

José Machado

Alcides Modesto

PPB

Odelmo Leão

PV

Fernando Gabeira

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 4-3-98- designação da Comissão Mista

Dia 5-3-98- instalação da Comissão Mista

Até 5-3-98- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 14-3-98- prazo final da Comissão Mista

Até 29-3-98- prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

– Item 1:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 41, DE 1997**

Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 1997 (nº 173/95, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas, e custeio de atividades a cargo do

Distrito Federal, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 81, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá, oferecendo a redação para o segundo turno.

A Presidência esclarece que, nos termos do dispositivo no art. 363 do Regimento, transcorre hoje o terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da matéria.

Poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Em discussão o projeto.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT-SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de iniciar a discussão, gostaria de uma informação da Mesa. Já que hoje é o terceiro e último dia de discussão e, portanto, o último dia de prazo para possíveis emendas de redação, gostaria de saber se há, até o momento, alguma emenda de redação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Até o momento não chegou. Entretanto, até o encerramento da discussão poderá ser apresentada.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE – Para discutir. Sem revisão do orador) – Gostaria de chamar a atenção do Senador Romero Jucá, Relator da matéria. Quando da discussão dessa matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, apresentei uma emenda supressiva, visando retirar parte do § 9º do art. 37, que diz:

O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e à sociedade de economia mista e suas subsidiárias que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, para pagamento de despesa de pessoal ou de custeio em geral.

"Estou de posse das notas taquigráficas da reunião da Comissão, na qual apresentei essa emenda. Na ocasião, o Senador Romero Jucá disse o seguinte: Por conta do entendimento de V. Exª, que é o nosso também, estou apresentando em plenário as emendas de redação e ajustando essa questão, porque, em nosso entendimento, há um rito conflitante aqui. Aí vem minha intervenção, meu estranhamento: Emenda de redação? Eu entendia que, nesse caso, não se podia contornar a questão

com emenda de redação. Qual é o nosso objetivo? Qual o objetivo da emenda e, segundo o próprio Relator, o entendimento de S. Exª também? Era o de que todos os dirigentes de todas as estatais teriam de ter seus salários submetidos ao teto, é o que está previsto no inciso XI do art. 37. A redação, como está, diz que apenas os dirigentes de empresas públicas de sociedade de economia mista que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, para pagamento de despesa de pessoal ou de custeio em geral é que teriam que obedecer ao teto. As estatais que não recebessem recursos da União para pagamento de despesa de pessoal ou de custeio em geral, ou seja, as estatais superavitárias, estariam excluídas do teto. Entendo que todos os dirigentes de estatais, independentemente de situação financeira, devem ser atingidos pelo teto.

Creio que o próprio Senador Romero Jucá chegou à conclusão - e esta era a minha opinião na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - de que é impossível uma emenda de redação corrigir esse aspecto. O Senador deve ter chegado a esse entendimento, porque não apresentou a emenda de redação.

Se o entendimento do Senador Romero Jucá, conforme dito na Comissão, é o nosso, ou seja, de que todos os dirigentes de estatais têm de ser submetidos ao teto, só há uma alternativa, que é a que pretendemos quando da votação: um destaque para votação em separado da frase que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios, para pagamento de despesa de pessoal ou de custeio em geral. Assim, o § 9º do art. 37 diria simplesmente o seguinte: O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e à sociedade de economia mista e suas subsidiárias. Essa é a interpretação que, acredito, foi expressa pelo Senador Romero Jucá na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E é nosso entendimento também o fato de que os dirigentes das estatais devam submeter-se ao teto, como me parece, salvo informação em contrário.

O Senador Romero Jucá chegou à mesma conclusão que eu defendia na época na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ou seja, é impossível corrigir esse aspecto por emenda de redação. Só nos resta a alternativa de suprimir essa expressão por meio do destaque para votação em separado.

Volta-se, portanto, ao apelo que fizemos na primeira sessão de discussão. Esperamos que, nesse

segundo turno, os líderes da maioria permitam, pelo menos, a aprovação de dois ou três requerimentos de destaque para votação em separado, independentemente de como vão votar no mérito, possibilitando que os Srs. Senadores venham a votar de acordo com as suas consciências.

Sabe-se que a grande maioria é favorável à PEC como um todo, mas sabe-se também que há Senadores que gostariam de votar de forma diferente em relação a alguns aspectos da proposta, o que não foi possível por causa da política de rolo compressor feita no primeiro turno.

Eu gostaria até de ouvir o Senador Romero Jucá sobre o assunto, primeiro porque S. Ex^a é o Relator, e segundo porque foi citado. A meu ver, a oportunidade de incluir todos os dirigentes de estatais no teto é suprimir a expressão por meio de um DVS.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão.

Com a palavra o Relator, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL – RR. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, há uma identidade muito grande entre as colocações do Senador José Eduardo Dutra e as minhas.

Quando discutimos, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o art. 37, § 9º, que trata da aplicação do teto salarial às empresas estatais, entendíamos, como ainda entendemos, que as empresas estatais classificadas como lucrativas, ou seja, as empresas estatais que não recebem dinheiro da União para pagamento de pessoal, deveriam também estar subordinadas ao teto. É inadmissível que se faça esse tipo de ressalva para empresas estatais.

Quando da discussão na CCJ, era minha intenção, inicialmente, apresentar emenda de redação mediante a qual ficasse claro o que significa receber recursos federais para pagamento de pessoal. Entendíamos, junto com a equipe técnica do Senado, que talvez fosse possível discutir e exemplificar que a não transferência de dividendos, a não transferência de lucros de empresas estatais para a União fosse uma forma de colaborar com o pagamento dos salários dos servidores dessas estatais. Essa solução técnica pareceu um pouco complicada e acabamos enveredando por outro caminho.

Agora, estamos estudando, como também está fazendo o Senador José Eduardo Dutra, se cabe um DVS para a expressão receberem recursos da

União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesa de pessoal ou de custeio geral. Entendemos que talvez esse seja o caminho para resolver definitivamente. Como hoje é o último dia de discussão e o DVS deverá ser apreciado no momento da votação, estamos analisando – repito – com a equipe técnica se esse é o melhor caminho para que o projeto todo não volte à Câmara dos Deputados. Entendemos que se esse DVS implicar o retorno da emenda à Câmara dos Deputados, não o apresentaremos. Caso contrário, apresentaremos agora. Esse ajuste seria menor do que o que representaria a aprovação do todo da reforma, pela importância de teto, da discussão do subteto, de reajuste salarial anual, de uma série de questões importantes para a reestruturação do setor público brasileiro.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL – RR) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Quero informá-lo que vou apresentar o requerimento do DVS e peço o apoio de V. Ex^a para a aprovação do requerimento. O mérito cada um votará de acordo com a sua consciência.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL – RR) – O requerimento de V. Ex^a tem toda a minha simpatia. Agora, a votação será de acordo com o restante do estudo do parecer técnico que estamos fazendo.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL – RR) – Estamos caminhando em sentido convergente em relação à idéia de discutir em Plenário, no dia da votação, a retirada do teto para os servidores de estatais lucrativas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, vai chegar o momento em que o Legislativo brasileiro irá fazer uma revisão, julgar o seu próprio comportamento nesses últimos tempos. Não tenho dúvida alguma de que existe certa linha condutora em todas essas propostas de modernização da economia brasileira, da sociedade brasileira, que são enfiadas goela adentro do Legislativo, por uma maioria que se julga absoluta, dona de todo o saber do mundo, detentora dos poderes que a sociedade não lhe conferiu.

Agora, vemos o próprio Governo, autor da Reforma Administrativa já aprovada em primeiro turno por 59 votos, açodadamente nos convocar para aprovarmos aquilo que, segundo o Presidente da República, são medidas tomadas por ele. Estamos no caos, disse Sua Excelência na revista **Esquerda 21**. E continua a nos enviar medidas e mais medidas. Agora já se arrependem.

No momento em que foi criada a empresa encarregada da gestão de energia elétrica no Brasil, Aneel, tive oportunidade de falar com o Sr. Ministro Sérgio Motta que se tratava da repetição do modelo do Banco Central, com todas as suas mazelas, deficiências e impropriedades. O próprio Governo se arrepende de ter feito o que fez: colocado o dinheiro do BNDES para privatizar a Light. O primeiro apagão começou na cabeça do Sr. Sérgio Motta, quando S. Ex^a teve a idéia infeliz de criar essa forma de gestão dos serviços públicos brasileiros.

Portanto, estamos agora diante de mais um avanço sobre os direitos dos funcionários públicos. Parece que foi dada a partida para se saber quais os governadores de Estado serão campeões na carreira desenfreada de demissões. São 130 mil demissões, alardeadas pelo Governador de São Paulo, que se somam às centenas de milhares de demissões feitas em outros Estados e na própria União.

Como é que se pode afirmar que o Brasil é capaz de crescer neste Governo, quando tudo se enrola, tudo se reduz, todos os direitos dos cidadãos se perdem? Eles têm a maioria.

Vejamos aqui o que fala sobre a maioria um insuspeito observador das instituições políticas dos Estados Unidos. Tocqueville afirma em sua obra *A Democracia na América*:

Considero ímpia a máxima segundo a qual, em matéria de governo, a maioria de um povo tem o direito de tudo fazer. No entanto, situo a origem de todos os poderes nas vontades da maioria.

Eu estaria em contradição comigo mesmo. Tocqueville afirma que existe algo acima da maioria e que os governos devem respeitar, sob pena de transformar a maioria numa verdadeira ditadura no maior número.

Segundo ele, a justiça forma, portanto, o limite do direito de qualquer povo.

Quando me recuso a obedecer a uma lei injusta, não nego à maioria o direito de dirigir. Apelo à soberania do gênero humano contra a soberania do povo. Portanto, a justiça está acima do direito da

maioria. E o direito da maioria deve-se subordinar aos princípios da justiça – é o que não ocorre atualmente. Cadeias e carrascos, eis os instrumentos antigos de que se servia a tirania. Os príncipes tinham, por assim dizer, materializado a violência. As repúblicas democráticas atuais tomaram-na tão intelectual quanto a vontade humana que almeja sujeitar. Num regime absoluto, de um só homem, o despotismo, para chegar à alma, violentava grosseiramente o corpo. Mas, nas repúblicas democráticas, não é assim que procede a tirania; deixa de lado o corpo e vai direto à alma, através das televisões, através da propaganda, etc.

O mestre não diz mais pensarás como eu ou morrerás. És livre de não pensar como eu. A vida, os bens, tudo te é assegurado, mas, do dia que discordes em diante, és um estrangeiro entre nós.

E termina:

Vá em paz, deixo-te a vida – diz o neotirano, o tirano moderno –, mas torno-a pior do que a morte.

Portanto, não se extinguiu esse despotismo com os regimes monárquicos e autoritários, que, a cada dia, assume novas feições, novas formas de dominação.

Não há dúvida alguma de que, tal como acontece na desconstitucionalização dos direitos dos trabalhadores, agora também, em nome da eficiência, retiram-se os direitos conquistados. Agem com o funcionário público como se ele fosse uma sub-raça que não poderá mais almejar nem sequer a estabilidade, porque deverá estar sempre sendo julgado. Ainda que tenha passado em concurso público, ainda que esteja há dois anos no cargo, ele estará sujeito a um julgamento interno: insuficiência do desempenho. Deverá mostrar ao seu chefe que tem um bom desempenho diante do PSDB, diante do poder constituído, diante da vontade dos neodespóticos e neo-autoritários.

Com tristeza, reconhecemos que não há nada a fazer, a não ser protestar, dentro de um tempo exíguo, a impossibilidade de desenvolvermos aqui 39 pontos muito bem elaborados como crítica ao que, inexorável e implacavelmente, ocorre com o direito dos funcionários públicos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Encerrada a discussão.

A matéria será votada no dia 11 do corrente, em sessão deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 2:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 22, DE 1996**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1996 (nº 191/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Arapongas S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Arapongas, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 820, de 1997, da Comissão de Educação, Relator: Senador Levy Dias, com abstenção da Senadora Benedita da Siiva.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) –

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP.

Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os membros do Bloco têm sido liberados no que diz respeito a essa votação. No entanto, os integrantes do PT têm-se absterido da votação, de forma consistente, desde 1995, enquanto não forem cumpridas as exigências do art. 224, da Constituição Federal, de 1988. Essa decisão é um desdobramento de posição assumida pelo Partido desde a promulgação da Constituição.

Segundo o art. 224, para os efeitos do disposto neste Capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

Sr. Presidente, reitero a importância de se tomarem medidas necessárias para a instituição efetiva do Conselho de Comunicação Social.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em votação. A Presidência esclarece ao Plenário que, de acordo com o art. 288, inciso IV, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de dois quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

(Procede-se à votação)

VOTAÇÃO NOMINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 1996

APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA
RÁDIO ARAPONGAS S.A. - CIDADE DE ARAPONGAS, PR

Nº Sessão: 1

Nº Vot.: 1

Data Início: 04/03/1998

Hora Início: 16:28:03

Data Sessão: 04/03/1998

Data Fim: 04/03/1998

Hora Fim: 16:32:35

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
BLOCO	RJ	ABDIAS NASCIMENTO	SIM	PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	SIM
BLOCO	PA	ADEMIR ANDRADE	SIM	PFL	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
BLOCO	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM	PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PSDB	RJ	ARTUR DA TAVOLA	SIM	PMDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	SIM
PFL	MA	BELLO PARGA	SIM	BLOCO	AP	SEBASTIÃO ROCHA	SIM
PSDB	CE	BENI VERAS	SIM	PSDB	CE	SERGIO MACHADO	SIM
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	SIM	PFL	SC	VILSON KLEINÜBING	SIM
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	ABST.				
PFL	TO	CARLOS PATROCÍNIO	SIM				
PSDB	PE	CARLOS WILSON	SIM				
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM				
PSDB	PA	COUTINHO JORGE	SIM				
		MA EDISON LOBÃO	SIM				
BLOCO	SP	EDUARDO SUPICY	ABST.				
PFL	ES	ÉLCIO ALVARES	SIM				
BLOCO	RS	EMÍLIA FERNANDES	SIM				
PPB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM				
PPB	RO	ERNESTO AMORIM	ABST.				
PPB	SC	ESPERIDIÃO AMIN	SIM				
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	SIM				
PFL	PI	FREITAS NETO	SIM				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
PFL	AL	GUILHERME PALMEIRA	SIM				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	SIM				
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM				
PSDB	AM	JEFFERSON PERES	ABST.				
PPB	RR	JOÃO FRANCA	SIM				
PFL	TO	JOÃO ROCHA	SIM				
PFL	PE	JOEL DE HOLLANDA	SIM				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
PFL	BA	JOSAPHAT MARINHO	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM				
PFL	RO	JOSÉ BIANCO	SIM				
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	ABST.				
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	SIM				
PMDB	GO	JOSÉ SAAD	SIM				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM				
BLOCO	SP	JOSÉ SERRA	SIM				
PFL	MT	JÚLIO CAMPOS	SIM				
BLOCO	MG	JÚNIA MARISE	SIM				
BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	ABST.				
PFL	DF	LEONEL PAIVA	SIM				
PPB	PI	LUCÍDIO PORTELLA	SIM				
PSDB	CE	LÚCIO ALCANTARA	SIM				
PSDB	MS	LÚDIO COELHO	SIM				
BLOCO	AC	MARINA SILVA	ABST.				
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	SIM				
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	SIM				
PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	SIM				
PTB	RO	ODACIR SOARES	SIM				
PSDB	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	ABST.				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM				
PTB	MG	REGINA ASSUMPÇÃO	SIM				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM				

Presid.: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

1º Sec.: *

2º Sec.: *

3º Sec.: *

4º Sec.: *

Operad.: HÉLIO F. LIMA

Votos Sim: 54

Votos Não: 0

Total: 62

Votos Abst: 8

SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Ata

Emissão em 04/03/98 - 16:22

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Votaram Sim 54 Srs. Senadores. Nenhum voto Não.

Houve 8 abstenções.

Total: 62 votos.

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final da matéria, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 87, DE 1998

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1996 (nº 191, de 1995, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1996 (nº 191, de 1995, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Arapongas S. A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.

Sala de Reuniões da Comissão, 4 de março de 1998. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Carlos Patrocínio** – **Lucídio Portella** – **Marluce Pinto**.

ANEXO AO PARECER Nº 87, DE 1998

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, _____ Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1998

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Arapongas S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em

onda média na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de dezembro de 1994, que renova, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Arapongas S.A., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) –

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1997 (nº 350/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Transoeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na Cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, sob nº 578, de 1997, da Comissão de Educação, Relator: Senador Esperidião Amin.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

A Presidência esclarece ao Plenário que, de acordo com o art. 288, inciso IV, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de dois quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

(Procede-se à votação.)

VOTAÇÃO NOMINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 1997

APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO DA
RÁDIO TRANSOESTE LTDA. - CIDADE DE JOAÇABA, SC

Nº Sessão: 1

Nº Vot.: 2

Data Início: 04/03/1998

Hora Início: 16:33:16

Data Sessão: 04/03/1998

Data Fim: 04/03/1998

Hora Fim: 16:34:41

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
BLOCO	RJ	ABDIAS NASCIMENTO	SIM	PSDB	CE	SERGIO MACHADO	SIM
BLOCO	PA	ADEMIR ANDRADE	SIM				
BLOCO	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM				
PSDB	RJ	ARTUR DA TAVOLA	SIM				
PFL	MA	BELLO PARGA	SIM				
PSDB	CE	BENI VERAS	SIM				
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	SIM				
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	ABST.				
PFL	TO	CARLOS PATROCÍNIO	SIM				
PSDB	PE	CARLOS WILSON	SIM				
PSDB	PA	COUTINHO JORGE	SIM				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM				
BLOCO	SP	EDUARDO SUPLICY	ABST.				
PFL	ES	ÉLCIO ALVARES	SIM				
PPB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM				
PPB	RO	ERNADES AMORIM	ABST.				
PPB	SC	ESPERIDIÃO AMIN	SIM				
PFL	PI	FREITAS NETO	SIM				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
PFL	AM	GILBERTO MIRANDA	SIM				
PFL	AL	GUILHERME PALMEIRA	SIM				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	SIM				
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM				
PSDB	AM	JEFFERSON PERES	ABST.				
PPB	RR	JOÃO FRANCA	SIM				
PFL	TO	JOÃO ROCHA	SIM				
PFL	PE	JOEL DE HOLLANDA	SIM				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
PFL	BA	JOSAPHAT MARINHO	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM				
PFL	RO	JOSÉ BIANCO	SIM				
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	ABST.				
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	SIM				
PMDB	GO	JOSÉ SAAD	NÃO				
PSDB	SP	JOSÉ SERRA	SIM				
PFL	MT	JÚLIO CAMPOS	SIM				
BLOCO	MG	JÚNIA MARISE	SIM				
PFL	DF	LEONEL PAIVA	SIM				
PPB	MS	LEVY DIAS	SIM				
PPB	PI	LUCÍDIO PORTELLA	SIM				
PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	SIM				
PSDB	MS	LÚCIO COELHO	SIM				
BLOCO	AC	MARINA SILVA	NÃO				
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	SIM				
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	SIM				
PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	SIM				
PTB	RO	ODACIR SOARES	SIM				
PSDB	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM				
PTB	MG	REGINA ASSUMPTÃO	SIM				
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	SIM				
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM				
PMDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	SIM				
BLOCO	AP	SEBASTIÃO ROCHA	SIM				

Presid.: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

1º Sec.: *

2º Sec.: *

3º Sec.: *

4º Sec.: *

Operad.: HÉLIO F. LIMA

Votos Sim: 49

Votos Não: 2

Total: 56

Votos Abst: 5

Emissão em: 04/03/98 - 16:34

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Votaram Sim 49 Srs. Senadores, e Não, 2.

Houve 5 abstenções.

Total: 56 votos.

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final da matéria, que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

PARECER N.º 88, DE 1998

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1997 (nº 350, de 1996, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 46 de 1997 (nº 350, de 1996, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Transoeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

Sala de Reuniões da Comissão, 4 de março de 1998. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Carlos Patrocínio** – **Lucídio Portella** – **Marluce Pinto**.

ANEXO AO PARECER N.º 88, DE 1998

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO N.º _____, DE 1998

Aprova o ato que renova a permissão da Rádio Transoeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o ato a que se refere a Portaria n.º 80, de 22 de junho de 1992, que renova, por dez anos, a partir de 5 de maio de 1991, a permissão da Rádio Transoeste Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à publicação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL – RR) – Sr. Presidente, o meu voto não foi computado. Romero Jucá, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Constará de ata.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 47, de 1997 (n.º 351/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida à Sociedade Rádio Continental Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, sob n.º 579, de 1997, da Comissão de Educação. Relator: Senador Esperidião Amin.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

A Presidência esclarece ao Plenário que, de acordo com o art. 288, inciso IV, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de dois quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

(Procede-se à votação.)

VOTAÇÃO NOMINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 47, DE 1997

APROVA O ATO QUE RENOVA A OUTORGA DEFERIDA À SOCIEDADE
RÁDIO CONTINENTAL LTDA. - CIDADE DE CORONEL FREITAS, SC

Nº Sessão: 1

Nº Vol.: 3

Data Início: 04/03/1998

Hora Início: 16:35:14

Data Sessão: 04/03/1998

Data Fim: 04/03/1998

Hora Fim: 16:38:15

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
BLOCO	RJ	ABDIAS NASCIMENTO	SIM	PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	SIM
BLOCO	PA	ADEMIR ANDRADE	SIM	PFL	RR	ROMERO JUCA	SIM
BLOCO	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM	PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PSDB	RJ	ARTUR DA TAVOLA	SIM	PMDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	SIM
PFL	MA	BELLO PAROA	SIM	BLOCO	AP	SEBASTIÃO ROCHA	SIM
PSDB	CE	BENI VERAS	SIM	PSDB	CE	SERGIO MACHADO	SIM
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	SIM	PFL	SC	VILSON KLEINÜBING	SIM
PFL	TO	CARLOS PATROCÍNIO	SIM				
PSDB	PE	CARLOS WILSON	SIM				
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM				
PSDB	PA	COUTINHO JORGE	SIM				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM				
BLOCO	SP	EDUARDO SUPLEY	ABST.				
PFL	ES	ÉLCIO ALVARES	SIM				
BLOCO	RS	EMÍLIA FERNANDES	SIM				
PPB	MA	EPITÁCIO CAFETERA	SIM				
PPB	RO	ERNADES AMORIM	SIM				
PPB	SC	ESPERIDIÃO AMIN	SIM				
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	SIM				
PFL	PI	FREITAS NETO	SIM				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
PFL	AM	GILBERTO MIRANDA	SIM				
PFL	AL	GUILHERME PALMEIRA	SIM				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	SIM				
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM				
PSDB	AM	JEFFERSON PERES	ABST.				
PPB	RR	JOÃO FRANCA	SIM				
PFL	TO	JOÃO ROCHA	SIM				
PFL	PE	JOEL DE HOLLANDA	SIM				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
PFL	BA	JOSAPHAT MARINHO	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPIO	SIM				
PFL	RO	JOSÉ BIANCO	SIM				
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	ABST.				
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	SIM				
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	SIM				
PMDB	GO	JOSÉ SAAD	NÃO				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM				
PSDB	SP	JOSÉ SERRA	SIM				
PFL	MT	JÚLIO CAMPOS	SIM				
BLOCO	MG	JÚNIA MARISE	SIM				
BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	ABST.				
PFL	DF	LEONEL PAIVA	SIM				
PPB	MS	LEVY DIAS	SIM				
PPB	PI	LUCÍDIO PORTELLA	SIM				
PSDB	CE	LÚCIO ALCANTARA	SIM				
BLOCO	AC	MARINA SILVA	ABST.				
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	SIM				
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	SIM				
PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	SIM				
PTB	RO	ODACIR SOARES	SIM				
PSDB	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				
PTB	MG	REGINA ASSUMPTÃO	SIM				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM				

Presid.: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

1º Sec.: *

2º Sec.: *

3º Sec.: *

4º Sec.: *

Operad.: HÉLIO F. LIMA

Votos Sim: 56

Votos Não: 1

Total: 62

Votos Abst: 5

Emissão em: 04/03/98 - 16:38

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Votaram Sim 56 Srs. Senadores; e Não 1 Sr. Senador.

Houve 5 abstenções.

Total: 62 votos.

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final da matéria, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 89, DE 1998

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1997 (nº 351, de 1996, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1997 (nº 351, de 1996, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida à Sociedade Rádio Continental Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina.

Sala de Reuniões da Comissão, 4 de março de 1998. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Carlos Patrocínio** – **Lucídio Portella** – **Marlene Pinto**.

ANEXO AO PARLAMENTAR Nº 89, DE 1998

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1998

Aprova o ato que renova a outorga deferida à Sociedade Rádio Continental Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de agosto de 1992, que renova por dez anos, a partir de 20 de outubro de 1990, a outorga deferida à Sociedade Rádio Continental Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– m discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 149, de 1998, lido no Expediente, de autoria do Senador Bernardo Cabral e de outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores na Hora do Expediente do dia 30 de abril seja dedicado à passagem dos 50 anos da fundação do Estado de Israel.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, no próximo domingo, o maior e mais influente partido político do País, o PMDB, vai decidir em convenção nacional se terá candidato próprio à Presidência da República ou se apoiará a reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Acompanhando a unanimidade dos convencionais de meu Estado, votarei pela consolidação da estabilidade econômica, pela continuidade administrativa, e pela preservação de espaços políticos que assegurem poderes ao PMDB para continuar lutando pelo resgate da enorme dívida social que acumulamos, por mais empregos e por um novo modelo de desenvolvimento que se apóie em grandes investimentos de infra-estrutura. Votarei pela reeleição, como quer a grande maioria do povo brasileiro.

A história de trinta e dois anos do PMDB é um rico patrimônio de resistências, de muitas lutas pela reconquista da liberdade, de fidelidade à causa democrática, de afirmação política e de sensibilidade para os anseios populares. Foi esse currículo de partido vanguardeiro que nos deu a nossa grandeza como organização política, fincada em todos os re-

cantos do País e majoritariamente representada no Congresso, nos Governos Estaduais, nas Prefeituras e nas Câmaras de Vereadores. Renunciar à candidatura própria, neste momento em que crises de identidade nos consomem as entranhas, não é renunciar a esse passado de lutas, nem a este presente de maioria em todos os níveis de poder, mas assumir uma posição realista em benefício do País e de nossa própria sobrevivência. É um tempo a mais para repensar os nossos desencontros e espantar os fantasmas que ameaçam a nossa unidade histórica.

O PMDB, para ser fiel às suas doutrinas e à sua própria razão de ser, não pode distanciar-se do povo. Apesar de todas as circunstâncias perversas do atual período de transição, caracterizadas principalmente pela queda brutal da eficiência da saúde pública, pelo aumento dos índices de violência urbana e pela redução dramática dos postos de trabalho, a sociedade brasileira mantém sua confiança no Real, como demonstram todas as pesquisas, e não perdeu as expectativas de que estamos vivendo um momento transitório de dificuldades, que serão superadas. Cansado das experiências frustradas e dos messianismos que nos levaram a amargar as decepções trágicas do passado recente, o povo brasileiro já não aceita deixar o certo pelo duvidoso.

É esse o espírito da sociedade brasileira, sobre o qual o PMDB terá de refletir para não embarcar em uma aventura sem causas objetivas que a justifique. Não quero ser fatalista, Sr^{as.} e Srs. Senadores, mas a Convenção deste domingo colocará o PMDB entre dois extremos: ser realista e sobreviver, apoiando a reeleição, que sairá vitoriosa em outubro, ou arriscar-se num projeto político previamente derrotado, comprometendo irremediavelmente o seu futuro. Não tenho dúvida de que a racionalidade de nossa expressiva maioria vai encerrar a Convenção com uma grande vitória em que prevalecerá o bom-senso.

Mudar o que está errado, sim; mas mudar as atuais estruturas de poder, não, porque estaríamos ajudando a construir um vácuo perigoso de instabilidade, que poderia colocar a perder todo o esforço de mudança das políticas econômicas, sobretudo as reformas estruturais conquistadas a duras penas ou ainda por realizar. Não há lugar para rupturas nos compromissos internacionais que assumimos para atrair novos investimentos. A imagem de estabilidade é a nossa melhor parceria para sustentar o crescimento econômico. Se não temos inimigos à vista para combater, e se o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso não é nem de longe ne-

nhum vilão do interesse público, quais seriam os alvos de indignação para sustentar as motivações de uma campanha para a Presidência da República? Esse espaço político-eleitoral, por irreal que seja nas suas vocações mais radicais e raivosas, já tem seus ocupantes definidos, e a ele não iriam aderir os nossos prefeitos, que formam a base de sustentação do PMDB.

O PMDB já teve seus momentos grandiosos de oposição. Foram momentos em que tínhamos a indignação popular ao nosso lado. Ulysses Guimarães foi o grande símbolo da esmagadora vitória que conquistamos em 1974, ao lançar-se anticandidato, captando a insatisfação popular contra os governos militares e formando a grande maioria do Congresso. No Governo Sarney, o sucesso do Plano Cruzado fez a quase totalidade dos governadores do PMDB, porque havia um inimigo público comum, que era a inflação. Hoje, não temos inflação, nem temos governo impopular para combater. Com todo o respeito que devo a eventuais postulantes do meu Partido, temo que o escolhido venha a cumprir o lamentável papel de anticandidato às avessas, se compararmos a situação de hoje com a situação dos anos 70. Já nos desgastamos demais em duas derrotas consecutivas nos últimos pleitos presidenciais, com o próprio Dr. Ulysses Guimarães e com Orestes Quércia. É necessário um mínimo de humildade para reconhecer que o quadro político de hoje é ainda mais desfavorável à decolagem de uma candidatura própria, dentro de um mesmo espaço ideológico.

Para insistir na tese do realismo, quero lembrar a sabedoria de Tancredo Neves, que foi um dos patronos mais ativos da campanha pelas Diretas Já. Coerente com o objetivo superior de levar o PMDB ao poder, ele submeteu-se ao Colégio indireto e chegou à Presidência da República pelas vias que ele mesmo condenava, porque essa era a única alternativa que restava à Oposição. O atalho foi necessário para a recuperação total das franquias democráticas, e esse ato de descortino e coragem foi a grande obra política de sua vida, que colocou o País em estado de choque. Lições como a de Tancredo Neves não podem deixar de ensinar os nossos futuros caminhos como Partido político, cujo dever essencial é o de lutar para sobreviver, sem os riscos da aventura.

A política é uma ciência feita de lógicas, e a submissão ao desejo das maiorias, no campo partidário, é uma das lógicas mais inquestionáveis no processo democrático. Nego-me, por isso, a aceitar os argumentos das correntes dissidentes de meu

Partido, que defendem a quebra de nossas alianças atuais para motivar as bases partidárias, atraídas por um projeto supostamente simpático, mas, para mim, politicamente inviável. A tese não passa de argumento de cúpula, e não das bases, que estão comprometidas com a sustentação do Real, sem solavancos políticos que possam comprometer a estabilidade econômica e a vitória definitiva sobre a inflação.

Sr^{as}. e Srs. Senadores, meu Líder, Jader Barbalho, prezados Colegas de Bancada, o PMDB foi derrotado por Fernando Henrique Cardoso no primeiro turno das últimas eleições presidenciais. Apoiando Fernando Henrique Cardoso, nosso Partido garantiu, com a aliança política que sustentou o Governo até aqui, não apenas a co-autoria das tarefas de governar, mas a parceria em decisões importantes como as reformas, além da eleição de oito governadores e da maioria dos atuais prefeitos. A vitória eleitoral legitimou e consagrou a aliança com o Governo. E ainda assim, alheios ao pronunciamento das urnas, foram constantes as pressões de pequenos grupos internos para que abandonássemos o barco. E são esses mesmos grupos que espermeiam agora contra a óbvia necessidade de continuar repartindo responsabilidades com um Governo que está dando certo nas suas decisões mais importantes.

A maioria do nosso Partido é, portanto, cúmplice do muito que foi feito de certo e do pouco que foi feito de errado. Manter a aliança é um dever de coerência partidária e de lealdade aos compromissos que assumimos com o povo brasileiro. Abandoná-la, ao contrário, seria um ato precipitado de revisão, que não vai encontrar sustentação na lógica e nem será entendido por nossos correligionários. Não penso num partido incondicional, porque não temos vocação para o servilismo. Reconheço a necessidade de revisões autocríticas que nos levem a exigir, no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mudanças efetivas de rumos nas políticas sociais, na geração de empregos e na retomada dos grandes projetos de infra-estrutura. Essa é a missão pragmática do PMDB.

A luta interna de poder, que explicaria o lançamento de candidatura autônoma, antes de ser um caminho para a afirmação partidária, seria, nas circunstâncias atuais, a via mais rápida para o enfraquecimento do PMDB, para a redução das bancadas no Congresso, para o isolamento político e para a perda de rumos. Enfim, Sr^{as}. e Srs. Senadores, estamos a poucas horas de uma decisão que vai defi-

nir se queremos o fortalecimento do Partido ou sua liquidação, se nos manteremos fiéis aos nossos compromissos com o País ou se sucumbiremos à ambição de minorias que querem o poder a qualquer custo. Esse é o grande desafio para as nossas reflexões sobre o futuro destino do PMDB.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mauro Miranda, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade, Líder do Bloco.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB-PA. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, hoje farei referência a dois assuntos.

Em primeiro lugar, quero condenar a manifestação feita ontem no plenário desta Casa pelo Senador Gilvam Borges do PMDB do Amapá. Creio, Sr. Presidente, que ninguém tem o direito de fazer afirmações como as que aqui foram feitas pelo Senador. São acusações levianas, sem nenhuma prova, dirigidas ao Governador do Estado do Amapá, Sr. João Alberto Capiberibe.

Não conheço a ação política do Sr. Governador. Não sei das suas dificuldades de relação com sua Bancada Federal, seja com Senadores ou com Deputados. É possível que haja erros nessas relações; mas não posso, em hipótese alguma, admitir as acusações aqui feitas. Considero o Governador João Alberto Capiberibe um dos homens mais sérios, mais íntegros e mais bem intencionados da nossa República. No Estado do Amapá, o seu Governo tem sido referência, a nível nacional, testemunhado em programas de televisão como o Jornal Nacional, como o Globo Repórter, quando mencionam sua forma de governar. De todo o Norte do Brasil, é o Estado menos destruído, que pensa essencialmente no povo. É o único Estado da Amazônia que tem um plano de desenvolvimento auto-sustentado. É o único Estado que se preocupa com o cumprimento das determinações da Rio-92.

Ainda não conversei com o Governador João Alberto Capiberibe, mas pretendo fazê-lo para saber que providências tomar acerca das acusações feitas pelo Senador Gilvam Borges, cujos assessores são seus parentes: mãe, esposa, irmão, cunhado. Não posso imaginar que um cidadão venha aqui falar

contra o Governador João Alberto Capiberibe como o fez o Senador. S. Ex^a deve ser responsabilizado pelo que disse, porque ninguém pode usar da imunidade parlamentar para fazer acusações levianas e graves.

Sou absolutamente solidário com o companheiro João Alberto Capiberibe, Governador pelo Partido Socialista Brasileiro. Creio que S. Ex^a deve responsabilizar judicialmente o Senador Gilvam Borges, nosso Colega nesta Casa, pelas afirmações feitas. Não vou repeti-las porque as considero absolutamente irresponsáveis e improcedentes.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) – Senador Ademir Andrade, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB-PA) – Ouço V. Ex^a, mas peço que seja breve, pois tenho um tema importante a tratar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) – Gostaria de registrar que, ontem, quando o Senador Gilvam Borges fez seu breve pronunciamento, mas com palavras muito ofensivas ao Governador Capiberibe, estranhei, pois me pareceu que S. Ex^a usou de diversos adjetivos sem, entretanto, consubstanciar, comprovar ou relatar os fatos que poderiam dar margem ao uso das ofensas que foram colocadas. É possível que o Senador Gilvam Borges estivesse tomado de alguma emoção com respeito ao episódio. Se porventura houver fundamento no que procurou expressar, é importante que o apresente, do contrário, ficará uma ofensa sem comprovação, o que não condiz com o respeito que as pessoas devem ter umas para com as outras. Tudo isso deve estar consubstanciado em fatos, cabendo a apresentação das provas, o que não ocorreu no pronunciamento de ontem. Portanto, acredito que V. Ex^a tem razão em expressar, da tribuna, a sua preocupação com o pronunciamento.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB-PA) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Quero fazer referência, principalmente, ao que está acontecendo hoje com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, creio que o Presidente Fernando Henrique Cardoso está pensando que o povo deste País é cego, não enxerga as coisas e não vê o seu comportamento. Causa-me espanto, muitas vezes, a ação de Sua Excelência. Vi o Presidente intervir na vida interna de dois Partidos aqui, no Congresso Nacional, quando, na época da reeleição, pretendia ver aprovado o direito de se reeleger Presidente da República do Brasil. Na verdade, esta emenda foi o maior casuísmo da história de

nosso País. Se o Presidente quisesse ser honesto e justo, a emenda valeria para todos. Sua Excelência poderia ser reeleito para o cargo de Presidente da República, mas seus Ministros, os Secretários de Estado também deveriam ter o mesmo direito.

Não é justo que um Ministro seja obrigado a deixar o cargo, na pressuposição de que usaria a máquina pública em favor de sua própria campanha, e o Presidente Fernando Henrique Cardoso não tenha de se desincompatibilizar. Essa emenda foi desonesta, porque ela é só para um, não para todos; o critério é só para um.

Lembro-me muito bem de que o PPB, de Paulo Maluf, reuniu-se e decidiu, em convenção, que sua Bancada deveria votar contra a reeleição. Também me lembro de que o PMDB fez uma enorme convenção a que compareceram suas bases de todo o País e acordaram que os Parlamentares do PMDB deveriam votar contra a reeleição. Aí entra o fisiologismo do Presidente Fernando Henrique Cardoso; aí entra a troca de votos pela nomeação de cargos, com Parlamentares comandando órgãos públicos federais, em seus respectivos Estados, não para torná-los instrumentos de política da sociedade, mas para torná-los instrumentos da sua política pessoal. É impressionante como se utilizam desses órgãos para fazer política. Isso é claro e transparente. Inclusive, estão na imprensa a utilização e a distribuição de recursos públicos de acordo com a necessidade da Prefeitura ou do local que se afilie ou se associe ao comandante daquele órgão.

O Senador Iris Rezende, que era um dos independentes, um dos que combatiam determinadas ações do Governo, de repente, recebe um Ministério e tudo muda. Tudo muda, e o PMDB vai para a Emenda da Reeleição, majoritariamente desobedecendo a sua convenção partidária.

O PPB, do Sr. Paulo Maluf, cuja reunião definiu que deveria ser contra a reeleição, coloca os seus Ministros no Governo trabalhando cada Deputado, pressionando cada Senador e votando majoritariamente a favor da reeleição do Sr. Fernando Henrique Cardoso.

Agora o PMDB está discutindo a possibilidade de ter um candidato próprio para disputar com Fernando Henrique Cardoso. É impressionante a forma de fazer política do Presidente da República. Parece-me que ele pensa que o povo não lê e não sabe das coisas, por isso toma atitudes abertamente.

Todos os jornais de hoje, Sr. Presidente, trazem manchete sobre a questão: Apoio do PMDB de Santa Catarina a Fernando Henrique Cardoso custa

R\$150 milhões. Está aqui na **Folha de S.Paulo**. PMDB catarinense dá o seu preço. Paulo Afonso negocia a dívida no valor de R\$1,9 bilhão às vésperas da convenção. Sabemos o que está acontecendo nos bastidores dessa política.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso está temeroso de enfrentar esta eleição. Sua Excelência não quer que o PMDB tenha candidato, como também não quis que o PPB tivesse e para isso faz o jogo político da cooptação, faz o jogo político dos favores a Parlamentares que exigem recursos para seu Estado ou resolução de problemas sociais em seus Estados, enquanto outros apenas exigem a nomeação de dirigentes dos órgãos públicos federais em seus respectivos Estados. Isso não é forma decente de se fazer política.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso manda para cá o Fundo de Estabilização Fiscal já prorrogado pela terceira vez. Sua Excelência tira recursos dos Municípios, dos Estados brasileiros, dos Fundos de Desenvolvimento Constitucionais Norte, Nordeste e Centro Oeste. Os Parlamentares apóiam essa proposta, mas o que o Presidente Fernando Henrique faz com o dinheiro que fica livre para ser comandado? São recursos vinculados ao Orçamento que estão sendo retirados, e agora Sua Excelência se utiliza deles politicamente para fazer com que o PMDB não tenha candidato.

Atualmente, o Brasil é um país sem emprego, com problemas na economia, com o povo passando por todo o tipo de dificuldade e com um Governo que não busca trazer o crescimento econômico. A Lei Kandir, que o Presidente Fernando Henrique conseguiu aprovar, por exemplo, foi criada para resolver o problema da balança comercial, mas é preciso lembrar que, quando fizemos a Constituição brasileira e aprovamos a Lei Kandir, queríamos que todo o produto semi-elaborado ou não industrializado pagasse o ICMS aos Estados como estímulo à industrialização. Mas o Presidente da República fez aprovar uma lei que acaba com isso. Hoje, qualquer produto produzido no Brasil vai para o exterior sem pagar um centavo de imposto. E a balança comercial brasileira? A nossa pauta de exportação mostra que 52% do que exportamos – fala-se em valores, não se fala em quantidade, porque os preços já são ditados pelo mercado internacional, dominado pelos países do Primeiro Mundo – são produtos semi-elaborados, **in natura**, produtos que não agregaram mão-de-obra, que não foram industrializados no Brasil, que não geraram renda nem trouxeram desenvolvimento. No entanto, 92% do que compramos no exterior são

produtos industrializados, para consumo final da nossa população.

Que Governo é esse que adota uma lei que prejudica a Nação inteira, comprometendo-se a recompor as perdas dos Estados – evidentemente com o dinheiro do Tesouro, ou seja, do povo? Quem está ganhando nesse processo todo são as pessoas que estão sacando de nossas riquezas e enviando-as para fora, sem pagar nenhum imposto à Nação brasileira, nem ao Município, nem ao Estado, nem à União. E o Brasil recebe apenas dólares para manter reservas cambiais ou para equilibrar a balança comercial, usando depois esse dinheiro que está tirando para fazer a política de cooptar, de submeter pessoas e oferecer favores.

Creio que o povo brasileiro haverá de ter compreensão do que está acontecendo hoje e como o Presidente Fernando Henrique Cardoso faz política. Agora, há dinheiro para todo mundo. Todos dizem: Vamos votar, mas tem que pagar isso e aquilo. Sabemos de partidários do Presidente que pagaram R\$200 mil por voto de deputado; outros receberam cargos ou nomeações; alguns foram mais indecentes e obtiveram dinheiro mesmo. E, mais uma vez, o Presidente interfere na ética, na vida interna de um partido para impedir que tenha candidato à Presidência da República do Brasil. Os meios de comunicação, principalmente a televisão, deviam aprofundar mais o exame dessa questão. Devia mostrar o que está acontecendo, denunciar à sociedade brasileira as negociações, as pressões e as ameaças que estão sendo feitas. Constam em todos os jornais as ameaças. Líderes no Senado e na Câmara pedem ao Presidente que ameace os Senadores e os Deputados para não permitir que eles tenham independência, que lutem para que o partido deles tenha candidato.

Como representante de um partido de oposição, o Partido Socialista Brasileiro, que integra uma frente de esquerda formada pelo PDT, PSB, PC do B e PT, gostaria de dizer que temos o nosso candidato – possivelmente o vice será Leonel Brizola, presidente nacional do PDT – e que não há nenhum receio de nossa parte em enfrentar o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não há nenhum receio, não há nenhuma preocupação, porque acreditamos que o povo vai compreender as coisas que estão acontecendo, vai compreender a forma como elas estão ocorrendo e como se está fazendo e se está conduzindo a política em nosso País. Na hora certa o povo haverá de dar a resposta ao Sr. Fernando Henrique. O povo haverá de dizer, não à política

mais entreguista pela qual o Brasil já passou. Quando Fernando Henrique assumiu a Presidência, a dívida interna brasileira era de R\$60 bilhões e a externa, R\$100 bilhões. Depois de três anos de Governo, a dívida interna está em R\$220 bilhões, a dívida externa passou para R\$120 bilhões, e o Presidente já vendeu metade do patrimônio público brasileiro. Como é que pode alguém gerenciar algo dessa forma, como pode receber uma dívida e ao longo de três anos de gerenciamento quadruplicá-la e ainda acabar com metade do seu estoque? É o que está acontecendo com o Brasil. Se não tomarmos cuidado, se Fernando Henrique ficar mais quatro anos no governo, o Brasil deixará de ser uma nação para ser um território do capital internacional.

Essa forma de fazer política haverá de ser condenada pelo povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao eminente Senador Sebastião Rocha. S. Ex^a dispõe de 5 minutos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT-AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, os principais jornais de hoje estampam em manchete posições defendidas pela Federação Nacional de Seguros Privados com relação ao projeto que regulamenta planos e seguros de saúde, que tramita no Senado.

As principais manchetes são: Planos de saúde aumentarão 30%; Seguradoras ameaçam lei da saúde; Empresas de seguro ameaçam com aumentos; Fenaseg já prepara lobby para votação de planos de saúde; e Plano de saúde vai ficar mais caro com a lei. Essas são algumas das manchetes estampadas nos principais jornais do País.

O que se viu ontem, numa entrevista coletiva promovida pelo Presidente da Fenaseg, Dr. Júlio Bierrenbach, foi, na verdade, uma manifestação acintosa de terrorismo psicológico.

Quero esclarecer, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, que em nenhum momento, desde que fui indicado relator desse projeto importantíssimo para a nação brasileira, manifestei-me de forma ostensiva contra qualquer dos segmentos envolvidos nesse processo, seja pelo lado das operadoras, seja pelo lado das entidades que defendem os usuários e os consumidores, e nem pretendo agora estabelecer qualquer polêmica com a Fenaseg. Mas não posso, de forma nenhuma, ficar calado e me omitir de comentar a entrevista coletiva de ontem, que indica

uma ação ostensiva da Federação Nacional dos Seguros Privados no sentido de tentar convencer os Senadores a aprovarem na integridade o projeto que veio da Câmara. Que o façam; o que não se pode é sofismar. Que não tentem convencer os Senadores com argumentos que não são verdadeiros. É preciso mostrar aos Senadores, de fato, com que tabelas os planos e seguros de saúde trabalham hoje. Na verdade, essas tabelas não são conhecidas. Não se pode comparar um plano que oferece apenas consulta e exames laboratoriais, que, como se diz popularmente, trata apenas unha encravada e dor de cabeça, com outro que oferece transplantes e tratamento para AIDS e câncer e dizer que o diferencial entre um e outro será de 100%.

A federação ou qualquer outra entidade, qualquer outro ator do cenário que envolve o setor de saúde privada no País, deve apresentar corretamente os parâmetros nos quais se baseiam. O que desejo saber é se o valor de um plano que oferece eventualmente transplante, tratamento para AIDS e câncer e cirurgia cardíaca sofrerá algum acréscimo com a aprovação da nova lei.

Isso parece muito mais uma tentativa de vencer por argumentos falsos os Senadores do que trazer a realidade para discussão. A Comissão de Assuntos Sociais está disposta a discutir com as planilhas sobre a mesa. Ninguém conhece as planilhas desse segmento. Ninguém conhece as tabelas com que trabalham, a não ser os próprios usuários, que delas tomam conhecimento quando assinam os contratos. Muitas vezes é impossível compreender integralmente os contratos.

Gostaria de reafirmar que não sou contra nenhum dos segmentos. Estranho até que essa mobilização contrária ao meu parecer tenha partido das seguradoras, que é o segmento mais beneficiado com essa lei. É ele que vai ter mais lucro com a ampliação do mercado de planos e seguros de saúde. Seguramente, repito, esse segmento será o mais beneficiado. Tenho a experiência necessária para compreender que o Governo tem maioria para aprovar a entrada do capital estrangeiro. E quem o capital estrangeiro vai beneficiar diretamente? As seguradoras. Esse segmento é que vai sair fortalecido.

Então, gostaria que o Dr. Júlio Bierrenbach – e vou fazer esse pedido por ofício – encaminhasse aos demais Senadores da Casa as planilhas, as tabelas, os planos, os prêmios que são ofertados hoje no mercado de planos e seguros de saúde, para que possamos analisá-los de forma responsável, de forma madura. Se tiver de abrir mão de algum aspecto

do meu parecer, de alguma proposta, não oferecerei nenhuma resistência a isso.

Já tivemos uma reunião com seis médicos da Casa para discutir essa matéria. Estão aqui presentes o Senador Carlos Patrocínio, que preside a sessão neste momento, e o Senador Lúcio Alcântara, que são testemunhas da disposição que tenho para chegar a um entendimento. Porém isso não pode representar o massacre do social pelo capital. O que se pretende com essa mobilização das seguradoras, neste momento, é exatamente isto: de uma vez por todas fazer prevalecer o capital e abandonar também para sempre o social. E essa preocupação tem de estar presente na avaliação do Governo, quando da votação aqui no Senado.

Pesquisa da revista **Veja**, publicada esta semana, mostra que a população brasileira identifica o Presidente Fernando Henrique Cardoso com o segmento dos ricos, dos banqueiros, dos industriais, afastando-se cada vez mais do social. No setor saúde, a pesquisa demonstra que 42% dos entrevistados dizem que a saúde piorou e apenas 24% dizem o contrário.

Sr. Presidente, que isso sirva de motivo para reflexão do Governo e que possamos, com a contribuição dos médicos – e apenas citei dois dentre os que compõem esta Casa -, no processo de negociação, de entendimento, que conta com toda a minha receptividade e todo o meu apoio, desenvolver esse trabalho conjuntamente. Que todo esse processo sirva para aprimorar o projeto, evitando um verdadeiro massacre dos usuários.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, tenho para mim – e temos dito isso mais de uma vez, não apenas eu, mas vários outros Srs. Senadores – que um dos grandes problemas que o nosso País enfrenta é o das disparidades regionais: Estados ricos e Estados pobres; regiões desenvolvidas e regiões miseráveis.

A Constituição de 1988 – de cuja elaboração participei, como membro da Assembléia Nacional Constituinte, juntamente com alguns dos nossos colegas do Senado hoje -, ocupou-se disso quando, em um dos seus artigos, estabelece que deverão ser desenvolvidos esforços para diminuir essa disparidade regional e que a destinação de recursos federais

deverá observar uma proporção com as respectivas populações.

A região Nordeste, onde está cerca de 30% da população brasileira, deveria receber, por destinação do Orçamento Federal, cerca de 30% dos recursos, inclusive das empresas estatais controladas pela União.

Há dois tipos de transferência de recursos da União para Estados e Municípios: o primeiro é o das transferências vinculadas à Constituição ou à Lei, transferências constitucionais e legais, que é o caso dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, do Fundo de Promoção de Exportações, do salário-educação etc. São transferências compulsórias. Em relação aos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, a Constituição diz, no art. 159, que a União entregará, quer dizer, os recursos não são da União. São apenas por ela arrecadados, por uma questão de escala, de racionalidade econômica; porém, de fato, os recursos são dos Estados e dos Municípios.

Outro tipo de transferência de recursos da União para Estados e Municípios é o das chamadas transferências negociadas ou voluntárias, pelas quais a União repassa, voluntariamente, mediante convênios, recursos que atendem a rubricas que foram inseridas no Orçamento da União. Isso representa um ato de arbítrio do Governo Federal, que pode repassar mais para um Estado do que para outro, mais para determinado Município, mais para uma região do que para outra.

Neste ponto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, chamo a atenção de V. Ex^{as} para o fato de que essas transferências negociadas ou voluntárias estão sendo canalizadas majoritariamente para as regiões mais desenvolvidas e para os maiores Estados. Fiz um levantamento, com a ajuda da Consultoria do Senado, e verifiquei – e atente para isso, Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a que é um homem preocupado com a questão da renda -, que, por exemplo, no ano de 1995, foi repassado, para a Região Norte, 8%; para a Região Nordeste, 26,1%; e para a Região Sudeste, 40,4% de todas as transferências voluntárias da União. Isto quer dizer, Srs. Senadores, que mais de 40% de todo o dinheiro, excetuadas as transferências legais e constitucionais feitas pela União, foi destinado à Região Sudeste, a mais desenvolvida do País. Em 1997, não foi diferente: a Região Norte recebeu 8,4%; a Região Nordeste, 20,8%, menos ainda do que no ano de 1995; a Região Sudeste, 47,5%. Mais uma vez, Srs. Senadores, a maior destinação de recursos, vindos das

transferências voluntárias feitas pela União, foi para a Região Sudeste, a mais rica, a mais próspera, a mais desenvolvida do País.

Quando examinamos esses dados por Estados e Municípios, desagregando-os, verificamos que não é diferente. O que significa isso? Significa que esse é mais um instrumento de concentração de renda na região mais rica do País. A União, com o poder de arbítrio do Governo Federal, do Presidente da República e dos seus Ministros, destina mais de 40% de todos os recursos, de todas as verbas para a região Sudeste, agravando, portanto, as disparidades.

Quando examinamos a questão das transferências negociadas e constitucionais – transferências essas que conseguimos inserir na Constituição, com muito custo, e que muitos burocratas e tecnocratas do Governo querem retirar, tais como as dos fundos constitucionais (Finor, Finam etc.) -, verificamos que elas constituem, pelo menos, uma garantia de que esses recursos irão, ou melhor, retornarão aos Estados e Municípios, por força de lei, por força de mandamento constitucional. Todavia, assim mesmo, as transferências constitucionais e legais estão atingidas gravemente pelo Fundo de Estabilização Fiscal, sob o nome hoje de Fundo Social de Emergência, que data do último ano do Governo Itamar Franco e que se tem mantido ao longo dos anos. Nesse ano que passou, aprovamos o Fundo Social de Emergência, que confisca parte dessas transferências constitucionais e legais.

Muitas vezes, o Ceará foi gravemente atingido por decisões equivocadas, a meu ver, **data venia**, da Comissão de Orçamento. Dizia-se que o Ceará recebia muito dinheiro da União, porque o Governador Tasso Jereissati é do PSDB, é um político de prestígio e amigo do Presidente da República. Isso não é verdade, Sr. Presidente.

Tenho dados, por Estados, que nos permitem verificar que o Estado do Ceará, em 1996 e em 1997, respectivamente, ficou com 3,2% e 2,4% dos recursos destinados à Região Nordeste, contra 3,9% e 5,5% da Bahia; contra 3,4% e 5% de Pernambuco. Isso demonstra que nem dentro do Nordeste o Ceará tem uma posição privilegiada. Apesar de termos um governo austero, correto e empreendedor, estamos em terceiro lugar na destinação de recursos para a Região Nordeste.

Em relação às transferências para os municípios desses Estados, a situação mostra-se bem pior. Os Municípios do Ceará, em 1996, receberam, diretamente da União, em transferências negociadas, 3,7%, contra 4,6% dos Municípios da Bahia e 6%

dos Municípios do Maranhão. Em 1997, os Municípios do Maranhão receberam 4,7%, ao passo que os do Ceará receberam 2,2%. Nesse mesmo ano, 3% dos recursos foram destinados para os Municípios do Piauí e 3,5% para os Municípios da Bahia. Mais uma vez, o Ceará aparece numa posição de inferioridade em relação aos outros Estados no que tange às transferências federais negociadas ou voluntárias.

Sr. Presidente, quando se examina Estado por Estado, observando-se a participação média de cada um, vamos verificar que essa disparidade cresce muito.

Antes disso, porém, eu gostaria de falar sobre um quadro que tenho em mãos, e que, posteriormente, remeterei para ser transcrito, denominado Transferências negociadas a Estados e a Municípios por número de habitantes. Por ele, verificamos que a Região Norte recebeu, por habitante, dentro da relação entre Estados e Municípios, a média de R\$58,00; a Região Nordeste, R\$37,00; a Região Sudeste, R\$56,00.

Vejam V. Ex^{as} que a média da Região Nordeste foi de R\$51,00. Quando observamos a relação composta pelo dinheiro repassado por Estado, dividido pelo número de habitantes, verificamos que a Região Nordeste é a que tem o menor valor. Em relação à média do Nordeste, que é de R\$37,00, o Estado do Ceará, por exemplo, apresenta uma média de R\$33,00; o Estado de Alagoas, de R\$48,00, enquanto a média nacional é de R\$51,00. A Região Centro-Oeste tem R\$83,00 de média, porque há uma distorção em relação ao Distrito Federal, que recebe significativos recursos da União.

Quando fazemos esse cálculo, não para os Estados mas para os Municípios que recebem esses recursos, a relação não é diferente: a média da Região Nordeste, por habitante, é de R\$32,00; da Região Norte, de R\$35,00 por habitante; da Região Sul, de R\$47,00 por habitante.

O Governador Alceu Collares, por quem tenho grande respeito e admiração – fomos colegas de Partido -, chegou a promover um movimento separatista, estimulando a secessão, porque os Estados do Nordeste, segundo ele, beneficiavam-se desproporcionalmente do Orçamento em relação aos Estados do Sul. Isso não é verdade! Estamos demonstrando que, na verdade, as transferências negociadas, as chamadas transferências voluntárias da União, estão beneficiando principalmente os Estados do Sul e do Sudeste. Senão vejamos: o gráfico mostra a participação média anual nas transferências negociadas:

Em primeiro lugar está o Estado de São Paulo, que recebeu quase 25% de todo o dinheiro que a União repassou como transferências voluntárias para os Estados e Municípios.

Em segundo lugar vem o Estado de Minas Gerais, com 15%. O Estado de Tocantins recebeu, percentualmente, pouco mais de zero, não chega a 1%. O Estado do Ceará recebeu em torno de 3% de todos esses recursos. O Rio Grande do Sul recebeu quase 5%. E Pernambuco recebeu mais de 5%.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, quero mostrar que a transferência de recursos voluntários da União para os Estados e Municípios não tem sido fator de redução das desigualdades interestaduais; pelo contrário, tem sido elemento de agravamento dessas disparidades, porque os recursos têm sido majoritariamente, escandalosamente dirigidos para a Região mais desenvolvida do País, a Região Sudeste e, principalmente, para o grande Estado do Sudeste, São Paulo.

Essa balela que se divulga de que os pequenos Estados do Norte e do Nordeste são os mais beneficiados da União não é verdade. Se não fossem as transferências constitucionais e legais, a nossa situação seria terrível. O que impede que essa disparidade aumente ainda mais são as transferências constitucionais obrigatórias, que são força de lei. Todavia, com esses instrumentos em nome da estabilização da economia, como o Fundo de Estabilização Fiscal, que tira recursos dos Municípios e dos Estados, essa questão vai se agravando, pois as transferências constitucionais não atingem os valores previsíveis, em função da arrecadação que está sendo feita.

Fica aqui, portanto, Sr. Presidente, uma demonstração inequívoca de que os pequenos Estados e Municípios das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste estão sendo penalizados por uma distribuição injusta dos recursos que a União transfere voluntariamente para Estados e Municípios. Espero que esses números sensibilizem o Executivo, o Governo Federal, o Presidente da República. Tenho certeza de que Sua Excelência não se dá conta desses dados, com tantos problemas que administra. Contudo, eles são o libelo para ecoar o nosso apelo, sucessivamente feito, para que o Governo estabeleça uma política de desenvolvimento regional que não penalize ainda mais as regiões mais pobres, sobretudo o Norte e Nordeste do Brasil.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) – Ouço o aparte do nobre Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) – Tem razão V. Ex^a em se preocupar com o destino dos diversos incentivos fiscais, haja vista não se conseguir, muitas vezes, o propósito originalmente colocado para a sua existência, ou seja, o de promover a melhor distribuição da renda, tanto do ponto de vista regional quanto pessoal, no Brasil. V. Ex^a tem razão em apontar que, historicamente, muitas opções foram criadas pelos diversos mecanismos de incentivos fiscais e creditícios. Se formos examinar a nossa história ao longo dos séculos – e das últimas décadas – geralmente, aqueles que têm mais recursos são os que conseguem, através de múltiplas pressões, obter créditos subsidiados ou a melhor fatia dos incentivos fiscais. Tanto a história da Sudam, da Sudene ou dos diversos Fundos para o Nordeste e para o Norte quanto a história dos recursos subsidiados para o desenvolvimento agrícola, em muitas ocasiões, sofreram distorções. Os dados que V. Ex^a apresenta para o período recente confirmam que ainda continua a haver distorções. Sei que V. Ex^a praticamente abraçou a sugestão que tenho para modificar esse quadro e foi Relator de um projeto que, no meu entender, poderia modificar bastante a destinação de recursos, de tal maneira que chegassem diretamente às mãos daquelas pessoas que, em qualquer região do Brasil, têm menor riqueza. Ainda hoje, Senador Lúcio Alcântara, tive oportunidade de me encontrar com o Presidente Fernando Henrique Cardoso por ocasião do almoço oferecido no Itamaraty ao Presidente do Conselho de Ministros da Itália, Romano Prodi, e indaguei de Sua Excelência: mas e o programa de garantia de renda mínima? Senador Lúcio Alcântara, V. Ex^a foi Relator da proposta. Fiquei preocupado porque o Palácio do Planalto concordou em restringir de tal maneira o projeto para que ele não entrasse em vigor tão cedo. Já estamos em março e, que eu saiba, nenhum dos municípios previstos para se beneficiarem com o projeto foi, até agora, contemplado. Em nenhum dos lugares onde aquele projeto poderia ter sido implementado, ele o foi. Aliás, encontrei o Deputado Nelson Marchezan, a quem expressei minha preocupação, e S. Ex^a disse que também está muito preocupado. Por isso, estou aqui instando o Governo a logo regulamentar a proposição – não sei se é preciso de fato haver a regulamentação para a lei ser colocada em prática, pois parece-me que os seus termos já são suficientes. Por outro lado, comentei com o Presidente Fernando Henrique Cardoso que fiquei gra-

tamente surpreso com o fato de que o PFL, um dos Partidos, ao lado do de V. Ex^a, que constitui a principal base de apoio do Governo, acaba de preparar um documento segundo o qual deve ser instituído um Programa de Renda Mínima Nacional. Eu gostaria que o PFL passasse à prática. Se grande parte de seus quadros chegou à conclusão de que devemos ter no Brasil um Programa de Renda Mínima, certamente seria bom que isso se transformasse em uma legislação mais ousada que aquela a que o Palácio do Planalto aqui resolveu aceder de forma tão restrita. Concluindo, Senador Lúcio Alcântara, quero dizer que tenho a impressão de que se quisermos realmente levar adiante o que está na Constituição como um dos objetivos fundamentais da Nação, ou seja, melhorar a distribuição da renda em termos regionais, sociais e pessoais, é esse o instrumento que universalmente atingirá a todos. Por essa razão é que faço o aparte, pois V. Ex^a sabe que esta é uma longa luta que teremos de travar juntos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) – Muito obrigado. Trabalhamos juntos no projeto. Não é o projeto do sonho de V. Ex^a, não é o projeto do meu sonho, mas temos de lutar para permitir que ele seja implantado.

Não ficou muito claro no aparte de V. Ex^a quero deixar isso bem patente que os dados a que me referi no meu discurso não são de incentivos. Aliás, a mesma injustiça que apontei na transferência de recursos orçamentários se repete no caso dos incentivos. Quando se fala em incentivos fiscais, fala-se das Regiões Norte e Nordeste. Consideram um desperdício, um ralo por onde se perde o dinheiro da Nação. Acredito que a política de incentivos deva ser reexaminada. Porém, a região que mais recebe incentivo fiscal neste País é a Sudeste, depois a Zona Franca de Manaus. O Nordeste aparece em terceiro lugar. Quando se fala em incentivos, quando se fala em mamar nas tetas do Governo, em ineficiência, em gastos perdulários, fala-se em Nordeste, mas a minha região está terceiro lugar.

No caso, são recursos do Orçamento, Senador Eduardo Suplicy, essas transferências que vão para uma ponte, para um hospital, para uma política de ação social. O grande Estado de São Paulo – que todos nós reconhecemos como o carro-chefe da economia brasileira – leva 25% desses recursos. De todo o recurso que a União transfere voluntariamente para os Estados, ou seja, aquele que não decorre de obrigação constitucional ou legal, o Estado de São Paulo fica com 25%; depois vem Minas Gerais com 15%; Rio de Janeiro com 13,12%; e o resto fica

na faixa de 5,6%. Depois, há aqueles para os quais a coluna do gráfico mal sai da linha de base – é preciso uma lupa para enxergar.

Então, estou demonstrando que esse é mais um instrumento de consolidação, de perpetuação das disparidades regionais – disparidades entre os Estados e as Regiões, que a própria Constituição manda combater por meio de uma distribuição de verba proporcional às populações.

Quanto ao projeto, V. Ex^a já conhece o meu ponto de vista. Vamos lutar junto ao Ministro Paulo Renato, que está incumbido oficialmente pelo Governo de promover a implantação do projeto, para que o projeto não só tenha início, mas também, no futuro, seja ampliado, pelo que representa de estímulo à educação como fator de ruptura com a miséria e com o subdesenvolvimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Otoniel Machado.

O SR. OTONIEL MACHADO (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o PMDB passa por um momento especial em sua rica trajetória política que o destaca como grande condutor das batalhas em prol das lideranças democráticas no País. No próximo domingo, o Partido define em Convenção Nacional se apóia a reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso ou se lança candidatura própria nas eleições de outubro.

Trata-se, na realidade, de uma efervescência interna. A próxima disputa presidencial, como era de se esperar, provoca em nossas fileiras um intenso exercício democrático. Mas, ao final, com certeza saberemos manter a unidade partidária, caminhando juntos no enfrentamento dos novos desafios.

O PMDB tem-se caracterizado em sua caminhada como o Partido da responsabilidade, do equilíbrio, da ponderação, das posições cívicas e nacionais.

O Partido tem sido, sobretudo, a expressão mais cristalina da sensibilidade popular, agindo com firmeza nos momentos mais delicados, sabendo ouvir o clamor das ruas, interpretando a alma nacional e guiando-se em conformidade com os mais sagrados anseios do País.

Na verdade, o PMDB continua representando o verdadeiro sentimento brasileiro, mesmo que ainda não tenha, por via direta, conquistado o Governo Federal.

O que, então, explica esse paradoxo existente no Partido nos últimos anos? Nas eleições de 1994, o PMDB emergiu das urnas mais uma vez como o maior Partido do Brasil. Presença marcante nos principais municípios brasileiros, o PMDB elegeu a maioria dos prefeitos e vereadores. Conquistou também o maior número de governos estaduais e constituiu as mais expressivas Bancadas na Câmara Federal e no Senado da República.

Na disputa presidencial, entretanto, o PMDB, em 1994, pela segunda vez, experimentou o sabor amargo da derrota. Muito aquém de sua verdadeira força, o Partido não alcançou sequer 5% dos sufrágios apurados. É exatamente esse fiasco eleitoral que temos o dever de analisar para encontrar as estratégias mais adequadas para impedir um eventual enfraquecimento do Partido em face do novo quadro político que se apresenta no Brasil.

O Partido abriga duas posições distintas em relação ao Poder central. Essa dubiedade, nos últimos anos, fez com que o PMDB gradativamente fosse perdendo quadros no Congresso. O Partido, agora, é a terceira Bancada na Câmara dos Deputados e a segunda no Senado da República. Mesmo assim, as primeiras pesquisas eleitorais realizadas no País demonstram que o PMDB continua firme e forte nos Estados, com amplas chances de conquistas significativas, tanto no Executivo como no Legislativo.

Estes levantamentos, entretanto, indicam que o cenário no partido para a Presidência da República tem características idênticas às eleições anteriores, ou seja, faltam neste momento nomes com densidade eleitoral, capazes de competir com chances na batalha das urnas, uma realidade que nos convida para atitudes maduras e sobretudo sensatas, que façam com que o PMDB de fato seja a expressão do sentimento nacional que sempre marcou sua bela trajetória de lutas.

A estratégia de acumular forças para enfrentar o embate presidencial em condições favoráveis me parece a mais adequada. Este posicionamento não advém de uma simples aritmética eleitoral. Ele leva em conta, principalmente, os compromissos do PMDB com o Brasil e o seu povo.

Garantir a governabilidade do País neste importante momento de transição continua sendo uma das premissas fundamentais do PMDB. Não nos interessa a volta do império das crises. A duras penas, o Brasil alcançou a estabilidade econômica, através do fortalecimento da moeda. É uma conquista de grande dimensão, mas que ainda não está consolidada. Participar do esforço geral para ver concretiza-

da esta realidade é o caminho que naturalmente o partido deve seguir.

Dessa forma, comungamos com as idéias dos ilustres companheiros do PMDB, que defendem a aliança com o Presidente Fernando Henrique Cardoso em 98. Queremos, sim, construir uma trajetória comum nas eleições do próximo ano, através de uma coligação partidária sustentada em bases programáticas sólidas, que levem em conta os interesses maiores do Brasil e de seu povo.

O PMDB não pode ter preconceitos em relação à política de alianças. Pelo contrário. O Partido deve ampliar os seus espaços nacionais, moldando as condições necessárias para preparar com antecedência um candidato competitivo à Presidência da República, para o pleito de 2002.

De imediato, optamos pelo realismo. Optamos pela aliança.

Nesta coligação, temos claro que o Presidente Fernando Henrique Cardoso vai incorporar as teses programáticas defendidas pelo PMDB. A detalhada pesquisa realizada pelo Instituto **Vox Populi**, publicada esta semana pela revista **Veja**, indica as providências que consideramos ideais para o Brasil nos próximos quatro anos.

De fato, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso alcançou importantes conquistas no que se refere à estabilização da economia. Mas inúmeros esforços ainda precisam ser realizados na prioritária área social, de modo a socorrer os mais de trinta milhões de brasileiros excluídos do processo de desenvolvimento.

O PMDB, desta forma, espera contribuir de maneira decisiva para que o País experimente um grande salto de qualidade no setor social. Queremos abrir novos horizontes para que milhares de pessoas possam recuperar sua dignidade e a sua cidadania, compartilhando plenamente dos bens produzidos por todos.

Temos experiências concretas e eficazes nesse sentido. Em Goiás, o Governador Maguito Vilela implantou o mais ousado programa de combate à fome do País. Hoje, o Estado exhibe indicadores sociais altamente positivos. Caiu a taxa de mortalidade infantil. Acabaram os bolsões de miséria. Melhoraram as condições de vida da população.

Ao mesmo tempo, é necessário que tenhamos uma atenção redobrada para a dramática realidade do desemprego que cresce em todo o País. A imediata retomada do crescimento econômico, a busca de novos investimentos, a queda das taxas de juros são premissas essenciais.

Também neste aspecto, o PMDB em Goiás deu provas de sua vitalidade, ao atrair, por intermédio do Governo Estadual, inúmeros investimentos nacionais e internacionais, fazendo consolidar a indústria nascente. Os últimos indicadores demonstram que Goiás é o segundo Estado a gerar mais empregos no País durante o ano de 97. Um exemplo a ser seguido pelo conjunto das Unidades da Federação.

Neste projeto global para o Brasil, o PMDB defende a interiorização do desenvolvimento industrial; o estabelecimento de uma clara política para o setor agrário; a recuperação da infra-estrutura do País, especialmente nos setores energético e de transportes; a busca de saídas para a crise na saúde; a ampliação das atividades educacionais; a defesa irrestrita do meio ambiente.

Se o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso alcançou as difíceis conquistas no plano da estabilização da economia, não cabe agora ao Brasil começar tudo de novo. Uma interrupção neste processo seria traumática e altamente prejudicial aos destinos da Nação.

O País pouco a pouco retornou a sua credibilidade no plano internacional graças à ação diplomática do Presidente. O eixo dos investimentos internacionais começa agora a apontar para o Brasil. Não existem motivos para modificar essa rota.

Assim, o PMDB precisa neste momento continuar tendo a coragem e a dignidade de assumir o que for melhor para o Brasil.

Não nos interessam as disputas paroquiais e os embates menores. O que vislumbramos são as causas maiores do povo. São os interesses elevados da Nação.

Pensamos, sobretudo, no presente e no futuro do Brasil sem ranços políticos e colocando os interesses maiores da Pátria acima das ambições pessoais.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, acreditamos que o PMDB tem pela frente um futuro promissor e muito ainda vai contribuir para a prosperidade deste País que tanto amamos.

O PMDB é, de fato, o partido do Brasil. Nas memoráveis jornadas, o antigo MDB ousou enfrentar a fúria do autoritarismo. De sua valentia resultaram as maiores mobilizações cívicas da Nação na defesa irrestrita das liberdades democráticas.

Essa legenda que esculpiu o moderno estágio político da sociedade brasileira não pode ser alijada das decisões nacionais; não pode agir como partido pequeno, adotando posições sectárias que o margi-

nalizem no processo de construção do desenvolvimento.

O PMDB tem de pensar grande, em sintonia com a grandeza de sua história. Precisa saber utilizar os momentos de adversidade para extrair lições, repensar procedimentos, agir com a inteligência e a sabedoria próprias do povo brasileiro.

Por sua força e pela importância de seus líderes, ao PMDB, neste instante, não compete repetir o comportamento adotado nas eleições presidenciais anteriores. Deve crescer com as alianças e seguir em frente, ao invés de estagnar-se nas aventuras eleitorais, que não conduzem a nada. Assim, defendemos o apoio estratégico à coligação com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e a preparação desde já de um candidato competitivo para o ano 2002.

O partido sempre palpitou com a emoção de cada um. Agora necessita da nossa sobriedade. O PMDB, mais do que nunca, necessita da nossa razão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Ernandes Amorim.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB-RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, na Comissão de Assuntos Sociais, realizamos ontem uma importante audiência pública com os Ministros do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Gustavo Krause, e da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas. Também participaram da reunião o Presidente do Ibama, Dr. Eduardo de Souza Martins, e o Diretor do INPE, Dr. Márcio Nogueira Barbosa.

Fiquei surpreso naquela oportunidade quando ouvi as explanações do Ministro Krause, pela demonstração do seu grau intelectual e de seus conhecimentos na área em que ora atua. No entanto, naquele momento, eu disse ao Sr. Ministro que, embora filosoficamente ele descrevesse todos os problemas ambientais do Brasil, a Amazônia ainda chora, ainda grita por uma pessoa que viva seus problemas, que realmente conviva com a Região e que venha um dia a ser indicada como Ministro daquela área, atendendo-se assim às reivindicações dos amazônidas.

Na audiência, alguns aspectos que considero importantes foram esclarecidos. O Ministro da Ciência e Tecnologia revelou que, pela primeira vez, nos estudos dos anos de 1995 a 1997, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais INPE verificou o tipo de vegetação e o tamanho das áreas desmatadas. Na Amazônia, sempre desconfiamos dos dados divulga-

dos sobre o desmatamento, e as palavras de S. Ex^a confirmaram nossas dúvidas: apenas agora se verifica o tipo de vegetação e o tamanho das áreas desmatadas.

O Presidente do Ibama também colaborou na exposição da verdade sobre nossa Região. O Dr. Eduardo Martins explicou, de forma didática, que a extração de madeira não provoca o desmatamento. Tal explicação talvez tenha sido dada até mesmo para justificar os planos do Governo Federal de concessão de florestas públicas para exploração empresarial. Ele disse que a extração de madeira é seletiva: derrubam-se apenas as árvores que interessam, mantendo-se o aspecto geral da floresta. Esclareceu ainda que o desmatamento algumas vezes é financiado com os recursos originados da venda da madeira, mas deixou claro que o desmatamento da Amazônia resulta da expansão da agricultura e do aumento do consumo de alimentos na Região, que cresce em índices superiores à média do Brasil.

Outro aspecto enfocado foi que a fiscalização não resolve o problema do desmatamento; é preciso atuar sobre as causas identificadas na demanda de áreas para exploração agrícola realizada de forma predatória, em níveis de subsistência. Nesse sentido, o Ministro Gustavo Krause anuncia um plano de desenvolvimento agrícola para a reconstituição de áreas degradadas da Amazônia. Destacou ainda que a política ambiental começa com a política de crédito, que devemos preparar a população para acessar esse crédito, e que se deve buscar exercitar os mecanismos legais já existentes.

S. Ex^a tem razão: com o acesso ao crédito destinado ao aprimoramento tecnológico e à produtividade, poderemos deixar os modelos predatórios de aproveitamento dos recursos ambientais e adotar modelos próprios ao desenvolvimento sustentado. Em meu Estado, por exemplo, a regularização fundiária exigiu o desmatamento. Hoje, na maioria das propriedades rurais, esse desmatamento superou os limites da reserva florestal legal, que deve ser mantida em 50% ou 80% da propriedade, conforme o caso. No entanto, para obter financiamento nos programas oficiais, o agricultor precisa apresentar o certificado de regularidade fundiária, que não obtém porque desmatou além do limite legal. O resultado é que, mal explorada e sem financiamento, a propriedade não produz resultados. Dessa forma, o agricultor e sua família abrem novas frentes, onde após a queimada o plantio é fácil, perpetuando-se o modelo predatório, como sempre fizeram os índios.

Por outro lado, a legislação exige que quem explora madeira, quem extraia madeira promova a reposição florestal. Seria o caso de juntar as duas obrigações: a dos agricultores de terem a área de reserva florestal legal em suas propriedades com a dos madeireiros de promoverem a reposição florestal, de forma que esta fosse realizada em áreas desmatadas além dos limites legais. Mas não admitem isso; querem que para a reposição florestal seja mobilizada área disponível para a exploração agrícola.

Nas propriedades onde se realiza esta reposição, ela tem de ser feita fora da área de reserva florestal legal, que deve ser mantida. O resultado é que se frauda a existência da reposição florestal, e mantêm-se as áreas de reserva florestal legal sem reserva nenhuma. Paga-se pela elaboração de projetos e pelos carimbos e relatórios que atestam a implantação dos projetos, alimentando-se a indústria da corrupção. Em Rondônia, o Ibama acabou de sair de uma intensa fiscalização interna por causa de irregularidades desse tipo.

Como já foi dito, os proprietários de áreas onde a reserva florestal legal é inferior aos limites não conseguem o documento de regularidade ambiental para a obtenção do crédito, que aumentaria a produtividade. Essa questão não depende de lei. Existe lei. A Lei Agrícola, desde 1991, obriga o proprietário rural a recompor, em sua propriedade, a reserva florestal. O dispositivo está em seu art. 99, cujo § 2º determina que o reflorestamento seja efetuado mediante normas aprovadas pelo órgão gestor da matéria. Trata-se de regulamentação até hoje não estabelecida de maneira adequada. Nessa regulamentação da recomposição da reserva florestal legal, poder-se-ia resolver o problema do acesso ao crédito para as pessoas que não o obtêm porque suas propriedades não registram a reserva. Igualmente, poder-se-ia prever a reposição florestal nas áreas de recomposição da reserva legal.

Nesse sentido, deixo registrado que estou encaminhando essa questão ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e ao Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Gustavo Krause. Assim, acredito que será adotada a norma adequada, disciplinando a recomposição das reservas florestais legais que devem ser mantidas nas propriedades da Amazônia, além de admitir que essa recomposição florestal seja obrigatória aos que fazem uso dos recursos florestais. Essa norma deverá ser elaborada num contexto em que o art. 103 da Lei Agrícola seja observado, no que diz respeito ao incentivo especial ao proprietário

rural que recuperar áreas devastadas, seja na prioridade para o apoio financeiro oficial, seja na prioridade para assistência técnica, seja no fornecimento de espécies nativas ou ecologicamente adaptadas para essas recomposições.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesse encontro pudemos observar que os debatedores, os Srs. Ministros ali presentes, numa discussão séria, demonstraram que a Região Amazônica realmente precisa de financiamentos, do apoio governamental, de um trabalho sério do Ibama, não o trabalho que vem sendo realizado em meu Estado, onde o Ibama se aproveita de apreensões desordenadas, prejudicando a indústria madeireira e os pequenos produtores, vangloriando-se pela apreensão de milhões de metros cúbicos de madeira e pelas multas aplicadas no Estado.

Diante dessas apreensões e multas arrecadadas, questionamos onde estão sendo aplicados esses recursos e se o caminho para resolver o problema seria aplicar punições. O problema seria resolvido com financiamentos, com apoio do Governo, com crédito para os produtores, principalmente, no que se refere ao aproveitamento das capoeiras, ao financiamento de tratores para promover a mecanização e outros incentivos, no intuito de conter o desmatamento.

Durante a discussão, um deputado se referiu a queimadas nas florestas. Fiz com que S. Ex^a constataste que na Amazônia, principalmente no Estado da Rondônia, não existem essas tais queimadas. A mata amazônica é densa e não admite que o fogo se alastre.

Existe uma campanha, por parte de alguns ambientalistas pagos por órgãos internacionais, desmoralizando, tentando impedir o desenvolvimento daquela região, impossibilitando que o caboclo amazense produza, explore suas terras.

O Presidente do Ibama declarou que dentro em breve a Amazônia estaria devastada por pastagens. Sabemos que não é isso que os pecuaristas querem. Nós, pecuaristas naquela região, precisamos do incentivo do Governo para que se tenha uma pecuária modernizada, com o confinamento do gado, e conseqüente diminuição dos desmatamentos. Para que se chegue a esse nível, é necessário que haja financiamentos a juros competitivos, a fim de que nós, fazendeiros da Amazônia, possamos entrar na era moderna da pecuária com apoio financeiro do Governo. Hoje todos os pecuaristas estão falidos ou falindo por causa da política do Plano Real, que tem

dinheiro só para banqueiros falidos, estados mal administrados.

Na realidade, o Governo Federal não tem olho para essa área produtora de alimentos, a pecuária. Na verdade, a Amazônia está perdendo suas pastagens. Por falta de apoio do Governo Federal à pecuária, os fazendeiros vendem suas matrizes, rebanhos são extintos. As pastagens hoje estão ociosas, sendo atingidas pelas queimadas por falta de uma política do Governo Federal no trato da questão.

Espero que o Presidente Fernando Henrique, por meio dos órgãos competentes, olhe para o problema do desmatamento da selva Amazônica e apóie uma pecuária moderna.

O SR. PRESIDENTE-(Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, em que país estará o Presidente Fernando Henrique Cardoso? Ontem, em declaração sobre desemprego, registrada na **Folha de S. Paulo**, Sua Excelência disse que em qualquer lugar do mundo as taxas brasileiras seriam consideradas indicativo de pleno emprego. Disse ainda que a sensação do desemprego é maior que o próprio desemprego. No Rio de Janeiro, o desemprego no ano passado foi de 3,47% e, não obstante, as pessoas do Rio estão convencidas de que é um grande problema.

A pesquisa publicada pela revista **Veja** desta semana indica que um dos principais problemas, segundo os eleitores brasileiros, é justamente a questão do desemprego. Setenta e um por cento acham que o Governo de Fernando Henrique Cardoso, no que diz respeito à questão do desemprego, está agindo pior que os governos anteriores. Em segundo lugar, vem a preocupação com a saúde, com 42%, e a segurança, com 39%. Boa parte dos eleitores está avaliando que o Governo Fernando Henrique está sendo para os ricos. Quando Sua Excelência diz que em qualquer lugar do mundo as taxas brasileiras seriam consideradas indicativas de pleno emprego, esta afirmação contrasta com o que foi objeto de preocupação por parte da Câmara de Política Econômica em reunião de ontem. Os membros da Comissão de Política Econômica estavam preocupadíssimos com a informação de que o IBGE estaria revelando hoje um aumento significativo da taxa de desemprego, acima de 7%.

Eis, Sr. Presidente, as informações que a Pesquisa Mensal de Emprego e Desemprego do IBGE está divulgando hoje. Os resultados da pesquisa, re-

ferentes ao mês de janeiro deste ano, revelam, em relação a dezembro do ano passado, nas seis maiores regiões metropolitanas do País, crescimento de 1,4% para o número de pessoas economicamente ativas, em consequência do aumento do número de pessoas desocupadas ou procurando trabalho – 52,8%, já que o número de pessoas ocupadas ou trabalhando caiu 1,2%, o que explica a variação da taxa média de desemprego aberto de 4,845% para 7,25% de um mês para outro.

Sr. Presidente, essa é a maior taxa verificada no mês de janeiro desde 1985 e a nona maior da série histórica da pesquisa.

A taxa de desemprego aberto cresceu expressivamente em todas as regiões metropolitanas, com exceção de Salvador. São Paulo, Recife e Belo Horizonte apresentaram as variações mais significativas, com destaque para a região de São Paulo que apresentou a maior taxa da série histórica da pesquisa: 8,51%. Ressalto, Sr. Presidente, que a alta taxa de desemprego – 8,51%, a maior registrada na história da pesquisa – é consistente com aquela que foi verificada pela Fundação Seade e pelo Dieese, pois as informações captadas pela pesquisa de emprego e de desemprego desses órgãos mostram que, em janeiro, a taxa de desemprego total na região metropolitana de São Paulo permaneceu em 16,6% da população economicamente ativa. Manteve-se estabilizada em relação a dezembro, mas trata-se da maior taxa havida desde que se iniciou a pesquisa da Fundação Seade e do Dieese, o que representa 1,414 milhões de pessoas desempregadas na região.

Segundo os dados do Ibge, na análise mais detalhada do número de pessoas procurando trabalho, constatou-se que, do acréscimo de dezembro de 1997 para janeiro de 1998, 40% das pessoas realizaram seu último trabalho no setor de serviços, 22% na indústria de transformação, 14% no comércio e 5,2% na construção civil. Em sua grande maioria, o número de pessoas procurando emprego eram empregados, com ou sem carteira de trabalho assinada no seu último trabalho. Em janeiro deste ano, esse percentual era de aproximadamente 85%, em Porto Alegre; 81% em São Paulo e Rio de Janeiro; 78% em Recife; 77% em Belo Horizonte; 76% em Salvador. Também em São Paulo, 65% das pessoas procurando trabalho em janeiro estavam na mostra da pesquisa em dezembro do ano passado e, naquele mês, 30,4% eram ocupados, ou seja, tinham um trabalho; 25,4% procuravam trabalho; 16,5% eram estudantes; 13,7% cuidavam de afazeres domésticos;

1,6% eram aposentados e 12,4% foram classificados como outros.

O rendimento médio nominal das pessoas ocupadas em dezembro de 1997 foi de R\$744,00 chegando a R\$753,00 para os empregados com carteira de trabalho assinada, ficando em R\$595,00 para os empregados sem carteira de trabalho assinada, e R\$612,00 para as pessoas que trabalham por conta própria.

O ano de 1997, em termos de rendimento médio real, encerra-se com acréscimo de 2% para o rendimento das pessoas ocupadas em relação a 1996 resultantes do acréscimo de 3,6% dos rendimentos dos empregados sem carteira de trabalho assinada, 2,7% dos empregados com carteira de trabalho assinada e 2,2% das pessoas que trabalham por conta própria, o que é um resultado extremamente modesto e muito aquém do que se poderia esperar se quiséssemos pensar na recuperação do poder aquisitivo e na expansão do bem-estar de todos aqueles que compõem a força de trabalho no Brasil.

Sr. Presidente, é importante que o Presidente Fernando Henrique Cardoso reflita mais sobre essa sua afirmação. Considerar que essas taxas extraordinárias de desemprego no registro comparado com a própria História brasileira – 7,25% para as seis regiões metropolitanas, a nona maior taxa de desemprego registrada desde que o IBGE passou a fazer essa pesquisa – a taxa de 16,6%, a maior já registrada na região metropolitana de São Paulo, segundo a Fundação Seade e o Dieese – considerar que seriam indicativas de pleno emprego, me sugere que o Presidente não está bem informado, não está lendo os livros sobre a questão do desemprego em outros países. Se o Presidente ler, por exemplo, o **Pleno Emprego Reconquistado, Full Employment Regained?**, do Prêmio Nobel de Economia, James Edward Meade, observará que a taxa de pleno emprego seria correspondente a taxas da ordem de 1% a 2% de desemprego e jamais a taxas superiores a 7%, como registra oficialmente o IBGE no dia em que o Presidente faz a afirmativa a que me referi.

É claro que a equipe econômica precisa estar muito mais preocupada com a criação de instrumentos de política econômica que visem oportunidades de emprego, instrumentos tais como a instituição em larga escala de crédito popular, créditos em modestas quantias para microempresários, para aquelas pessoas que possam estar realizando empreendimentos, simples que sejam, a exemplo do que ocorre com as experiências de Porto Sol, em Porto Ale-

gre, e do BRB Trabalho, em Brasília. É preciso que se expanda mais rapidamente a reforma agrária, os assentamentos. É preciso que, no que diz respeito à questão agrária, o Banco do Brasil seja mais ágil em vez de simplesmente estar concedendo empréstimos ou perdendo os que lhe devem recursos em larga escala, como agora se divulgou no caso do Deputado Sérgio Naya, ao tempo em que cria dificuldades em Teodoro Sampaio para liberar o empréstimo para a Cocamp, a Cooperativa dos Trabalhadores do Movimento Sem-Terra.

Sr. Presidente, acabo de receber uma mensagem do Movimento Sem-Terra de protesto contra as exigências burocráticas que está fazendo a agência do Banco do Brasil naquela região para liberar os recursos que já foram objeto de entendimento entre o Incra e a própria cooperativa do referido movimento – Cocamp – em Teodoro Sampaio.

Cabe estimular as cooperativas de produção, que constituem uma das melhores maneiras de criar oportunidades de emprego. Obviamente, seria muito importante que o Governo estabelecesse instrumentos que fizessem a economia crescer de forma muito mais estável, compatibilizando crescimento e melhoria da distribuição da renda com a instituição universal, para todos os brasileiros, de uma renda de cidadania, ou seja, uma renda mínima garantida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Esperidião Amin, Guilherme Palmeira, Odacir Soares, Gilberto Miranda, Leomar Quintanilha e Sérgio Machado enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPB-SC) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a julgar pela intensa campanha que se divulga pela televisão no sentido de garantir vagas a quantos queiram estudar, poder-se-ia concluir que o Governo finalmente elegeu a educação como meta. Já era tempo, principalmente se considerarmos que essa era uma das prioridades que garantiram a eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

É, entretanto, contraditório verificar que, enquanto se vê que o desejo governamental é de que nenhuma criança fique fora da escola, as próprias escolas mantidas pelo Ministério da Educação e do Desporto estejam em dificuldades para continuarem funcionando a contento. É isso que relata o ofício da

direção-geral da Escola Técnica Federal de Santa Catarina a mim remetido.

Essa instituição está em dificuldades não só para recompor a força de trabalho desfalcada por aposentadoria ou por demissões voluntárias, mas também para honrar aqueles compromissos do dia-a-dia que são inadiáveis e imprescindíveis para o seu funcionamento, como quitar contas de água, de energia e de telefone. Ao mesmo tempo em que isso ocorre, é instada a aderir à reforma da Educação Profissional, determinada pelo MEC, para ampliar a oferta de vagas nos cursos profissionalizantes. O que se esperava é que, com novos encargos, houvesse um maior aporte de recursos para tais escolas. Isso, porém, não está acontecendo. Pelo contrário, houve corte linear de recursos da ordem de 10%. Se, no ano passado, já foi difícil honrar os compromissos, o que esperar do corrente ano, quando o orçamento da escola foi reduzido?

Esse arrocho financeiro poderá até determinar uma redução nas atividades da Escola, com o fechamento de cursos e o não atendimento de um sem-número de jovens que ingressam nos cursos pós-médio por ela mantidos. Esses cursos se destinam prioritariamente àqueles jovens que concluíram o segundo grau e que aspiram a uma formação mais técnica, abrangendo várias áreas como enfermagem, eletrônica, eletrotécnica, informática, turismo, radiologia, manutenção de equipamentos médico-hospitalares e até mesmo um curso tecnológico de *design*, equivalente ao terceiro grau.

Não bastasse isso, a Escola Técnica Federal de Santa Catarina não tem previsto nenhum recurso para investimento no corrente ano, apesar de ter apresentado boas propostas à Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico – SEMTEC do MEC, como o Projeto Colméia – Incubadora Tecnológica de Softwares. Esse projeto tem uma grande utilidade não só para o Estado, mas para todo o Brasil, por contribuir efetivamente na formação dos futuros microempresários, na área de informática aplicada e no desenvolvimento da competitividade industrial.

De acordo com a justificativa constante da proposta, "o projeto tem como objetivo o desenvolvimento da educação técnica continuada para alavancar a competitividade do Brasil, entendida como a capacidade do País em sustentar e expandir sua participação nos mercados internacionais e elevar simultaneamente o nível de vida da população, exigindo incremento de produtividade e incorporação do progresso técnico".

"A Escola Técnica Federal de Santa Catarina", continua a justificativa, "enquanto instituição fomentadora de profissionais para o mercado tecnológico do Estado de Santa Catarina, propõe-se a cumprir sua missão maior na disponibilidade de instrumentos que permitam ao jovem cidadão catarinense desenvolver sua criatividade, seu espírito empreendedor, inovação e qualidade, alinhado ao projeto estratégico Educação para a Competitividade do MEC".

Esse projeto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, é justamente a resposta da Escola Técnica de Santa Catarina à proposta do MEC de educação para a competitividade. Ao não aprová-lo, o MEC não só não está permitindo que o Estado usufrua dos benefícios que dele adviriam, como está trabalhando contra a própria política do Ministério de incentivar a criação de projetos semelhantes. Quando a direção da Escola propôs à Semtec a implementação desse projeto, já havia sido feito todo um levantamento de sua necessidade e viabilidade. Convencida disso, elaborou-o, observando todos os parâmetros indicados pelo MEC. Tudo inútil, pois o Ministério da Educação e do Desporto resolveu desconhecê-lo.

Conhecedor da importância desse empreendimento para Santa Catarina, faço um apelo ao Senhor Ministro da Educação e do Desporto para que determine à Semtec uma reavaliação desse projeto e uma reformulação da decisão de não aprová-lo. O setor catarinense de informática tem uma grande expectativa pelo que poderá usufruir dessa iniciativa da Escola Técnica, e muitos jovens estão ansiosos pela participação nesse projeto.

Eu sou testemunha, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, do grande empenho da Escola Técnica Federal de Santa Catarina em ser uma instituição totalmente comprometida com os anseios da comunidade catarinense e dos inúmeros resultados positivos que vem alcançando ao longo dos anos. Daí o meu empenho em que essa Escola receba o apoio de que precisa para funcionar bem.

Muito obrigado.

O SR. GUILHERME PALMEIRA (PFL-AL) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a despeito da produtividade da convocação extraordinária, a pauta da atual sessão legislativa, neste ano de eleições gerais, ainda contempla algumas questões que, por sua relevância e significado, vão exigir um enorme esforço tanto da Câmara quanto do Senado. Além das duas Emendas Constitucionais da Previdência e da Reforma Administrativa, já em fase final de tramitação, teremos que decidir propostas que

são transcendentais para o País, de que são exemplos a regulamentação dos planos de saúde, de enorme complexidade, e as medidas propostas pelo governo, para a reformulação da segurança pública, de inegável repercussão no sistema federativo. No entanto, ou selecionamos alguns desses projetos prioritários, para sobre eles concentrarmos nossos esforços, ou corremos o risco de esperar, a partir de junho o mesmo ritmo de atividades do Congresso, sob pena de pormos em risco o processo eleitoral.

A atual legislação consagrou alguns progressos quando reduziu o prazo de propaganda gratuita no rádio e na TV de 60 para 45 dias, e quando fixou o mês de junho como limite para as convenções partidárias. Nessas condições, o período efetivo de campanha se estenderá de julho a setembro, no caso dos pleitos que vão ser decididos em primeiro turno e se prolongará até meados de novembro, quando o resultado final das eleições majoritárias depender do segundo turno. Teremos, portanto, um pouco mais ou um pouco menos de um mês para decidirmos sobre o orçamento do próximo ano e sobre assuntos urgentes que fatalmente se acumulam nos últimos dias de todas as sessões legislativas. Como não poderemos entrar em recesso em julho, antes da votação da lei de diretrizes orçamentárias, seria de toda conveniência que pudéssemos tratar desde logo do projeto respectivo, para cuja discussão e aprovação disporemos de cerca de 120 dias.

Todos esses desafios sugerem ser recomendável definirmos desde já uma pauta consensual entre as lideranças, sobre as questões mais urgentes, o que nos permitiria concentrar as votações com um calendário pré-determinado, que é sempre mais fácil de se estabelecer no Senado do que na Câmara. Gostaria de lembrar que providência dessa natureza deve necessariamente envolver compromissos da mesa da Câmara para evitarmos o risco que sempre corremos de sermos obrigados a renunciar ao nosso dever constitucional de consumir o processo de revisão que incumbe ao Senado, pela premência dos prazos e pelo pequeno período que quase sempre nos resta, quanto temos que decidir sobre as matérias que nos são submetidas pela outra casa do Congresso.

O Congresso Nacional está resgatando, perante a opinião pública do País, a credibilidade que deve cercar as instituições políticas. É o que acabo de constatar nos poucos dias do recesso que tivemos em decorrência do Carnaval, e seria extremamente útil, para a instituição a que pertencemos, que esse clima pudesse ser reforçado com o resultado

de nossa atuação neste ano legislativo que, em face das eleições, será necessariamente curto e breve e que vai exigir de todos nós um redobrado esforço e uma enorme dedicação.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. ODACIR SOARES (PTB-RO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, permito-me hoje trazer a esta Casa a comunicação de uma importante mudança efetivada no gerenciamento do Planaflo-Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia. Refiro-me a indicação do engenheiro florestal, especializado em sensoriamento remoto e zoneamento sócio-econômico-ecológico, Dr. Eraldo Matricardi, para a posição de Assessor Técnico Principal-ATP, do Projeto Planaflo.

Não é demais lembrar que a proposta do Planaflo, desenvolvida pelo Governo de Rondônia, com o apoio do Governo Federal e do Banco Mundial, pretende mudar o destino dos brasileiros que trabalham no Estado e; contribuir para o processo de criação de bases racionais para a incorporação da Amazônia e, particularmente de Rondônia, ao patrimônio social e econômico brasileiro.

O Planaflo tem como atividade básica o Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado e o planejamento a nível zonal, competências estas instituídas pelo Decreto Estadual Nº 3.782, de 14 de junho de 1988, no qual define a política de ordenamento ambiental para a ocupação racional das terras de Rondônia.

Prevê o Decreto Estadual Nº 3.782, a execução do detalhamento do Zoneamento – a efetivação da 2a. Aproximação – em especial nas áreas de melhor potencial produtivo e de maior índice de ocupação; o disciplinamento do processo de ocupação econômica; a delimitação e a demarcação das Unidades de Preservação, das Áreas Indígenas e das Florestas Extrativistas e de Rendimento Sustentado; a reorientação dos mecanismos de incentivo governamental e dos investimentos públicos e privados.

A proposta de Cooperação Técnica do PNUD para o Planaflo implicava a constituição de uma equipe de especialistas coordenados por um Assessor Técnico Principal-ATP. Os especialistas selecionados no primeiro semestre de 1993, foram destinados às áreas de desenvolvimento regional, zoneamento e sensoriamento remoto, treinamento e desenvolvimento institucional, assuntos indígenas, agricultura tropical, comercialização/agroindústria e crédito rural, ecologia e manejo florestal.

O Assessor Técnico Principal do Projeto de Cooperação Técnica do PNUD BRA/94/007, tem a

responsabilidade de gerenciar a execução do Projeto de Cooperação, assegurando o alcance do conjunto dos resultados e produtos esperados.

A formação básica do Assessor Técnico Principal exige um curso superior, de preferência na área de agronomia, engenharia ou ciências econômicas e, no mínimo, um título de mestrado em área compatível com as suas funções. Requer, ademais, uma experiência profissional superior a quinze anos, nas áreas de planejamento operativo, projetos de desenvolvimento econômico e gestão ambiental. Requer, também, experiência em atividades de cooperação técnica internacional.

As principais atividades do Assessor Técnico Principal envolvem as seguintes incumbências:

a) Coordenar o trabalho realizado pela equipe de Cooperação Técnica, responsabilizando-se pelo conjunto de resultados estabelecidos no Documento do Projeto, respeitando metas e prazos de execução.

b) Responsabilizar-se pela execução do Projeto frente às partes envolvidas, bem como pela preparação dos relatórios para as reuniões tripartites e da conseqüente execução das sugestões apresentadas.

c) Definir com os demais membros da Cooperação Técnica, metodologia sobre trabalhos específicos do Projeto, particularizando as formas de articulação com as instituições que participam, direta e indiretamente da execução do Projeto, responsabilizando-se pela constante interação entre a Cooperação Técnica, Gerência Estadual, Órgãos Executores e Sociedade Civil.

d) Atuar junto às equipes dos componentes e subcomponentes do Projeto, definindo métodos de integração entre estas, visando atingir os objetivos macro do Planaflo.

e) Definir o nível de qualidade profissional dos integrantes da equipe de Cooperação Técnica, elaborar Termos de Referência e selecionar os consultores com o apoio da Gerência e equipe de Cooperação já existente.

f) Criar metodologias de avaliação que permitam identificar, analisar, qualificar e/ou quantificar os impactos derivados das intervenções vinculadas direta ou indiretamente ao Planaflo.

g) Coordenar os trabalhos de interação junto aos organismos internacionais, em particular com órgãos das Nações Unidas.

h) Colaborar para eficiência do Treinamento em serviço de Técnicos da Gerência Estadual e/ou órgãos executores.

O Projeto Planaflores teve como Assessor Técnico Principal, o Dr. Francisco Juan Brzovic Parlo, natural do Chile, no período de abril de 1994 a junho de 1995; o Dr. Antonio Mugica, natural da Espanha, que permaneceu no cargo apenas alguns dias, em julho de 1995, quando veio a falecer em um acidente em helicóptero (em viagem de trabalho no interior de Rondônia). Posteriormente, assumiu a Assessoria Técnica Principal o Dr. John Michael Scott Allen, natural da Inglaterra, no período de janeiro de 1996 a janeiro de 1998 e, atualmente, o Dr. Eraldo Matricardi que, assumiu a Assessoria Técnica Principal em 18 de janeiro de 1998.

Não posso deixar passar a oportunidade de referir os comentários que teci no meu discurso de 10 de dezembro de 1996, quando coloquei-me ao lado dos dirigentes de instituições federais, como a Embrapa/CPAF-RO e Ceplac/Supoc, e de órgãos estaduais, como a Emater-RO e Beron. Os comentários feitos pelo então Assessor Técnico Principal, Dr. John Michael Scott Allen a respeito do Objetivo 3 do Planaflores: Promover e validar sistemas e tecnologias ambientalmente sustentáveis, em termos econômicos e ecológicos, beneficiando diretamente aos produtores agrícolas, extrativistas, comunidades indígenas e madeireiros, com atividades florestais, mostraram-se impregnados de enorme acidez e deslealdade, no que refletiam o distanciamento, e o alheamento do Assessor Técnico Principal-ATP, em relação às instituições que, de uma forma ou de outra, foram chamadas a colaborar, assinar convênios e assumir importantes tarefas na execução do Planaflores, no componente Desenvolvimento Agroflorestal.

Creio não ser demais repetir o que disse então o ATP, Dr. John Michael Scott Allen, a respeito da Embrapa/CPAF-RO, Ceplac/Supoc, Emater e Beron:

...Infelizmente, a ausência de um marco referencial do desenvolvimento sustentável e a prevalência do corporativismo no âmbito do Estado, não possibilitaram os resultados que se esperavam para esse objetivo. Entidades Federais (Embrapa e Ceplac) e estaduais (Emater e Beron), mostravam-se fragilizadas, descapitalizadas e inseguras para assumir um papel de vanguarda para a mudança de atitudes no setor produtivo do Estado.

Tenho a certeza de que, com o novo Assessor Técnico Principal-ATP, do Projeto de Cooperação Técnica do PNUD BRA/94/007, Dr. Eraldo Matricardi, não seremos submetidos a uma análise parcial, eivada de distorções, como a que fez o Dr. John Michael Scott Allen, que me obrigaram a trazer ao Se-

nado Federal as palavras de repúdio do Superintendente Regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, na Amazônia Ocidental-CEPLAC/SUPOC, Dr. João Valério da Silva Filho; do Chefe Geral do Centro de Pesquisas Agroflorestal/CPAF-RO, da Embrapa, pesquisador Calixto Rosa Neto e, do Secretário Executivo da Emater-RO, engenheiro agrônomo Jurandir Vieira.

O Dr. Eraldo Matricardi é paulista da cidade de Presidente Prudente. Passou, na década de 70, alguns anos no Estado de Mato Grosso do Sul, chegando a Ariquemes, Rondônia, no ano de 1983, onde vivem seus pais, que se dedicam a agropecuária. É casado com a Sra. Cleuza Matricardi, e pai de duas filhas.

Graduou-se em Engenharia Florestal, na Universidade de Mato Grosso, e tem uma Pós-Graduação (Lato Sensu) em Interpretação de Imagens Orbitais e Sub-Orbitais (Aerofotos e Imagens de Satélites) na Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Avançando na sua formação profissional, o Dr. Eraldo Matricardi aperfeiçoou-se tecnicamente no INPE em interpretação automática de imagens digitais, operação e análises, utilizando o Sistema de Informações Geográficas, envolvendo os Sistemas SGI/SITIM. Coursou em Washington, D.C., Estados Unidos, o curso de formação de treinadores para Princípios de Avaliação do Estudo de Impacto Ambiental.

Dentre as funções técnicas por ele exercidas, destacamos a de Diretor de Estudos e Pesquisas do Instituto Estadual de Florestas de Rondônia (1978/88), Vice-Presidente do Instituto Estadual de Florestas de Rondônia (1988/89), Assessor Técnico na Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento de Rondônia-SEAGRI (1990/91), Diretor do Departamento de Controle e Fiscalização da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental-SE-DAM (1991/92 e Coordenador do Laboratório de Sensoriamento Remoto da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental-SEDAM (1993/95).

Os últimos três anos, 1995/97, o Dr. Eraldo Matricardi exerceu as funções de Consultor em Zoneamento, Ordenamento Espacial e Sistema de Informações Geográficas, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, Projeto BRA/94/007 – Planaflores.

As principais atividades executadas, estão estreitamente vinculadas à sua formação profissional, destacando-se a Coordenação dos trabalhos de monitoramento da Cobertura Vegetal do Estado de

Rondônia, a partir de interpretação de imagens LANDSAT-5 TM, em escala 1:100.000, em 1994.

Participou como treinador/facilitador no Curso *Principles of Environmental Assessment* (Princípios de Avaliação do Estudo de Impacto Ambiental), realizado em 1994, 1996 e 1997, em Belém do Pará, Recife, Pernambuco e Brasília, Distrito Federal. Do treinamento, participaram 60 treinandos que formavam uma equipe multidisciplinar, patrocinada pelo World Wildlife Fund, Environmental Protection Agency, IBAMA e Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Pará.

O Dr. Eraldo Matricardi publicou inúmeros trabalhos, dentre os quais destacamos o elaborado em parceria com o Dr. John O. Browder e Wilson Soares Abdala, denominado *Is Sustainable Tropical Timber Production Financially Viable?; A Comparative Analysis of Mohogany Silviculture Among Small Farmers in the Brazilian Amazon*, publicado na revista científica *Ecological Economics*, dos Estados Unidos da America, em 1994.

Nos próximos dias 5 e 6 de março, o Dr. Eraldo Matricardi participará, assessorando o dr. Pedro Beber, Coordenador do Planaflo, de uma reunião promovida pela Secretaria de Estado de Planejamento, sob a liderança da Secretaria dra. Janilene Vasconcelos de Melo, para a discussão dos avanços do Projeto de Desenvolvimento Sustentável-UMIDAS.

Dessa reunião participarão os técnicos das Nações Unidas Antônio Rocha Magalhães (Senior Adviser), Flora Cerqueira (Environmental Adviser), e os consultores do Umidas, Drs. Horácio Martins de Carvalho e Marcel Burstyn, corpo técnico de Secretarias Especializadas do Estado de Rondônia e Instituições da Administração Federal.

Ao concluir, expresso os meus votos de que essa reunião, que se concentrará na tarefa de avaliação dos trabalhos preliminares do Umidas, desenvolvido no período de setembro de 1997 a fevereiro de 1998, resulte no entendimento harmonioso, equilibrado e produtivo, pois, é minha convicção que a política de desenvolvimento sustentável que o Governador Waldir Raupp está encaminhando, está propondo, é inadiável, é adequada, à vocação econômica do Estado, devendo estender seu alcance e repercussões até o ano 2.020.

Pode parecer um futuro longínquo e ambicioso, mas não há como deixarmos de olhar com visão prospectiva para a problemática da produção agrícola, da produção florestal, industrial e, do desenvolvimento sustentável, do Estado de Rondônia.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL-AM) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, fala-se muito, hoje, que o Brasil se deve preparar para vir a ser, no século XXI, proeminente integrante do seleto grupo das nações desenvolvidas do planeta. Numerosos economistas, estudiosos, e até curiosos, vaticinam tal futuro para nosso País. Os brasileiros, conhecedores de tais oráculos, encantam-se com a perspectiva de, afinal, saírem do Terceiro Mundo e se tornarem cidadãos do Primeiro Mundo. Tudo estaria perfeito se a força inexorável do tempo fosse suficiente para transformar em realidade tais vaticínios. Infelizmente não é assim.

Muito teremos que fazer, nós brasileiros, para que cheguemos todos lá. Teremos, ainda, que lutar, ferozmente, para evitar que aqueles cujos interesses serão contrariados pela ascensão do Brasil no cenário mundial nos criem obstáculos. A nossa história está semeada de exemplos das dificuldades que nos antepuseram outras nações. Até mesmo nossos irmãos portugueses tiveram seus receios, impedindo-nos, por exemplo, de termos imprensa, bibliotecas, comércio direto com outros povos e universidades, durante boa parte de nosso período colonial. O Império Britânico, quando percebeu que não poderia explorar a borracha da Amazônia, com vantagem para ele, transplantou a seringueira para o Extremo Oriente, matando o ciclo de prosperidade que viviam Manaus e outros centros amazônidas.

Esses são apenas pequenos exemplos, que a história nos deixou, das dificuldades que têm os que querem abrir seus caminhos e, com isso, incomodam os poderosos do momento. É verdade que o Brasil precisa lutar e vencer suas contradições internas, mas precisa, também, impor-se diante das nações que hoje controlam o mundo.

A questão crucial que teremos de enfrentar é a do nosso desenvolvimento sustentado, tarefa que significa fazer do Brasil um País que conserva, renova e aumenta seus recursos naturais, científicos e tecnológicos.

Sr. Presidente, estamos vivendo, neste momento, a era das comunicações e dos serviços mais de 50% do PIB dos Sete Grandes é gerado pela venda de serviços. Todavia, o aumento incessante da população mundial e a inevitável finitude dos recursos naturais do nosso planeta azul fazem com que sejamos forçados a entrar na era da renovação de recursos, da reciclagem, ou seja, do reaproveitamento de toda fonte energética. Isso já fazem os EUA, com seu projeto de ida a Marte. A nós brasilei-

ros, que mal podemos ir à esquina, parece-nos absurdo gastar bilhões de dólares para passear no planeta vermelho. Na verdade, o que está por trás disso não é apenas a aventura espacial. É, também, o desenvolvimento de tecnologia de reciclagem, indispensável para as longas viagens até Marte, e necessária para preparar o país norte-americano para a escassez de recursos naturais do futuro. Eles estão pilotando, por trás do programa Marte, um grande projeto estratégico mobilizador de desenvolvimento científico e tecnológico, que terá repercussões radicais no dia-a-dia de todos os homens, em futuro não muito remoto. Em todo os EUA, um sem número de grandes centros de pesquisa, indústrias e agências governamentais estão envolvidos na consecução dos objetivos fixados para o projeto. Essa é a atitude dos que querem ser grandes e assim permanecerem.

Essa tem de ser nossa atitude no Brasil. Evidentemente não se trata de fazer um "Projeto Marte-Tupiniquim". Trata-se, sim, de assegurar que nosso País se desenvolva cuidando de suas reservas para o futuro. E que reserva maior que a nossa Amazônia, rica em biodiversidade, em recursos minerais, em energia de toda forma? Esse é um dos grandes desafios de desenvolvimento do Brasil, sabendo que, para além de nossa fronteira, muitos poderosos serão incomodados por nossa ação. A Inglaterra, centro mundial das lutas ecológicas, é, contraditoriamente, um dos maiores importadores de nosso mogno, extraído da floresta amazônica e em vias de extinção, caso a extração continue a ser feita da maneira predatória como vem sendo.

A Floresta Amazônica é a maior floresta tropical existente no mundo, e mais da metade de sua área está em território brasileiro. Por sua riqueza e sua originalidade, ela é um vastíssimo mundo cujo conhecimento começamos, apenas hoje, a dominar. Em contrapartida, desde há já algum tempo, as grandes nações do hemisfério norte já se deram conta da importância estratégica da Amazônia no mundo do século XXI. Não é por outra razão que tanto se tentou difundir a idéia de sua internacionalização. Na verdade, já existem estudos e centros de pesquisa sobre florestas tropicais nos principais países do Hemisfério Norte. Norte-americanos, canadenses, franceses, ingleses e holandeses já publicaram numerosíssimos trabalhos sobre nossa Amazônia. Só recentemente é que, dessa lista, começam a constar os brasileiros. A recente reportagem da revista *Veja*, em dezembro próximo passado, mostra bem esse quadro.

Em bom momento, o Brasil acordou para a integração socio-econômica do vasto domínio amazônico ao resto do País. Se começamos com projetos equivocados como a malsinada Transamazônica, temos hoje bons e promissores projetos de desenvolvimento científico e tecnológico concebidos, geridos e executados dentro da própria Amazônia.

Os exemplos são muitos. Mencionarei apenas alguns, para reforçar meu objetivo de chamar a atenção de toda a Nação para a importância da consolidação de um projeto mobilizador de desenvolvimento científico e tecnológico, tendo como base a Amazônia e suas potencialidades. Um projeto como esse é capaz de equipar a sociedade brasileira para o século XXI.

No Pará funciona o Museu Paraense Emílio Goeldi, centro de pesquisa em ciências da terra, botânica, zoologia e ciências humanas, cujos serviços são nacional e internacionalmente reconhecidos. O Museu Goeldi pertence à rede de centros de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq, desde 1955. Sua origem remonta a 1866, quando o naturalista Domingos Soares Ferreira Penna fundou a Sociedade Philomática, entidade da qual o Museu surgiria. A designação de Museu, de significado algo estático, esconde por trás dela uma instituição dinâmica e contemporânea, voltada para o conhecimento sistematizado da Amazônia atual, para a recuperação de toda a cultura nativa local e para a preparação de tecnologias de exploração sustentada desse nosso patrimônio.

O Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas, INPA, sediado em Manaus, foi criado em 1952, pelo Presidente Getúlio Vargas. Foi uma reação nacionalista a idéias que circulavam à época, como a da Unesco, que chegou a propor a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. Efetivamente implantado em 1954, o INPA vem se destacando nas pesquisas que desenvolve, tendo firmado acordos de cooperação com países tão diversos como a Alemanha, os EUA e o Japão. Os pesquisadores de alto nível do INPA oferecem, também, formação especializada de Mestrado e Doutorado, em áreas ligadas ao mundo amazônico. Uma grande diversidade de projetos de pesquisa faz do INPA um centro de excelência no Brasil e no mundo. Importantes estudos são desenvolvidos em aquicultura, biologia aquática, botânica, ciências agrárias e da saúde, ecologia, entomologia, geociências, produtos florestais e naturais, silvicultura tropical, tecnologia de alimentos, oncocercose. O INPA é uma referência obri-

gatória quando se fala em estudos amazônicos e desenvolvimento da região.

O Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia, da Embrapa, é outro local onde a nossa floresta tropical é objeto de estudos e desenvolvimento de tecnologia.

O projeto Sivam, dentro do Sistema de Proteção da Amazônia, visa garantir a soberania do Brasil sobre a Amazônia brasileira. Estabelecendo sistema de controle sobre esta vasta área, impedir-se-á a ação dos traficantes ilegais, a exploração predatória da madeira, e todo tipo de contravenção que encontra abrigo sob as copas de suas gigantescas árvores e em sua intrincada rede de rios e igarapés.

Como disse anteriormente, poderia citar ainda alguns centros e instituições onde se trabalha com afinco e denodo tendo em vista um melhor conhecimento da Amazônia e de como o Brasil pode explorar-lhe as riquezas, sem destruir sua fonte.

Sr. Presidente, esse, creio eu, é o grande desafio do Brasil no século XXI: desenvolver de forma sustentável e autodeterminada a Amazônia. Nele, tenho certeza, estão as bases de uma nova civilização para nossa Pátria. Falta-nos, ainda, o projeto mobilizador que possa coordenar os esforços feitos nas diversas instituições que se dedicam à região.

Adotar uma visão estratégica de longo alcance, como fizeram os EUA com o Projeto Marte, é que dará ao Brasil os meios de sua autodeterminação, permitindo-lhe alçar-se, no próximo século, ao seleto grupo das nações social e economicamente desenvolvidas.

A Amazônia certamente faz parte desse projeto, desde que predadores, como as madeiras asiáticas ou brasileiras, sejam impedidos de destruir, impunemente, nosso patrimônio, sem que qualquer autoridade se levante para obstar esse verdadeiro crime. Está na hora de o Brasil, ou melhor, de os brasileiros pensarem em seu futuro e não no ganho imediato e fácil, que nos acabará colocando, a todos, em situação semelhante à dos Tigres Asiáticos, que acabaram por comer suas próprias carnes, no afã de progredir a qualquer custo.

Pensar o futuro do Brasil passa, seguramente, pelo investimento em pesquisa científica e tecnológica sobre o universo amazônico. Se isso se fizer de forma integrada com nossos vizinhos regionais, melhor será o proveito nosso, e menores os riscos de intromissão de interesses estrangeiros ao Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB-TO) –

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o conjunto da sociedade brasileira tem debatido nos últimos dias, com grande interesse, a entrada em vigor do novo Código de Trânsito.

A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – a qual reputo uma das mais importantes aprovadas pelo Congresso Nacional na última Sessão Legislativa ordinária –, tem despertado a atenção de todos, seja pelas alterações de comportamento que ela tem introduzido no nosso cotidiano, seja pela enorme contribuição que ela certamente dará para a redução dos estereótipos índices de violência verificados no trânsito brasileiro.

Não há dúvidas de que a data de 23 de janeiro de 1998, quando começou a vigorar o novo código, pode ser encarada como um verdadeiro divisor de águas na educação de trânsito do nosso País.

Mais do que o caráter disciplinador da nova legislação, que impõe pesadas multas a motoristas imprudentes e pedestres relapsos, há que se destacar o aspecto educativo do código. Propõe-se a mudança paulatina e gradual da mentalidade do brasileiro quando se trata de trânsito. Vislumbra-se a conquista da harmonia total entre motorista, pedestre e máquina, elegendo-se a preservação da vida como o único objetivo dessa conjugação de esforços.

A importância do novo código pode ser mensurada pela sua excepcional abrangência. A partir de agora, o simples ato de atravessar a rua requer a observância de normas de trânsito, podendo tipificar infração caso o pedestre não utilize a faixa de segurança.

As sanções impostas aos motoristas infratores vão desde a aplicação de penalidades pecuniárias até a perda da licença para dirigir, podendo chegar até mesmo à prisão do condutor nos casos considerados gravíssimos, como dirigir embriagado ou participar de rachas.

O sistema de pontuação é dos mais justos, na medida em que os infratores contumazes recebem tratamento diferenciado daqueles que cometem falta por mero esquecimento.

O código também estabelece a obrigatoriedade de os veículos estarem em perfeitas condições de uso, com todos os equipamentos de segurança exigidos.

Todas essas características tornam o Código de Trânsito uma legislação eficiente e fazem dele um valioso fator de contribuição para o aperfeiçoamento das relações de cidadania.

Ao fazer o registro da entrada em vigor do novo Código de Trânsito, junto a minha voz à de tantos outros senadores que ocuparam esta tribuna para louvar a aprovação desta lei de trânsito.

Inegavelmente, o Brasil está experimentando profundas transformações na sua vida jurídico-institucional, com conseqüentes e benéficas alterações no comportamento do cidadão brasileiro.

É de se ressaltar a enorme contribuição para o aprimoramento das relações entre as pessoas que o novo Código de Trânsito inspirou. Em algumas talvez cobrando um alto preço com a apenação de eventuais infrações. Na sua grande maioria, com a orientação oferecida para uma convivência mais harmoniosa entre pedestres e usuários dos mais diversos tipos de veículos.

O saldo é positivo. Vidas estão sendo preservadas. A racionalidade começa a domesticar as loucuras que faziam do trânsito, a arma mais mortífera da atualidade. As novas regras estimulam novos comportamentos que engrandecem a cidadania e preservam o nosso **habitat** das até então costumeiras agressões.

Seguramente, daqui a muito pouco tempo, constituirá exceção cenas como avanço de sinal, excesso de velocidade, estacionamento em local proibido e de uso para pedestres – como a calçada – ou atirar pela janela do veículo objetos descartados. Enfim, o Brasil aí parecerá melhor, como um país de gente civilizada.

É claro que incongruências e algumas impropriedades deverão ser extirpadas do novo Código. Tanto que já surgem propostas de mudança na legislação recém implantada. Entretanto, devemos encará-las como um procedimento perfeitamente natural, de vez que o ordenamento jurídico necessita ser permanentemente ajustado aos usos e costumes da sociedade.

O certo é que tanto o Poder Executivo, autor da proposta, quanto o Poder Legislativo, que a discutiu com profundidade nas duas Casas do Congresso Nacional, assim como todos os que participaram do debate em torno da nova legislação, estão de parabéns por terem contribuído para que obtivéssemos uma legislação moderna, sintonizada com os anseios da população brasileira. População essa que tem-se mostrado absolutamente receptiva às mudanças propostas pelo código, pois assimilaram a importância que este instrumento significa para reverter o quadro caótico em havia se transformado o trânsito brasileiro.

Era o registro que tinha a fazer, Sr. Presidente.

Muito Obrigado.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB-CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta Tribuna para, em nome do PSDB, manifestar a mais profunda indignação acerca do recente episódio envolvendo o Deputado Sérgio Naya e a empresa da qual é sócio, a Sersan.

Durante o carnaval veio abaixo, no bairro da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, todo um prédio construído pela empresa do Deputado Sérgio Naya. Levantamentos preliminares demonstraram a ocorrência de várias irregularidades na execução da obra.

Mas não ruiu só um prédio, Senhoras e Senhores Senadores, ruíram os sonhos e esperanças de centenas de pessoas. Caiu por terra e escombros o esforço de várias famílias e, o que é pior, vidas foram ceifadas.

Este fato, por si só, não remeteria à discussão, ora acalorada, sobre processo de cassação de mandato por quebra de decoro parlamentar. Não obstante, seria suficiente para esquentar os debates em torno do instituto da Imunidade Parlamentar.

Vimos, no âmbito da imprensa e do Senado, desde 1995, trazendo à baila o debate sobre a necessidade de resgatarmos o verdadeiro sentido do Instituto da Imunidade Parlamentar, que é o de assegurar o pleno exercício do mandato conferido pelo povo.

Esta é a sabedoria do Instituto – a preservação da representação adquirida mediante o exercício da soberania popular retratada nas eleições.

Historicamente, o que vemos é que os pedidos de licença para processar parlamentares são, em sua esmagadora maioria, engavetados, ou seja, a Casa respectiva não autoriza, mas também não assume o ônus de negar a autorização para que o processo tenha curso no judiciário.

Assim, naquele primeiro momento de perplexidade, ocorreu-nos que a responsabilidade penal do cidadão Sérgio Naya, enquanto empreendedor e responsável técnico pela obra, jamais poderia sofrer qualquer espécie de restrição pelo fato circunstancial daquele cidadão estar ocupando um mandato de Deputado Federal.

As coisas não podem se misturar. Nem o cidadão Sérgio Naya poderia deixar de responder ao processo criminal, com o exercício do seu direito constitucional à ampla defesa, nem o Deputado Sérgio Naya deveria sofrer qualquer sanção regimental pelo simples fato de estar respondendo ao processo.

Até então não havia falar-se em quebra de decoro parlamentar.

Todavia, nos dias que se seguiram e, especialmente, a partir da divulgação de imagens e sons onde o Deputado, abertamente, assume a prática de atos violadores do decoro parlamentar, é indispensável que a sua Casa, a Câmara dos Deputados, promova a necessária apuração e julgamento das ações do Deputado Sérgio Naya, conforme previsto constitucionalmente.

Este é, enfim, o grande desafio atual da Câmara dos Deputados, a fim de que não seja transposta para todo o Congresso Nacional a responsabilidade pela impunidade, sob pena de aumentar ainda mais o desgaste do Poder Legislativo.

E a Câmara dos Deputados já vem adotando as providências cabíveis, vez que ainda ontem, três de março, a Comissão Diretora daquela Casa instaurou o processo contra o Deputado Sérgio Naya, que terá todos os meios constitucionais de produzir a defesa que lhe for possível.

Alertamos, desde já a imprensa e a opinião pública de que não devemos esperar que a Câmara dos Deputados adote um processo sumaríssimo, que atrole o devido processo legal, eis que pode transformar-se em uma vitória de Pirro, passível de desconstituição.

Apesar de haver indícios veementes da quebra do decoro parlamentar por parte do Deputado Sérgio Naya, e sem prejuízo do nosso julgamento particular é importante termos em mente que a partir do estabelecimento do contraditório é que, o Plenário da Câmara adotará a decisão devida.

De nossa parte, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, podemos acelerar a discussão e votação das PECs 02 e 03, de 1995, que compõem, juntamente com a PEC 10, também de 1995, o item 4 da pauta da Comissão de Constituição e Justiça.

Conscientes da atualidade e importância do tema, procuramos levar à CCJ, quando da discussão das propostas que visam a alteração do instituto da Imunidade Parlamentar, a deliberação da Comissão Especial da Reforma Política e Partidária sobre o tema, mediante a apresentação de voto em separado.

Mas mesmo que votemos rapidamente a proposta que resgata o instituto da Imunidade Parlamentar, muito ainda haverá por fazer.

Os fatos recentes vêm corroborar a urgência de efetuarmos uma profunda e sistêmica reforma política, eleitoral e partidária como condição indis-

pensável ao fortalecimento das instituições brasileiras e da estabilidade política e econômica.

A revisão do nosso sistema eleitoral, o resgate do instituto da fidelidade partidária, o estabelecimento de critérios objetivos e decorrentes do processo eleitoral para que os partidos tenham representação na Câmara dos Deputados, o tempo de domicílio eleitoral e filiação partidária, o voto facultativo o financiamento público das campanhas, dentre outros, são temas que, ao lado da imunidade parlamentar, devem ser pautados em uma reforma político-partidária tendo sempre a visão sistêmica.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

As famílias enlutadas do Palace II, prestamos, neste momento, as nossas condolências.

As famílias que perderam os sonhos de uma vida inteira nos escombros, trazemos a nossa solidariedade e a resposta imediata do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que determinou a abertura de crédito especial para a reconstrução de suas vidas; e

A sociedade, manifestamos a nossa certeza de que o Congresso Nacional laborará no sentido da modernização do sistema político pátrio.

O PSDB confia que tanto a Câmara dos Deputados, quanto o Poder Judiciário saberão fazer justiça, punindo todos os responsáveis, uma, no processo por quebra do decoro parlamentar e o outro nos processos cíveis e criminais próprios.

Não se pode confundir imunidade com impunidade!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando a convocação de sessão deliberativa extraordinária de amanhã, a realizar-se às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 1996

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 1996 (nº 770/95, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições privadas de educação beneficiárias de isenção de impostos terem em seus conselhos fiscais representante do corpo discente, tendo

Parecer sob nº 531, de 1997, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com emenda nº 1-CE, que apresenta.

- 2 -

REQUERIMENTO Nº 67, DE 1998

Votação, em turno único, do Requerimento nº 67, de 1998, do Senador Ademir Andrade, solicitando, nos termos regimentais, o desamparamento dos Projetos de Lei da Câmara nºs 75 e 97, de 1992; 10, 25, 36, 38, 41, 71, 93, 118, 151, 154, 206, 208 e 211, de 1993; 32, 50, 62, 63, 74, 94, 101, 108, 134, 135 e 142, de 1994; 6, 7, 8, 9, 12, 19, 22 e 31, de 1995; e 73, de 1996; e Projetos de Lei do Senado nºs 60 e 76, de 1995, que versam sobre alterações na Consolidação das Leis do Trabalho; e que passem a tramitar em conjunto de acordo com os grupos abaixo discriminados:

- Projetos de Lei da Câmara nºs 25, 38 e 118, de 1993; e 9, de 1995;

- Projetos de Lei da Câmara nºs 75, de 1992; 93, de 1993; 6, 12 e 19, de 1995;

- Projetos de Lei da Câmara nºs 211, de 1993; e 22, de 1995;

- Projetos de Lei da Câmara nºs 206, de 1993; 63 e 108, de 1994; e

- Projeto de Lei do Senado nº 76, de 1995; e Projetos de Lei da Câmara nºs 41, de 1993; 74, 94, 134 e 142, de 1994; e 8, de 1995.

- 3 -

REQUERIMENTO Nº 79, DE 1998

Votação, em turno único, do Requerimento nº 79, de 1998, do Senador Jefferson Péres, solicitando, nos termos regimentais, tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1997, com o Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1995, por versarem sobre prestação de informações requeridas aos órgãos públicos.

- 4 -

REQUERIMENTO Nº 97, DE 1998

Votação, em turno único, do Requerimento nº 97, de 1998, do Senador Ademir Andrade, solicitando, nos termos regimentais, tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 3 e 24, de 1998, por versarem sobre os planos de benefícios da previdência social.

- 5 -

REQUERIMENTO Nº 130, DE 1998

Votação, em turno único, do Requerimento nº 130, de 1998, do Senador Ademir Andrade, solicitando,

do, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1998, com o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1997, por versarem sobre o trabalho cooperativo.

AVISOS, NOTAS E INFORMAÇÕES

I - PROPOSIÇÕES QUE DEVERÃO CONSTAR DA ORDEM DO DIA DOS TRÊS DIAS ÚTEIS SUBSEQUENTES
(Art. 170, § 2º, "c", do Regimento Interno)

Dia 6.3.98, sexta-feira, às 9 horas: Sessão não deliberativa

Dia 9.3.98, segunda-feira, às 14h 30min: Sessão não deliberativa

Dia 10.3.98, terça-feira, às 14h 30min: Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a comemorar o Dia Internacional da Mulher.
(Requerimento nº 139/98, do Senador Leonel Paiva e outros)
Oradores inscritos: Leonel Paiva, Júlia Marise, Carlos Bezerra

Proposição (Autor/nº Origem)	Ementa / Instrução	Informações
Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1997 (nº 353/96, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Oeste Catarinense Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina. Parecer nº 580/97-CE. Relator: Senador Wilson Kleinu- bing, favorável.	Discussão, em turno único. (Votação nominal)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) –
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18horas e 30minutos.)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

4-3-98
Quarta-feira

- 11h30min** – Senhor Romano Prodi, Presidente do Conselho de Ministros da República Italiana – Salão Nobre
- 12h30min** – Comissão de Moradores do Edifício Palace II – Barra da Tijuca/RJ
- 13h30min** – Almoço em homenagem ao Presidente do Conselho de Ministros da República Italiana, Senhor Romano Prodi
Sala Brasília do Palácio do Itamaraty
- 15h30min** – Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
- 17horas** – Cerimônia de Condecoração da Ordem do Mérito Militar – Setor Militar Urbano

ATO DO PRESIDENTE

ATO DO PRESIDENTE

Nº 4, DE 1998

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 33, inciso VIII, da Lei nº. 8.112, de 1990, e no art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº. 09, de 1997,

RESOLVE

Declarar vago, a partir de 10 de fevereiro de 1998, o cargo de Técnico Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais, Especialidade de Telefonia, Nível II, Padrão 26, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, ocupado pela servidora MÔNICA VILLELA MOTTA E SILVA, em consequência de posse em outro cargo público inacumulável.

Senado Federal, em 04 de março de 1998


ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO Nº 3, DE 1998

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, no uso da competência que lhe confere o art. 11, § 1º, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997,

RESOLVE

Art. 1º. Desligar o servidor FLAVIO RODRIGUES DA MOTTA, matrícula nº 2851, da Comissão Permanente de Licitação de que trata o Ato do Primeiro-Secretário nº 10, de 1997, e designar o servidor MARCIO SEIXAS DE ARAUJO, Técnico Legislativo, Matrícula nº 3453, para integrar, como membro, a mesma Comissão.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 04 de março de 1998.



Senador RONALDO CUNHA LIMA
Primeiro-Secretário

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 372, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 020.433/97-2

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais, a servidora TEREZINHA SAMPAIO GRANGEIRO, Técnico

Legislativo, Área 2, Especialidade Assistência a Plenários e Portaria, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea "c", da Lei nº 8.112, de 1990; com as vantagens previstas na Resolução SF nº 74, de 1994, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 04 de março de 1998


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL **Nº 373, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.191/98-9

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor **REINALDO PINTO**, Analista Legislativo, Área 2, Especialidade Taquigrafia, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea "c", da Lei nº 8.112, de 1990; com as vantagens previstas na Resolução SF nº 74, de 1994, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 04 de março de 1998


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL **Nº 374, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.050/98-6

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor **SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA**, Analista Legislativo, Área 2, Especialidade Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea "c", da Lei nº 8.112, de 1990; com as vantagens previstas na Resolução SF nº 74, de 1994, combinada com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 04 de março de 1998


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL **Nº 375, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.270/98-6,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais, a servidora **LICIA NARA DE CARVALHO PEREIRA**, Analista Legislativo, Área 5, Especialidade Assistência Social, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea "c", da Lei nº 8.112, de 1990, com a vantagem prevista na Resolução SF nº 76, de 1995, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 04 de março de 1998


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 376, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 019.711/97-2

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor **VALDIVINO LOPES DE OLIVEIRA**, Técnico Legislativo, Área 2, Especialidade Processo Legislativo, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.112, de 1990; com as vantagens previstas na Resolução SF nº 74, de 1994, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

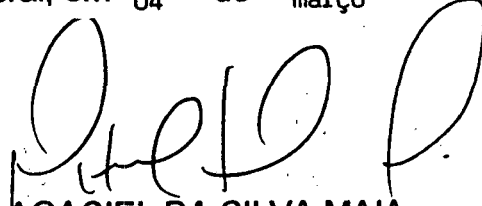
Senado Federal, em 04 de março de 1998


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 377, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 0194/98-0, resolve APOSENTAR, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, **HELIO DE ALMEIDA**, matrícula 1576, Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, Nível II, Classe Especial, Padrão IV/M23, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea "c", da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com as vantagens das Resoluções-SF nºs 59/91, 51/93 e 74/94.

Senado Federal, em 04 de março de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 378, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 181, de 1997, e tendo em vista o disposto no art. 33, inciso VIII, da Lei nº. 8.112, de 1990,

RESOLVE

Declarar vago, a partir de 16 de fevereiro de 1998, o cargo de Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade de Processo Legislativo, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, ocupado pela servidora ANA LUZIA SILVEIRA, em consequência de posse em outro cargo público incompatível.

Senado Federal, em 04 de março de 1998



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 379, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 020.476/97-3

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor LUIZ CARLOS ESTEFANO, Técnico Legislativo, Área 7, Especialidade Segurança, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea "c", da Lei nº 8.112, de 1990; com as vantagens previstas na Resolução SF nº 74, de 1994, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 04 de março de 1998



AGACIEL DA SILVA MAIA

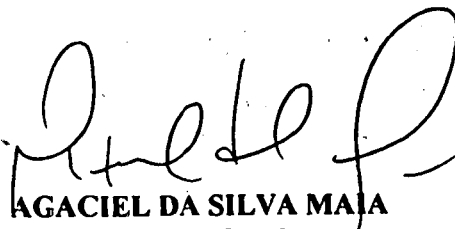
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 380, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 002261/98-7,

RESOLVE dispensar o servidor **TRISTÃO SALUSTIANO BOTELHO**, matrícula 2929, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete da Liderança do Governo, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Ramez Tebet, com efeitos financeiros a partir de 12 de fevereiro de 1998.

Senado Federal, 04 de março de 1998



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 381, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 002262/98-3,

RESOLVE dispensar a servidora **FLAVIA SANTINONI VERA CAVALCANTE**, matrícula 2784, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Lúdio Coelho, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete da Liderança do Governo, com efeitos financeiros a partir de 12 de fevereiro de 1998.

Senado Federal, 04 de março de 1998



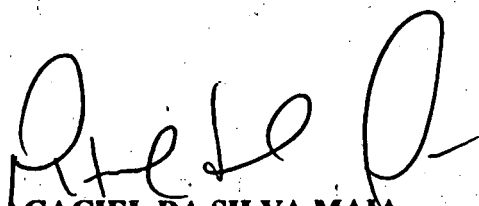
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 382, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002499/98-3,

RESOLVE designar o servidor **NILTON WALDIR FERREIRA DA SILVA**, matrícula 5313, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Datilografia, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Lúdio Coelho, com efeitos financeiros a partir de 17 de fevereiro de 1998.

Senado Federal, 04 de março de 1998



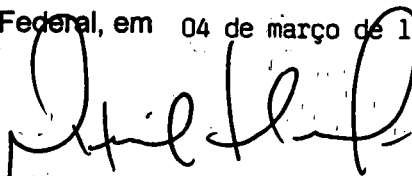
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 383, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.671/98-0,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, a servidora **LÉA JOSÉ DA SILVA**, Analista Legislativo, Área 2, Especialidade Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.112, de 1990, com as vantagens previstas na Resolução SF nº 74, de 1994, c/c o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 04 de março de 1998



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

<p>MESA Presidente Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</p> <p>1º Vice-Presidente Geraldo Melo - PSDB - RN</p> <p>2º Vice Presidente Júnia Marise - Bloco - MG</p> <p>1º Secretário Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</p> <p>2º Secretário Carlos Patrocínio - PFL - TO</p> <p>3º Secretário Flaviano Melo - PMDB - AC</p> <p>4º Secretário Lucídio Portella - PPB - PI</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>1º - Emilia Fernandes - Bloco - RS 2º - Lúcio Coelho - PSDB - MS 3º - Joel de Hollanda - PFL - PE 4º - Marluce Pinto - PMDB - RR</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Recolito em 2-4-97) Romeu Tuma - PFL - SP</p> <p>Corregedores - Substitutos (Recolitos em 2-4-97)</p> <p>1º - Ramez Tebet - PMDB - MS 2º - Joel de Hollanda - PFL - PE 3º - Lúcio Alcântara - PSDB - CE</p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação : 16 e 23-11-95) Nabor Junior - PMDB - AC Waldeck Ornelas - PFL - BA Emilia Fernandes - Bloco - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - AC Lauro Campos - Bloco - DF</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares - PFL - ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda - PSDB - DF Wilson Kleinbing - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma Júlio Campos</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sergio Machado</p> <p>Vice-Líderes Omar Dias Jefferson Póres José Ignácio Ferreira Coutinho Jorge</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líderes Sebastião Rocha Antonio Carlos Valadares Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitácio Cafeteira</p> <p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Odacir Soares</p> <p>Vice-Líder Regina Assumpção</p>
---	---	--

Atualizada em 8/1/98.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC
Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

- 1. Elcio Alvares**
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

- 1. Casildo Maldaner**
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

- 1. Lúdio Alcântara**
2. (Vago)

- 1. Eptácio Cafeteira**
2. Osmar Dias

- 1. Emília Fernandes**

- 1. Osmar Dias**

- 1. Marina Silva**

- 1. (Vago)**

PFL

PMDB

PSDB

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

PTB

PP

PT

PDT

Membro Nato
Romeu Tuma
(Corregedor)

Suplentes

- 1. José Agripino**
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

- 1. (Vago)**
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

- 1. Jefferson Péres**
2. José Ignácio Ferreira

- 1. Lucídio Portella**

- 1. Arlindo Porto (afastado por**
exercer cargo de Ministro de Estado)

- 1. Antonio Carlos Valadares**

- 1. Lauro Campos**

- 1. Sebastião Rocha**

(Atualizado em 20-01-96)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS - RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
- VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285)
CCJ - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/72	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65

PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229

PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

PTB			
JOSÉ EDUARDO	PR-4059/60	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG- 2131/37

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 3ª feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 28/01/98

**1.1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
SUBCOMISSÃO DESTINADA A EXAMINAR A POLÍTICA DE INCENTIVOS OFERECIDOS
ÀS EMPRESAS PELOS GOVERNOS ESTADUAIS**

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR OSMAR DIAS

(09 TITULARES E 09 SUPLENTE)

PRAZO: 18.11.97

TITULARES

SUPLENTE

		PEL	
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	1- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	3- EDISON LOBÃO	MA-2311/12
		PMDB	
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	1- JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	2- ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
		PSDB	
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	1- JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2- LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	1-EDUARDO SUPPLY - PT	SP- 3215/16
PPB + PTB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1- JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR- 4059/60

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 17:30 HORAS

SALA Nº 19 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

SALA DE REUNIÕES: 311-3255

SECRETARIA: 311-3516/4605

E-MAIL: dirceuv@sgmsleg.senado.gov.br

FAX: 311-4344

ATUALIZADA EM: 26.09.97

ANDAMENTO

EM 26.08.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR VILSON KLEINÜBING

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/35
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-VAGO	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
FREITAS NETO	PI-2131/37	8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	9-VAGO	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- JOSÉ SAAD	GO-3149/50
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078	3- VAGO	
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	8-VAGO	
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PÉ-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2131/37

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA Nº 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515 **FAX: 311-3652**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 4ª feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 28/01/98

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLÓ PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-VAGO	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52
PSDB			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-OSMAR DIAS	PR-2124/25
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-ODACIR SOARES	RO-3218/3219

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315

Atualizada em: 13/01/98

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68	6-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2242/44
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604 **FAX: 311-3121**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 5ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 04/02/98

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6- JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLYCY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
PTB			
REGINA ASSUMPCÃO	MG-2321/2321	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 5ª feira às 10:00 hs.

Atualizada em: 15/01/98

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO****(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)**

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO (1)	MS-2381/2387
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPLYCY (PT)	DF-2341/47
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1229	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74
PTB			
REGINA ASSUMPCÃO	MG-2321/2327	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19

(1) Falta indicação da liderança conforme nova proporcionalidade da atual sessão legislativa.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)**SECRETÁRIO: CELSO PARENTE****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607****SALA Nº 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA****TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)****FAX: 311-3286**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ª feira às 14:00 hs.

Atualizada em: 15/01/98

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-WALDECK ORNELAS	BA-2211/17
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (**)	RR-3067/68
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
VAGO			
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219		

(**) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Atualizada em: 28/01/98

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(*) SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A UNIÃO E O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

**PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTES)**

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- WALDECK ORNELAS	BA-2211/17
PMDB			
VAGO		JOÃO FRANÇA (**)	RR-3067/68
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLYCY - PT	SP-3215/16		
VAGO			
PPB + PTB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	ERNANDES AMORIM	RO-2051/55

(**) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

(*) Atualizada em: 15/01/98

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PRESIDENTE: Senador NEY SUASSUNA (PMDB/PB)
 1º VICE-PRESIDENTE: Deputado ARNALDO MADEIRA (PSDB-SP)
 2º VICE-PRESIDENTE: Senador JEFFERSON PÉRES (PSDB/AM)
 3º VICE-PRESIDENTE: Deputado JOÃO FASSARELLA (BLOCO -
 PT/PDT/PC do B/MG)

DEPUTADOS

TITULARES			SUPLENTE		
PFL					
ADAUTO PEREIRA	PB	5221	BENEDITO DE LIRA	AL	5215
ALEXANDRE CERANTO	PR	5472	VALDOMIRO MEGER	PR	5842
ARACELY DE PAULA	MG	5201	LAURA CARNEIRO	RJ	5516
BETINHO ROSADO	RN	5558	ROBERTO PESSOA	CE	5607
EULER RIBEIRO	AM	5544			
ROBSON TUMA	SP	5834			
JOSÉ ROCHA	BA	5908			
JÚLIO CÉSAR	PI	5654			
PAULO LIMA	SP	5507			
OSVALDO COELHO	PE	5444			
PAULO GOUVÊA	SC	5918			
LUIZ BRAGA	BA	5913			
SARNEY FILHO	MA	5202			

BLOCO PMDB/ PSD/PSL/PRONA

ALBÉRICO FILHO	MA	5554	HELIO ROSAS	SP	5478
CLEONÂNIO FONSECA	SE	5824	JOSÉ CHAVES	PE	5436
ARMANDO ABÍLIO	PB	5805	SANDRO MABEL	GO	5803
BARBOSA NETO	GO	5566	SILVIO PESSOA	PE	5425
GENÉSIO BERNARDINO	MG	5571			
LÍDIA QUINAN	GO	5223			
NEUTO DE CONTO	SC	5209			
ODACIR KLEIN	RS	5228			
OSCAR GOLDONI	MS	5448			
PEDRO NOVAIS	MA	5813			
SILAS BRASILEIRO	MG	5932			
UDSON BANDEIRA	TO	5466			
JOSÉ PRIANTE	PA	5748			

PSDB

ARNALDO MADEIRA	SP	5473	B.SA	PI	5643
BÁSILIO VILLANI	PR	5634	EMERSON OLAVO PIRES	RO	5318
CECI CUNHA	AL	5727	OLÁVIO ROCHA	PA	5431
CIPRIANO CORREIA	RN	5839	YEDA CRUSIUS	RS	5956
DANILO DE CASTRO	MG	5862			
FLÁVIO PALMIER DA VEIGA	RJ	5246			
JOÃO LEÃO	BA	5320			
LEÓNIDAS CRISTINO	CE	5535			
MARCUS VICENTE	ES	5362			
PEDRO HENRY	MT	5829			
PIMENTEL GOMES	CE	5231			
ROBERTO ROCHA	MA	5529			

BLOCO PT/PDT/PC do B

ARLINDO CHINAGLIA	SP	5706	EURÍPEDES MIRANDA	RO	5252
CHICO VIGILANTE	DF	5627	INÁCIO ARRUDA	CE	5528
FERNANDO RIBAS CARLI	PR	5948	MARIA LAURA	DF	5475
GIOVANNI QUEIROZ	PA	5534	RENAN KURTZ	RS	5810
JOÃO COSER	ES	5514			
JOÃO FASSARELLA	MG	5283			
PAULO BERNARDO	PR	5379			
PAULO ROCHA	PB	5483			
SERAFIM VENZON	SC	5711			
SÉRGIO MIRANDA	MG	5462			

TITULARES			SUPLENTE		
PPB					
CLEONANCIO FONSECA	SE	5824	CARLOS AIRTON	AC	5745
FELIPE MENDES	PI	5640	SILVERNANI SANTOS	RO	5625
JOSÉ JANENE	PR	5608	VAGO		
LUÍS BARBOSA	RR	5340			
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	MG	5819			
OSVALDO REIS	TO	5835			
ROBERTO BALESTRA	GO	5262			
FERNANDO RIBAS CARLI	PR	5948			
AUGUSTO NARDES	RS	5530			
VAGO					
PTB					
PHILEMON RODRIGUES	MG	5322	JOSÉ BORBA	PR	5616
ISRAEL PINHEIRO	MG	5373			
RODRIGUES PALMA	MT	5528			
PSB					
GONZAGA PATRIOTA	PE	5430	FERNANDO LYRA	PE	5901
PL					
PEDRO CANEDO	GO	5611			

SENADORES

TITULARES			SUPLENTE		
PFL					
CARLOS PATROCÍNIO	TO	4068	ROMEU TUMA	SP	2051
JONAS PINHEIRO	MT	2271	JOSÉ ALVES	SC	4055
JOSÉ BIANCO	RO	2231			
JÚLIO CAMPOS	MT	4064			
ROMERO JUCA	RR	2111			
EDISON LOBÃO	MA	2311			
PMDB					
CARLOS BEZERRA	MT	2291	FERNANDO BEZERRA	RN	2461
FLAVIANO MELO	AC	3493	CASILDO MALDANER	SC	2141
JÁDER BARBALHO	PB	2441			
MARLUCE PINTO	RR	1101			
NEY SUASSUNA	PB	4345			
JOSÉ SAAD	GO	3149			
PSDB					
COUTINHO JORGE	PA	3050	LUDIO COELHO	MS	2381
JEFFERSON PÉRES	AM	2061			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES	2021			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301			
BLOCO PT/PDT/PSB/PPS					
ANTONIO CARLOS VALADARES	SE	2201	ADEMIR ANDRADE	PA	2101
EDUARDO SUPLICY	SP	3213			
SEBASTIÃO ROCHA	AP	2241			
PPB					
ERNANDES AMORIM	RO	2251	LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071
PTB					
ODACIR SOARES	RO	3218/19			

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
SENADORES	
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
CASILDO MALDANER	2 - ROBERTO REQUIÃO
PFL	
VILSON KLEINUBING	1 - JOEL DE HOLLANDA
WALDECK ORNELAS	2 - JÚLIO CAMPOS
PSDB	
LÚDIO COELHO	1 - JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
PPB	
LEVY DIAS	1 - ESPERIDIÃO AMIN
PTB	
JOSÉ EDUARDO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PSB, PDT, PPS)	
BENEDITA DA SILVA	EMÍLIA FERNANDES

TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADOS	
PFL/PTB	
PAULO BORNHAUSEN	VALDOMIRO MEGER
JOSÉ CARLOS ALELUIA	BENITO GAMA
PMDB	
EDISON ANDRINO	CONFÚCIO MOURA
GERMANO RIGOTTO	ROBSON TUMA
PSDB	
FRANCO MONTORO	NELSON MARCHEZAN
CELSO RUSSOMANO	RENATO JONHSSON
PPB	
JULIO REDECKER	
PT/PDT/PC do B	
MIGUEL ROSSETTO	LUIZ MAINARDI

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 -
BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433

FAX: (55) (061) 3182154

SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 9/8/97.

**CONSELHO COMPOSTO
NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO
Nº 1, DE 1998-CN**

Conselho destinado a proceder à apreciação dos
trabalhos alusivos à comemoração do centenário de
morte do poeta Cruz e Sousa.
(Resolução nº 1, de 1998 - CN)

Senador Ronaldo Cunha Lima
Senador Esperidião Amin
Senador Abdias Nascimento
Deputado Paulo Gouveia
Deputado Miro Teixeira

Membro nato:
Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente do Senado Federal



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Periodicidade Trimestral

Assinatura para o ano de 1997

Números 133-136

R\$ 40,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Telefones para contato:			

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

CD-ROM Legislação Brasileira

1997

Quarta edição

Co-edição SDINF/SSANL/PRODASEN

- Todas as normas de hierarquia superior a decreto-executivo editadas entre o ano de 1946 e 31 de janeiro de 1997.
- Para cada norma apresentada, é fornecida a lista de normas editadas posteriormente a ela e que a alteraram.
- Os textos integrais das normas editadas a partir de 1987 passaram a estar disponíveis nesta edição.
- As demais normas são apresentadas em documentos-resumo, acompanhadas de informações suficientes para que seja localizado o documento em uma coleção de leis.
- Esta quarta edição do CD-ROM Legislação Brasileira ainda inclui o banco de dados BBD (Biblioteca Brasileira de Direito), composto do acervo de informações jurídicas descritivas (doutrina) originadas das coleções de 17 bibliotecas que participam da Rede SABI de Bibliotecas.

Valor Unitário: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).
Despesas Postais: R\$ 5,00 (cinco reais) para cada CD.

O pedido deverá ser acompanhado de original do recibo de depósito a crédito do FUNDASEN, Caixa Econômica Federal, Agência 0005, conta nº 950.056-8, operação 006.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:		Fax:	
Quantidade solicitada:			

Solicite nosso catálogo pelos telefones: (061) 311-3575, 311-3576 e 311-3579.
Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento** pela **Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB CEGRAF**, conta nº **920001-2**, Banco do Brasil, Agência **0452-9 Central**, conta nº **55560204-4** ou recibo de depósito via **FAX (061) 2245450**, a favor do **FUNCEGRAF**.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 Seção de Remessas Postais ou (061) 311-3803 Seção de Cobrança.

Tabela em vigor a partir de 3-3-97.

**SENADO
FEDERAL**



**SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES**

EDIÇÃO DE HOJE: 112 PÁGINAS